

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

TIEGUE VIEIRA RODRIGUES

O CONTEXTUALISMO NA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Porto Alegre

2011

TIEGUE VIEIRA RODRIGUES

O CONTEXTUALISMO NA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

PORTO ALEGRE

2011

TIEGUE VIEIRA RODRIGUES

O CONTEXTUALISMO NA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida - PUCRS

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori - UFSM

---

Prof. Dr. Emerson Carlos Valcarenghi - UFPI

---

Prof. Dr. Eduardo Luft – PUCRS

---

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller - PUCRS

## AGRADECIMENTOS

- Ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio de Almeida, por todo o suporte e confiança depositados em mim, desde o início curso;
- Ao Prof. Dr. Peter Klein, pela sua que generosa e produtiva acolhida na Rutgers University (obrigado pela bicicleta);
- Aos meus familiares em geral; ao meu irmão Juliano Rech; e especialmente aos meus pais Artet e Sílvio, pelo amor incondicional;
- À minha amada esposa Andréa, pelo amor e confiança depositados em mim ao longo desses 9 anos juntos;
- À CAPES, pela bolsa integral de estudos e a de doutorado ‘sanduíche’;
- Aos professores, colegas e funcionários do PPG em Filosofia, especialmente à ex-secretária do programa Denise e ao colega Rodrigo Borges (pela ajuda na minha chegada nos EUA); e à PUCRS, pelo excelente ambiente intelectual;
- A um Poder Superior que, com certeza, esteve presente em todos os momentos.

## RESUMO

O presente ensaio trata do Contextualismo em Epistemologia. Mais precisamente, ele trata sobre a tese semântica segundo a qual atribuições de conhecimento de instâncias da forma ‘S sabe que P’ são contextualmente sensíveis. O Contextualismo, ao longo dos últimos trinta anos, tem sido extensivamente debatido, pois versa sobre temas centrais presentes na discussão em Epistemologia contemporânea. Segundo os proponentes dessa teoria, ela é a que melhor responde a importantes questões epistemológicas, tais como: o problema gerado por paradoxos céticos; preserva nossas alegações e atribuições ordinárias de conhecimento; preserva importantes princípios lógicos como, e.g., o princípio de fechamento dedutivo. Apresentaremos três abordagens distintas para o contextualismo – propostas por Stewart Cohen, Keith DeRose e David Lewis – examinando as particularidades e implicações de cada uma delas. Examinaremos também algumas objeções relevantes à tese contextualista, que procuram salientar importantes dificuldades para tal teoria. Contudo, não pretendemos oferecer uma resposta definitiva, nem a favor e nem contrária ao Contextualismo. Por conta disso, a tese proposta será de que, apesar das objeções, o Contextualismo não é refutado mostrando, assim, a possibilidade e necessidade de se continuar a investigação. Por fim, apresentaremos uma versão original do paradoxo do prefácio que acreditamos ser passível de resolução através da aplicação da tese contextualista.

Palavras-chave: Contextualismo. Conhecimento. Justificação. Epistemologia. Paradoxo Cético. Paradoxo da Loteria.

## ABSTRACT

This essay is on Contextualism in Epistemology. More precisely, it is on the semantic thesis in which knowledge attributions of instances of the form 'S knows that P' are context-sensitive. Contextualism has been extensively debated over the past thirty years dealing with central issues in contemporary epistemology. According to the proponents of this theory it offers the best explanation to some key problems in epistemology such as: the problem raised by skeptical paradoxes; preserves our ordinary claims and attributions of knowledge; preserves important logical principles, e.g., the principle of deductive closure. We will present three distinct approaches to contextualism - proposed by Stewart Cohen, Keith DeRose and David Lewis - examining the singularities and implications of each one. We will also examine some significant objections to the contextualist thesis, which seek to emphasize the major problems for this theory. However, we do not intend to offer a definitive answer, neither for nor against Contextualism. Therefore, our thesis proposal is that, despite all objections, the contextualist account is far from being refuted, showing us the possibility and need for further investigation. Finally, we originally present a version of the preface paradox that we believe is suitable for a contextualist resolution.

Keywords: Contextualism. Knowledge. Justification. Epistemology. Skeptical Paradox. Lottery Paradox.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	009
-------------------------	-----

### **CAPÍTULO 1**

<b>CONTEXTUALISMO SEMÂNTICO: CONTEXTO E SURGIMENTO</b> .....	012
1.1 Falibilismo e Suas Implicações.....	012
1.2 O Paradoxo Cético.....	015
1.3 O Princípio de Fechamento Dedutivo.....	018
1.4 Negando O Princípio de Fechamento Dedutivo.....	019
1.5 A Teoria das Alternativas Relevantes.....	026
1.6 Restabelecendo o Princípio de Fechamento Dedutivo.....	034
1.7 Da Teoria das Alternativas Relevantes ao Contextualismo.....	036

### **CAPÍTULO 2**

<b>CONTEXTUALISMO SEMÂNTICO</b> .....	043
2.1 Stewart Cohen.....	044
2.2 Keith DeRose.....	056
2.3 David Lewis.....	068

### **CAPÍTULO 3**

<b>O QUE HÁ DE ERRADO COM O CONTEXTUALISMO: ALGUMAS OBJEÇÕES</b> .....	080
3.1 Ceticismo, Alegações Metalingüísticas e Cegueira Semântica.....	080
3.2 Sensibilidade Contextual: Uma Objeção à Bases Semânticas Contextualistas .....	089
3.1 Invariantismo e as Manobras de Asseribilidade Autorizada.....	103

## **CAPÍTULO 4**

<b>CONTEXTUALISMO E O PARADOXO DO PREFÁCIO</b> .....	111
4.1 Preliminares sobre o Paradoxo do Prefácio.....	111
4.2 Uma Possível Solução Contextualista para o Paradoxo do Prefácio?.....	112
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	 117
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	 119

## INTRODUÇÃO

Em algumas ocasiões estamos dispostos a atribuir positivamente conhecimento a uma determinada pessoa sobre uma determinada proposição, enquanto outros estão dispostos a atribuir negativamente (negar) conhecimento à mesma pessoa com relação à mesma proposição. Esta situação comumente nos levaria a pensar que uma dentre as atribuições deve estar correta, enquanto a outra não. Existe uma teoria que afirma que é possível obtermos uma resposta diferente, a saber, o Contextualismo Semântico<sup>1</sup> (daqui por diante apenas Contextualismo). Segundo o Contextualismo, algumas características importantes do uso de termos epistêmicos, como ‘saber’, são explicadas de uma forma mais adequada através da hipótese de uma mudança nos padrões que governam sua correta aplicação. Assim, como mencionado inicialmente, o Contextualismo alega que ambas as atribuições podem ser verdadeiras. Isso ocorre porque as atribuições de conhecimento de instâncias da forma ‘S sabe que P’ e suas cognatas são, de um modo muito particular, contextualmente sensíveis; ou seja, as condições de verdade dessas atribuições são determinadas por padrões estabelecidos contextualmente.

Ao longo dos últimos trinta anos a teoria contextualista tem sido um dos assuntos mais discutidos em epistemologia contemporânea, basta olharmos para a enorme quantidade de textos publicados sobre esse tema na literatura especializada. Além disso, cabe salientar que grande parte dos epistemólogos contemporâneos, os que possuem maior expressão na disciplina, publicou sobre o assunto. A teoria contextualista se popularizou ao propor, de uma maneira muito original e atraente, novas soluções para antigos problemas epistemológicos.

---

<sup>1</sup> O termo ‘contextualismo’ diz respeito a um amplo escopo que abarca uma variedade de teorias. Evidentemente, tais teorias possuem um ponto de partida comum, a saber, a intuição de que, de alguma forma particular, justificação e/ou conhecimento são *dependentes do contexto*, isto é, variam de acordo com o contexto. Existem diferentes teses contextualistas no mercado que poderíamos diferenciar do seguinte modo: contextualismo do atribuidor e contextualismo do sujeito; e também, contextualismo semântico ou conversacional e contextualismo estrutural. Como primeira distinção temos: para o contextualismo do atribuidor o contexto relevante é o contexto no qual se encontra o atribuidor de conhecimento; e para o contextualismo do sujeito, o contexto relevante é o contexto do agente putativo do conhecimento. Com relação à segunda distinção temos: o contextualismo semântico ou conversacional envolve características semânticas presentes num dado contexto conversacional; já o contextualismo estrutural apresenta-se como uma alternativa ao Fundacionismo e ao Coerentismo, está mais distante do que entendemos por Contextualismo hoje (como veremos ao longo do ensaio) e mais próximo de uma espécie de Fundacionismo contextual. Para maiores detalhes sobre essa distinção, ver meu ‘*Diferentes Abordagens Contextualistas*’ (2011).

As principais motivações para a adoção da tese Contextualista, segundo seus proponentes, reside no fato de que ela oferece a melhor resposta para alguns problemas de suma importância em epistemologia: (i) oferece a melhor resposta para resolver certos paradoxos, tais como o paradoxo da loteria e o paradoxo cético; (ii) alega preservar importantes princípios lógicos como, e.g., o princípio de fechamento dedutivo; (iii) preserva nossas alegações e atribuições ordinárias de conhecimento; (iv) além de explicar outros fenômenos igualmente importantes para epistemologia, tais como, a tese sobre as normas para asserção, o conhecimento e auto-atribuição, etc.

Qual o nosso problema então? O nosso problema caracteriza-se pela análise da plausibilidade da teoria contextualista mediante um exame das três abordagens principais oferecidas a favor do Contextualismo – propostas por Stewart Cohen, Keith DeRose e David Lewis – examinando as particularidades e implicações de cada uma delas. Observaremos também algumas das objeções mais relevantes levantadas contra o contextualismo que, em grande medida, procuram apontar importantes dificuldades enfrentadas por tal teoria.

O presente ensaio pretende reafirmar a importância e a relevância epistemológica adquirida pelo Contextualismo ao longo das últimas décadas. Nossa argumentação ou tese será bem específica: apesar de o Contextualismo ser uma tese controversa, as objeções levantadas contra sua validade e plausibilidade não implicam a sua completa refutação. Desse modo, permanece aberta a possibilidade e a necessidade de continuar sua investigação, fato que se comprova na medida em que oferecemos uma nova aplicação para a teoria Contextualista, a saber, como tentativa de resolução para o paradoxo do prefácio.

No primeiro capítulo, apresentaremos o contexto de surgimento do contextualismo. Serão apresentados os principais aspectos e as discussões mais importantes que serviram de motivação e que tornaram possível o nascimento da teoria contextualista, como hoje a concebemos. Primeiramente discutiremos a tese Falibilista sobre o conhecimento. Em seguida, apresentaremos um dos principais problemas epistemológicos e imprescindível na conversa sobre o contextualismo, a saber, os argumentos sobre hipóteses céticas. Num terceiro momento, esclareceremos o princípio de fechamento dedutivo. Logo após, veremos algumas reações ao paradoxo cético que pretendem recusar o princípio de fechamento. Depois, veremos a teoria das alternativas relevantes que se constitui como uma importante tentativa de resolução do paradoxo

cético. Em seguida, será apresentado um desdobramento da teoria das alternativas relevantes onde o princípio de fechamento pretende ser mantido. Por fim, veremos como a teoria das alternativas relevantes abriu caminho para o desenvolvimento da intuição que deu origem à tese contextualista.

No segundo capítulo, serão criticamente apresentadas as três abordagens mais significativas sobre o Contextualismo. Cada uma apresenta sua maneira distinta de como os mecanismos contextuais devem ser implementados. Primeiramente, veremos a tese contextualista defendida por Stewart Cohen. Cohen defende uma tese contextualista combinada com uma teoria tradicional do conhecimento, internalista, segundo a qual o conhecimento exige evidência ou crença racional. Assim, o termo ‘saber’ herda sua sensibilidade contextual, a partir daquilo que é, ou está, ‘justificado’. Para ele, justificação admite graus e o que vale como justificação simpliciter (justificação ao nível exigido para que a atribuição de conhecimento possa expressar uma verdade) será determinada contextualmente. Em seguida, veremos a tese proposta por Keith DeRose. Ele defende uma tese contextualista, de cunho externalista. DeRose reformula a regra da sensibilidade, proposta por Nozick. Porém diferentemente de Nozick que a aplicava ao conceito de conhecimento, DeRose utiliza-a para rastrear os contextos que determinam as condições de verdade das atribuições de conhecimento. Logo após, veremos a proposta oferecida por David Lewis. Ele oferece uma visão contextualista sobre o conhecimento, também externalista, baseado num modelo de sensibilidade contextual dos quantificadores de domínio restrito.

No terceiro capítulo, apresentaremos algumas das críticas mais duras disparadas contra a tese contextualista. Tais objeções compreendem críticas sobre a adequação intelectual da resposta oferecida pelo Contextualismo na tentativa de resolução do ceticismo; bem como, críticas sobre as bases lingüísticas assumidas pelos proponentes da teoria contextualista.

Por fim, no quarto capítulo, ofereceremos uma sugestão para outra possível aplicação para a teoria contextualista, a saber, uma resposta ao paradoxo do prefácio. Apresentaremos uma versão para o paradoxo do prefácio que parece ser passível de resolução através da aplicação da tese contextualista – que se assemelha à resposta contextualista oferecida para resolver o paradoxo cético.

## CAPÍTULO 1

### ORIGENS DO CONTEXTUALISMO SEMÂNTICO: CONTEXTO E SURGIMENTO

#### 1.1 Falibilismo e Suas Implicações

Quando consideramos o ceticismo e os argumentos oferecidos pelos seus proponentes somos, num primeiro momento, levados a crer que o conhecimento realmente não é possível, dada a perplexidade que tais argumentos céticos nos impõem, especialmente quando referido ao conhecimento do mundo exterior. Ao longo da história da filosofia, sobretudo na concepção clássica sobre o conhecimento, herdada desde os gregos, inúmeras teorias já foram defendidas e muitas delas nos arrastam para conclusões céticas.<sup>2</sup> Considere os exemplos sugeridos por Descartes, como as hipóteses do ‘sonho’ e do ‘gênio maligno’. De acordo com essas hipóteses, todas as crenças sobre o mundo exterior, externo à mente do agente epistêmico, ou sobre o passado e o futuro, não possuem nenhuma garantia, ou certeza, de verdade. Todas elas têm a possibilidade<sup>3</sup> de serem falsas, mesmo que consideremos que elas são justificadas pelas ‘fortes evidências’ fornecidas pelos sentidos e por outras fontes de justificação como a memória, por exemplo. Mas, como Descartes observa, no caso do gênio maligno, é logicamente possível que todas as experiências que temos (sensoriais e as fornecidas por outras fontes, como a memória) sejam produto de um gênio maligno que manipula nossa mente não havendo qualquer mundo externo à mente ou qualquer evento que pensamos lembrar.

Contudo, mesmo considerando que isso é muito improvável, ou peculiar, a questão é que todas as razões (justificações) que temos para tais crenças sobre o mundo exterior são compatíveis com um cenário totalmente diferente daquele no qual cremos. Teses como a de Descartes são comuns ao longo da tradição filosófica e são marcadas pela aceitação de que o conhecimento está ligado a uma noção de *certeza* demonstrativa, assim, acabam por endossar o seguinte princípio de acarretamento (ou implicação lógica):

S sabe que P, com base em razão R, somente se R implica P.

---

<sup>2</sup> Descartes, considerado pela literatura o pai da modernidade, severamente afirmava nas *Meditações* que o menor indício de dúvida que se encontrar será suficiente para repelir todas as coisas nas quais pretendemos crer.

<sup>3</sup> Podendo essa possibilidade ser lógica, prática ou nômica.

Dito de outro modo, a evidência possuída pelo sujeito deve implicar a crença em questão não havendo espaço para a possibilidade de erro. Mas se isto é necessário para que se possa estar justificado e, por conseguinte, para se ter conhecimento, poucas crenças poderão ser consideradas justificadas e poderão aspirar ao conhecimento.<sup>4</sup> Segundo muitos autores, a exigência imposta pelo princípio de implicação é excessivamente forte e leva inevitavelmente ao ceticismo.<sup>5</sup> Mas se esta tese (infallibilista) está fadada ao ceticismo, cabe à epistemologia achar uma maneira de driblar o cético e restabelecer a possibilidade do conhecimento, pois o que buscamos através da construção de uma teoria do conhecimento é, além de dizer o que o conhecimento é e como ele se dá, enquadrar a ampla e difundida intuição de que conhecemos muitas coisas. A primeira manobra para despistar o cético seria, portanto, negar o Infallibilismo e abraçar o Falibilismo.<sup>6</sup> Ao adotar uma posição falibilista, assumimos um princípio mais fraco:

S sabe que P, com base em razão R, onde R apenas probabiliza P.

Conforme esse princípio, um sujeito pode ter conhecimento sobre uma dada proposição qualquer, neste caso P, com base em uma determinada razão, R, em que R apenas probabiliza P. Dessa maneira, o que é exigido são apenas razões razoavelmente fortes, o suficiente para tornar bastante provável que a proposição em questão seja verdadeira, mas não necessariamente forte o suficiente para garantir sua verdade.<sup>7</sup> No entanto, talvez sem resposta, é a questão de quão forte e quão provável deverá ser a proposição crida para que esteja justificada, bem como qual o tipo de probabilidade que deve ser relevante epistemicamente.<sup>8</sup>

É importante salientar que tal postura falibilista – mesmo que com fortes intuições infalibilistas em sua oposição – parece ter fortes razões para ser considerada como a mais viável diante da ‘condição humana’, onde a possibilidade de erro está sempre presente. Exigir infalibilidade, certeza e impossibilidade de erro é uma exigência que parece demasiada.

---

<sup>4</sup> Cf. BONJOUR, 2002.

<sup>5</sup> BONJOUR 2002, COHEN 1988.

<sup>6</sup> Embora o Falibilismo seja quase universalmente aceito existem algumas críticas disparadas contra ele. Lewis (1996) diz: “Se você afirmar que S sabe que P, e ainda assim admitir que S não pode eliminar certa possibilidade de que  $\sim P$ , certamente parece como se você concedesse que S, afinal de contas, não sabe que P. Falar de conhecimento falível, de conhecimento apesar de possibilidades de erro não eliminadas, soa exatamente contraditório”. Para Lewis, embora preferível ao ceticismo, o Falibilismo é desconfortável. Entretanto, ele acredita que o contextualismo sobre o conhecimento nos permite “driblar a escolha” entre Falibilismo e ceticismo.

<sup>7</sup> Cf. BONJOUR 2002.

<sup>8</sup> Cf. FUMERTON, 1995, p. 190-218; e POLLOCK & CRUZ, 1999, p. 92-111.

Devemos preferir o Falibilismo. Deste modo, o conhecimento não é mais pensado como um tipo especial de crença que, misteriosamente, excluía a possibilidade de erro. Conhecimento agora requer apenas que muito boas razões sejam oferecidas.<sup>9</sup>

Diferentemente do que possa parecer o ceticismo não é tão facilmente derrotado. Pois mesmo que o ceticismo tenha sido superado, ao menos em parte, pela adoção do falibilismo, ele trata de se restabelecer por meio de outros princípios que são mais difíceis de serem rejeitados. Assim, teorias do conhecimento que assumem o Falibilismo ainda terão que lidar com o ceticismo, não mais como um resultado inescapável, mas sim em sua forma paradoxal. Dessa forma, ao assumirmos o Falibilismo, somos confrontados novamente com paradoxos que reinstalam o desafio sobre a possibilidade do conhecimento.

Um dos problemas originados para teorias que abraçam o Falibilismo pode ser compreendido pelo problema contido no paradoxo da loteria, cujas intuições verificamos no seguinte caso: imaginem que um sujeito S possui um bilhete de loteria com  $n$  bilhetes, onde a probabilidade para que o bilhete de S seja o perdedor é massivamente alta. O que diríamos desse caso? Pode S saber que vai perder? Agora, imagine outro caso: suponha que S fica sabendo por Téo, a pessoa responsável pela loteria, que ele irá viciar o sorteio e que S irá perder. O que diríamos agora? S sabe que vai perder? Poderíamos supor que S leu no jornal local que outra pessoa foi sorteada. Bem, neste caso estamos claramente inclinados a aceitar a alegação de que S sabia que iria perder.

O que diferencia estes dois casos? Por que julgamos de maneira diferente? No primeiro caso, podemos sim dizer que S está de posse de boas razões para crer que possui o bilhete perdedor, no entanto não parece correto dizer que S *sabe* que irá perder, não importando quão alta é a probabilidade de que ele perca. E isto ocorre porque ainda resta, por menor que seja, a probabilidade de que ele venha a ser portador do bilhete premiado. Contudo, no segundo caso, temos indicação para pensar o oposto. O fato de Téo ter comunicado que a loteria estaria viciada e que S iria perder é, com certeza, uma boa razão para S crer que irá perder, bem como o fato de S ter lido no jornal. Mas claramente estas razões também não implicam a crença de que S irá perder, uma vez que fontes geralmente confiáveis (como Téo e o jornal) também podem mentir,

---

<sup>9</sup> Essa condição somada à crença e qualquer que seja a condição para que o indivíduo não esteja guettierizado.

enganar-se, distorcer os fatos, etc. Assim, neste caso, ainda que seja alta, a probabilidade de que S irá perder a loteria não garante a verdade de que S irá perder, isto é, seria apropriado dizer que S não sabe que irá perder, mas nossa intuição nos empurra para outro lado, a saber, tendemos a dizer que nesses casos S sabe.

O que podemos verificar é que estes exemplos são suficientes para nos apresentar um paradoxo. Por que, se assumidamente Falibilistas, atribuímos conhecimento a S no segundo caso e negamos conhecimento no primeiro, uma vez que a probabilidade conferida pelas suas razões, em ambos os casos, é consideravelmente alta para probabilizar sua conclusão, ainda que não a implique? Outro caso geralmente relacionado com os casos anteriores foi sugerido por Gilbert Harman.<sup>10</sup> Suponha que Smith possui um bilhete de loteria onde a probabilidade de que o seu bilhete seja o perdedor é massivamente alta. Smith comunica a S sua intenção de ir para NY, no dia seguinte – que seria o mesmo dia da retirada do prêmio (supostamente em NJ). S, com base no comunicado de Smith, passa a crer que Smith estará em NY no dia seguinte, mesmo que S saiba que isso implica que Smith perdeu a loteria (caso contrário, Smith estaria indo para NJ). Segundo Harman, se a razão de S para saber que Smith irá perder está baseada somente na probabilidade de que ele perca, então S não pode saber que Smith irá perder. O fato de S saber que Smith estará em NY no dia seguinte parece envolver o conhecimento de S de que Smith perdeu a loteria. No entanto, S não pode saber que Smith irá perder a loteria somente com base na probabilidade de que isso aconteça. Outro problema originado pela adoção do Falibilismo é imposto pelos paradoxos céticos (o qual veremos mais detalhadamente a seguir), mas que são muito semelhantes em sua estrutura.

## 1.2 O Paradoxo Cético

Para quase todas as coisas sobre as quais pensamos ter conhecimento existem poderosos argumentos que desafiam esse conhecimento, mais precisamente, existem poderosos argumentos céticos que afirmam que nós sabemos muito pouco ou nada sobre tais coisas – ou que sua posição não é menos racional do que a crença na possibilidade do conhecimento. Considere uma simples crença que você possui, da qual você acredita ter conhecimento, e.g., a crença “eu tenho

---

<sup>10</sup> HARMAN (1974 e 1986).

um coração”. De que maneira esse, tão evidente, item de conhecimento poderia ser negado por alguma forma de argumento? Ao longo da história da filosofia, essa perplexidade tem acompanhado epistemólogos que tentaram responder aos argumentos céticos de diferentes maneiras: mostrando que ao argumentar contra o conhecimento o próprio cético se compromete com alguma forma de conhecimento e, assim, refuta a si mesmo; outros procuram demonstrar que o ceticismo é irracional, apelando para alegação de que é mais provável que a conclusão seja falsa do que o argumento seja válido e todas as suas premissas sejam verdadeiras, ou porque a razoabilidade da crença implica um procedimento que contraria o ceticismo. Enquanto, por um lado, tais argumentos pareçam satisfazer alguns, eles não satisfazem a maioria e a dificuldade de derrotá-los atesta sua força.

Os argumentos céticos e o ressurgimento desse debate na recente literatura epistemológica foram possíveis mediante a grande quantidade de reações que eles receberam e têm recebido ao longo dos anos, o que proporcionou uma maior clareza e entendimento dos fatores envolvidos em tal discussão. Dada esta maior clareza, encontramos uma das formas mais poderosas na qual o argumento cético pode ser apresentado, a saber, sob a forma de *Hipóteses Céticas*. Tais hipóteses céticas pretendem explicar como você pode estar errado sobre aquelas coisas que você normalmente acredita e alega saber.

Um dos exemplos mais recentes de argumentos céticos por hipóteses céticas pode ser ilustrado pelo caso do cérebro numa cuba.<sup>11</sup> De acordo com esse exemplo, você é um cérebro, sem corpo, mantido em um recipiente de vidro conectado eletroquimicamente a um computador extremamente poderoso capaz de simular precisamente as experiências sensoriais que você teria caso fosse um sujeito normal (provido de corpo).

Algumas características apresentadas por tais argumentos e que os tornam mais atraentes, pelo menos nas suas formas mais básicas, são a simplicidade com que eles são construídos e a força que eles demonstram. Também poderíamos caracterizar este tipo de argumento cético de *paradoxo cético*.<sup>12</sup> Argumentos que se caracterizam pelo fato de serem válidos e possuírem

---

<sup>11</sup> Este exemplo foi apresentado originalmente por Putnam.

<sup>12</sup> See Lewis (1996), COHEN (1986, 1987, 1988, 1999, 2000a, b), DEROSE (1995). Veja também UNGER (1975, 1984, P.46–54), DRETSKE (1981, p.367, 376), HELLER (1999), KLEIN (2000), FOGELIN (2000), VALDES-VILLANUEVA (2000) e ROSENBERG (2000).

premissas que, intuitivamente e separadamente, parecem ser verdadeiras, mas que, apesar disso, não estamos dispostos a aceitar sua conclusão.

O argumento que apresentaremos a seguir pode ser encontrado na literatura especializada e é considerado como a forma canônica do argumento cético: onde ‘S’ está para qualquer sujeito, ‘P’ (tenho um coração) está para uma proposição qualquer sobre o mundo exterior e ‘HC’ (sou um cérebro numa cuba) está para uma proposição logicamente possível que é incompatível com ‘P’ – neste caso, uma ‘hipótese cética’ em que S é um cérebro em uma cuba sendo estimulado com experiências sensoriais que o informam de maneira enganadora sobre o mundo exterior:<sup>13</sup>

- (AC)      1. Se S sabe que P, então S sabe que  $\sim$ HC.
2. S não sabe que  $\sim$ HC.

Logo, 3. S não sabe que P.

A estratégia utilizada pelo cético em (AC) é a seguinte. Primeiramente, ele pede para que concordemos que não há uma resposta definitiva para a questão sobre se a hipótese cética é ou não a nossa situação atual. Esta alegação fornece uma premissa da qual não podemos eliminar sua hipótese, isto é, é possível que a hipótese proposta pelo cético seja verdadeira ou que não saibamos que ela é falsa. O cético, então, conclui que, uma vez que não somos capazes de eliminar a sua hipótese – e tenhamos de admitir que ela possa ser correta ou que não sabemos que ela é falsa – nós não sabemos aquilo que originalmente alegávamos saber.

O argumento apresentado em (AC) é um argumento válido, apresentado na forma de *modus tollens*. A sua cogência se baseia no suporte de dois princípios epistêmicos: a premissa 1 depende de uma versão apropriada do princípio de fechamento; a premissa 2 depende de uma versão adequada do princípio de sub-determinação.<sup>14</sup> Portanto, se admitirmos a validade de (AC), restariam duas opções possíveis de reação ao argumento em (AC): a primeira opção seria aceitar a sua conclusão e a segunda seria mostrar qual, dentre as duas premissas, é falsa, assim, não precisaríamos aceitar a conclusão que elas apóiam. Uma vez que nosso interesse principal

---

<sup>13</sup> Para uma discussão mais detalhada ver, entre outros, BRUECKNER (1985 E 1994), COHEN (1998 a, b), KLEIN (1981, 1995) VOGEL (2004) E PRITCHARD (2005).

<sup>14</sup> Uma vez que nosso interesse aqui é falar do ceticismo e o modo como o contextualismo se insere na sua discussão não abordaremos detalhadamente (AC), nos concentraremos, especificamente, no princípio sugerido pela premissa 1, o princípio de fechamento, que foi um dos principais tópicos de interesse (e defesa) contextualista neste debate.

neste ensaio é o Contextualismo, discutiremos apenas o princípio que se encontra subjacente à premissa (1).<sup>15</sup>

### 1.3 O Princípio de Fechamento Dedutivo

A capacidade do Raciocínio ou da argumentação se constitui como característica da inteligência humana. Pode-se dizer que se trata de um tipo específico de operação do pensamento que consiste em encadear premissas para que delas se extraia uma conclusão. Existem diferentes formas pelas quais raciocínios podem ser dados, no entanto, a forma que nos interessa aqui e que está diretamente ligada ao princípio de fechamento é o raciocínio dedutivo.<sup>16</sup> Argumentos dedutivos procuram mostrar que a conclusão decorre necessariamente de um conjunto de premissas ou hipóteses. Um argumento dedutivo é válido se a conclusão se segue necessariamente das premissas, ou seja, a conclusão deve ser verdadeira, uma vez que as premissas são verdadeiras. Um argumento dedutivo é legítimo se ele é válido e suas premissas são verdadeiras. Assim, a importância deste tipo de raciocínio se torna evidente, uma vez que ele descreve como o nosso conhecimento pode ser transmitido.

A grande maioria dos epistemólogos pensa ser possível aumentar o nosso corpo de conhecimento (o conjunto de proposições por nós conhecidas) por meio da aceitação de coisas (outras proposições) que são implicadas por aquilo que já conhecemos. De acordo com esse princípio, se um sujeito sabe alguma proposição, digamos P, e P implica uma segunda proposição, digamos Q, então esse sujeito também sabe que Q. Dito de outra maneira, o princípio de fechamento expressa que, se um sujeito se encontra em uma relação epistêmica com uma determinada proposição, e.g., uma relação de crer justificadamente nessa proposição, então esse sujeito também se encontra na mesma relação epistêmica referente a outras proposições, desde que essas outras proposições estejam conectadas de uma forma específica com a primeira proposição. Tal “forma específica”, sob a qual essa relação epistêmica se encontra, é considerada, portanto, “fechada”. Dessa maneira, o princípio de fechamento dedutivo que irá nos interessar ao longo desse ensaio expressa o fechamento da relação epistêmica de justificação

---

<sup>15</sup> Para uma discussão sobre o princípio (2) de sub-determinação ver BRUECKNER (1994) e PRITCHARD (2005)

<sup>16</sup> Outras formas de raciocínio: indução, abdução, etc.

quando duas proposições estiverem conectadas através da relação de implicação lógica conhecida.<sup>17</sup> O princípio de fechamento pode, portanto, ser formulado da seguinte maneira.

(PF) Se S sabe que P, S sabe que P implica Q e S crê que Q com base na dedução de Q a partir de P, então S sabe que Q.

Se um sujeito sabe alguma proposição, P, deduz dessa proposição uma segunda proposição, Q, e passa a crer que Q com base na relação de implicação, então ele sabe que Q. Existem outras formulações desse princípio, mas não nos interessa discuti-las aqui.<sup>18</sup> A formulação recém apresentada é a versão mais discutida desse princípio, pois ela elimina os contra-exemplos nos quais o sujeito falha em crer na proposição implicada ou passa a crer na proposição implicada pelas razões erradas. Ambas as alternativas falham na obtenção de conhecimento.

O princípio do fechamento dedutivo, como descrito em (PF), é empregado tanto no paradoxo da loteria quanto na tentativa do cético de desafiar nossas alegações de conhecimento. Nos argumentos céticos, é salientado o fato de que se um sujeito, S, alega saber uma determinada proposição ordinária, P (e.g., “S tem um coração”), e sabe que essa proposição implica a falsidade de uma hipótese cética (e.g., “S é um cérebro numa cuba sofrendo experiências enganadoras”), então, seria possível, para S, saber a falsidade da hipótese cética, uma vez que o conhecimento é fechado por implicação lógica conhecida, (PF). Como S não pode saber da falsidade da hipótese cética, uma vez que sua evidência suporta ambas as hipóteses, S também não pode saber que P.

#### **1.4 Negando o Princípio de Fechamento Dedutivo**

Como vimos anteriormente, o cético utiliza o (PF) para desafiar a tese de que possuímos conhecimento. A argumentação desenvolvida pelo cético afirma que, visto que não sabemos que sua hipótese, HC, é falsa e que, dado o princípio de fechamento, nós deveríamos ser capazes de

---

<sup>17</sup> Estamos considerando aqui a análise tradicional do conhecimento (acrescida de alguma condição que lide com os casos tipo Gettier) onde justificação é condição necessária para o conhecimento e, assim, o que se aplica para justificação também se aplicaria para o conhecimento.

<sup>18</sup> Existem outras formulações para o princípio de fechamento que não incluem a exigência do conhecimento na implicação, mas essas formulações são falhas. Para os nossos propósitos neste ensaio essa versão é suficiente. Para uma maior análise desse princípio ver HAWTHORNE (2005).

saber que HC é falsa se nós sabemos que P, conclui-se que nós não sabemos que P. Assim, embora num primeiro momento o princípio de fechamento pareça essencial para a expansão do nosso corpo de conhecimento, alguns epistemólogos, a partir dessa análise, consideram o princípio de fechamento como a porta de entrada para o ceticismo.

A solução, então, encontrada por alguns epistemólogos para responder ao cético foi negar (PF), que se encontra implicado pela primeira premissa de (AC) (Se S sabe que P, então S sabe que  $\sim$ HC).<sup>19</sup> No entanto, a idéia de que o conhecimento não seja sempre transmitido através de raciocínio dedutivo não agrada a maioria dos epistemólogos. Para eles, a negação deste princípio é uma idéia absurda, pois representa a redução massiva da expansão do nosso corpo de conhecimento.

Argumentos contra (PF) podem ter diferentes motivações: ou visam barrar o argumento cético ou, em outros casos, a negação de (PF) se apresenta como consequência de uma concepção específica de conhecimento e justificação. Fred Dretske e Robert Nozick apresentam dois dentre os mais discutidos exemplos contra (PF).

Fred Dretske em seu artigo de 1970, intitulado *Epistemic Operators*, oferece um exemplo que ficou amplamente conhecido na literatura em que a plausibilidade de (PF) é colocada à prova:

Você leva seu filho ao Zoológico, vê diversas zebras e, quando questionado por seu filho, lhe diz que são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós pouco hesitaria em dizer que nós sabíamos isso. Nós sabemos como zebras se parecem e, além do mais, esse é o zoológico metropolitano e os animais estão em um cercado claramente sinalizado “Zebras”. Ainda assim, algo ser uma Zebra implica que [esse algo] não seja uma mula e, em particular, que [esse algo] não seja uma mula espertamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra. Você sabe que esses animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para se parecerem com zebras? Se você está tentado a responder “sim” a essa questão, pense um momento a respeito de quais razões você possui, qual evidência você pode produzir em favor dessa alegação. A evidência que você tinha para pensar [que os animais eram] zebras foi efetivamente neutralizada, pois ela não conta em favor [dos animais] não serem mulas espertamente disfarçadas para se parecerem com zebras. Você

---

<sup>19</sup> Diversos autores apresentaram contra-argumentos contra (PF). Ver DE ALMEIDA (2007A, 2007B, 2011), OLIN (2003, 2005), DRETSKE (1970), NOZICK (1981), AUDI (1991).

checou com as autoridades do zoológico? Você examinou de perto os animais, suficientemente para detectar a fraude? Você deve fazer isso, mas na maioria dos casos você não faz nada desse tipo.<sup>20</sup>

Podemos, a partir deste exemplo, esquematizar a estrutura de argumentação utilizada por Dretske para colocar em xeque a validade de (PF). De acordo com Dretske, o agente cognoscente S crê na proposição P, “os animais diante de mim são zebras”, porque a evidência que S possui fornece razão para crer que P, a saber, a evidência (E) que S possui é “há, no cercado, uma placa com a palavra ‘zebras’”. No entanto, S ao perceber que P implica logicamente a proposição Q, “os animais diante de mim não são mulas espertamente disfarçadas de zebras”, ele se dá conta de que não pode estar justificado ao crer que Q. A explicação para isso, segundo Dretske é de que mesmo que, para S, (E) sirva para justificar P e P implique logicamente Q, (E) não serve para justificar Q.

No entanto, conforme explicitado pelo (PF), uma vez que S não está justificado ao crer que Q a manobra natural a ser feita seria negar que S está justificado ao crer que P – mas esta é exatamente a alegação feita pelo cético. Porém, Dretske contém essa manobra sugerindo que, ao invés de aceitarmos essa terrível conclusão de que uma proposição tão ordinária quanto P não possa ser objeto de crença justificada, nós devemos condenar o princípio que origina tal resultado, assim, considerando (PF) como um princípio que é falso.

Dretske, no caso das zebras, parece coadunar dois importantes elementos presentes em nossa intuição no que diz respeito à situação epistêmica na qual S se encontra. Por um lado, a análise de Dretske parece conter uma resposta satisfatória, em algum sentido, para a alegação feita pelo cético, uma vez que a evidência (E) que S possui em favor de P não é suficiente para justificar Q. Mas por outro lado, Dretske parece satisfazer nossa intuição de que conhecemos muitas coisas, pois sugere que S está justificado ao crer na proposição ordinária de que P, ainda que a sua evidência (E) não possibilite justificar uma consequência lógica de P. Portanto, mediante seu exemplo das zebras, Dretske afirma que é possível saber que o animal é uma zebra sem saber que o animal não é uma mula pintada e, com isso, mostrar que o princípio de fechamento falha em algumas circunstâncias.

---

<sup>20</sup> DRETSKE, 1999, p.29.

Dretske explica a falha do princípio de fechamento através de uma analogia feita entre “saber que” com o que ele denomina *operadores epistêmicos*. Um exemplo de operador epistêmico, análogo a “saber que” poderia ser “explicar que”. Assim, por exemplo, a proposição “Alcides não estudou para prova” implica a proposição “Alcides não estudou para prova ou não respondeu nenhuma questão”. Contudo, ao considerarmos outra proposição, D (“Alcides estava doente”), que serve como evidência, se pode explicar porque “Alcides não estudou para prova”, e essa proposição explicaria o porquê “Alcides não respondeu nenhuma questão”, no entanto, D falha em explicar porque “Alcides não respondeu nenhuma questão”. Para Dretske, portanto, “saber que” é tão importante, ou se comporta, como “explicar que”. Deste modo, da mesma maneira que é possível uma proposição explicar uma segunda proposição sem explicar outras proposições implicadas por esta segunda proposição, é possível saber que P sem saber todas as proposições implicadas por P.

Num primeiro momento, a resposta oferecida por Dretske ao negar o (PF) é muito atraente, pois coaduna diferentes intuições que, em princípio, pareciam incompatíveis, porém ela não é unanimemente satisfatória, dado algumas conseqüências indesejáveis advindas dessa constatação.<sup>21</sup> Considere o seguinte caso: em algumas ocasiões outros sujeitos podem nos chamar a atenção com relação a certas conseqüências provenientes daquilo que cremos. Dessa maneira, em algumas dessas ocasiões nós podemos vir a deixar de crer em alguma proposição, ou que algo é o caso, devido a alguma conseqüência claramente indesejada que essa proposição implica. No entanto, diferentemente do que essa prática inferencial propõe, o sujeito que se encontra na situação descrita por Dretske – de crer que P, crer que P implica Q, reconhecer que Q é uma conseqüência insuportável de P, mas não abrir mão de sua crença de que P – é considerado como epistemicamente correto, no sentido de que é apropriado que o agente aja dessa maneira, quanto ao seu raciocínio. Contudo, esse parece claramente um resultado indesejável da argumentação de Dretske contra (PF).<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> O próprio Dretske reconhece que esta “tese ela mesma não é suficientemente contra-intuitiva para tornar controversa a maior parte dos exemplos cruciais”. DRETSKE, 1999, p.139.

<sup>22</sup> Dretske, mais recentemente, tenta reforçar seu ataque ao princípio de fechamento ao mesmo tempo em que pretende explicar esse resultado aparentemente indesejável. Ele defendeu uma distinção entre duas categorias distintas de proposições, a saber, proposições “peso-pesado” (heavyweight) e proposições “peso-leve” (lightweight). O intuito de Dretske era mostrar que inferências destas proposições conduzem a resultados diferentes. As ditas proposições “peso-pesado” correspondem àquelas proposições oferecidas pelos argumentos céticos, como, por exemplo, hipóteses que nós não podemos descartar somente com base nas evidências disponíveis – são proposições

Outra tese que procura oferecer uma teoria do conhecimento mostrando, ainda que de modo indireto, a falha do princípio de fechamento é a *Teoria do Rastreamento* (TR), oferecida por Robert Nozick (1981). Nozick desenvolveu uma análise do conhecimento empírico que possibilita, assim como a teoria das razões conclusivas de Dretske, o nosso conhecimento de proposições empíricas ordinárias, ainda que não sejamos capazes de saber que o ceticismo é falso. Ele apresenta e defende uma interessante tese sobre conhecimento proposicional. A Definição pode ser apresentada da seguinte maneira:

Um agente epistêmico S sabe que P via o método M somente se:

1. S crê que P via M;
2. P é verdadeira;
3. Se P fosse falsa, então S não creria que P via M;
4. Se P fosse verdadeira (e S usasse M para chegar à crença de que P), então S creria que P via M.<sup>23</sup>

Nozick, além de crença verdadeira exige duas condições adicionais para o conhecimento, através destas condições para o conhecimento, ambas se baseiam na análise de *condicionais subjuntivos*. A condição número (3) assume, desse modo, o papel crucial na tentativa de resposta ao argumento cético. A estratégia pensada por Nozick afirma que enquanto S satisfaz a condição (3) e verdadeiramente sabe que P ele falha em saber  $\sim$ HC. Pois se a crença de S em  $\sim$ HC (de que ele não é um cérebro numa cuba) fosse falsa (ou seja, se S fosse um cérebro numa cuba) S ainda acreditaria em  $\sim$ HC (isto é, S acreditaria que não é um cérebro numa cuba). Essa condição (3) foi

---

que não estamos justificados em crer com base na percepção, mesmo com a ajuda da razão. É o caso de hipóteses como a de que nós somos cérebros em uma cuba sendo massivamente enganados por cientistas sobre o mundo a nossa volta, etc. Já as proposições “peso-leve” correspondem àquelas proposições como “os animais diante de mim são zebras” ou de que “eu estou diante de um computador”. Enquanto no caso das proposições “peso-leve” o sujeito possui justificção para tais proposições, ainda que ele possa perder tal justificção (ao entreter proposições “peso-pesado”, por exemplo), no caso das proposições “peso-pesado” o sujeito parece não ter justificção alguma.

A partir desta distinção, Dretske oferece uma teoria segundo a qual a inferência a partir de proposições “peso-leve” é epistemicamente autorizada, enquanto que a inferência a partir de proposições “peso-pesado” não o é. Uma característica central para essa teoria é a introdução do que ele chama de condição da razão conclusiva. De acordo com esta condição um sujeito A sabe que X se A tem uma razão R para X, de tal modo que se X não fosse o caso, A não possuiria a razão R. Para que a condição da razão conclusiva cumpra seu propósito, uma vez feita a distinção entre proposições “peso-pesado” e “peso-leve”, devemos entender que não é possível que tenhamos razões conclusivas para crer em proposições “peso-pesado”, mas deve ser possível que tenhamos razões conclusivas para proposições “peso-leve”. Cf. DRETSKE, 1981.

<sup>23</sup> Cf. NOZICK (1981), p. 178. A definição apresentada no texto é ligeiramente diferente da apresentada por Nozick, pois já contém a questão do método.

chamada de condição de “*sensibilidade*” e tem sido amplamente discutida pela literatura. A condição (4) foi menos discutida, mas levanta considerações importantes.<sup>24</sup>

De acordo com a teoria de Nozick, quando as condições (3) e (4) são satisfeitas diz-se que a verdade de P foi rastreada. Assim, aplicando esta teoria como resposta ao argumento cético, (AC), a alegação de que S sabe que P será verdadeira mesmo que S não seja capaz de saber  $\sim$  HC. Isso ocorre, pois, o mais próximo dos mundos possíveis em que  $\sim$ P é um mundo no qual S não creria que P. Ou seja, em todos os mundos possíveis próximos, no qual seja verdadeiro que S crê que P, S de fato crê que P. Portanto, segundo Nozick, mesmo que nós não sejamos capazes de saber que as hipóteses céticas são falsas, nossas alegações ordinárias ainda podem ser preservadas.

Para que possamos compreender melhor de que maneira a condição (3) origina a inaplicabilidade do (PF) retomemos o exemplo das zebras proposto por Dretske. A proposição de que, P, “os animais diante de mim são zebras” implica logicamente  $\sim$ HC, que “esses animais não são mulas pintadas de zebras”. Se conservarmos (PF) nessa situação e não formos céticos, então eu sei que P e eu sei que  $\sim$ HC. Contudo, se admitimos (PF) e se (3) é uma condição que deve efetivamente ser cumprida com o intuito de que P possa ser conhecida, então (PF) falha no caso das zebras, pois S cumpre a condição (3) no que se refere a P, porém S não cumpre essa condição em relação a uma consequência lógica da verdade de P, a saber,  $\sim$ HC.

De acordo com o que é entendido pela semântica tradicional de condicionais subjuntivos, os mundos possíveis mais próximos do nosso – onde os animais diante de mim não são zebras – são mundos onde, por exemplo, os animais diante de mim são Girafas. Portanto, nesse caso, se P fosse falsa, eu não creria que P. Mas, os mundos possíveis onde os animais diante de mim são mulas disfarçadas de zebras, são mundos onde P é falsa e eu creria que P. Logo, se (3) é uma condição necessária para que se tenha conhecimento empírico, então conhecimento não é sempre transmitido por raciocínio dedutivo desde premissa(s) conhecida(s) até a conclusão do

---

<sup>24</sup> A condição (4) é problemática, pois de acordo com a maioria dos estudiosos sobre condicionais subjuntivos se o antecedente e o conseqüente do condicional são ambos verdadeiros, assim também é o condicional. Portanto, uma vez que as condições (1) e (2) sejam satisfeitas, assim também será a condição (4). Mas com isso, (4) parece não fazer nenhum acréscimo positivo. Alguns notam que é “bizarro” utilizar o subjuntivo (se P *fosse* verdadeiro) dado (2) P é verdadeiro, pois poderíamos concluir que se P é verdadeiro (4) não pode ser satisfeita. A consequência dessa constatação é que (1) e (4) nunca poderiam ser ambas verdadeiras, impossibilitando o conhecimento. Assim, o que Nozick precisaria é uma tese sobre “subjuntivos-verdade-verdade” (true-true subjunctives), isto é, condicionais subjuntivos em que o antecedente e o conseqüente são ambos verdadeiros.

argumento que estrutura esse raciocínio, pois uma de suas condições necessárias não é sempre transmitida. A condição (3) implica que, para todo sujeito S, S não pode saber que ele não é um cérebro numa cuba, pois, segundo (3), se S fosse um cérebro nessas condições, ele criaria falsamente que não era um cérebro nessas condições.<sup>25</sup>

Mas existem alguns problemas com a condição da “sensibilidade” da forma como Nozick a concebe.<sup>26</sup> Embora virtualmente todos os filósofos inseridos nesse debate discordem dessa condição, ela possui alguma intuição verdadeira e alguns filósofos acreditam que ela poderia ser redefinida. Vejamos o seguinte contra-exemplo para a falsidade da condição (3).

Rampa do Lixo: Eu jogo um saco de lixo através da rampa de lixo do meu edifício. Alguns instantes depois eu creio (e sei) que o saco de lixo está no porão. Se o saco de lixo não estivesse no porão, todavia, isso seria porque ele ficou preso em algum ponto da rampa do lixo, e eu ainda creia que o saco de lixo está no porão.<sup>27</sup>

Neste caso, a minha crença de que o saco de lixo está no porão não é sensível (de acordo com a condição (3)) e, ainda assim, ela parece ser um caso de conhecimento. Outra razão que poderia ser apontada para a insatisfação com o requerimento da sensibilidade é que ela pretende falsear (PF), o que para a maioria dos epistemólogos é inconcebível. É importante notar que não é verdadeiro que “se S crê sensivelmente que P e deduz Q de P (sem deixar de crer sensivelmente que P), então S sensivelmente crê que Q.

Considere outro exemplo. Considere as proposições de que ‘há biscoitos no pote’ e que ‘eu não creio falsamente que existem biscoitos no pote’. Eu sensivelmente creio que existem biscoitos no pote (se não houvesse nenhum, então eu não creia que existem biscoitos no pote). Posso deduzir a partir dessa proposição que ‘eu não creio falsamente que existem biscoitos no pote’ (sem deixar de crer sensivelmente de que ‘existem biscoitos no pote’). Ainda assim, eu não creio sensivelmente que ‘eu não creio falsamente que existem biscoitos no pote’ (se acreditei falsamente que ‘existem biscoitos no pote’, então eu ainda creia que ‘existem biscoitos no pote’

---

<sup>25</sup> Críticas a esta tese ver ADAMS (2005) e DRETSKE (2005).

<sup>26</sup> Ver LUPER-FOY (1987). Trata-se de uma ótima coleção de artigos críticos sobre o tema em questão.

<sup>27</sup> Este exemplo é ligeiramente modificado de SOSA (2000). No entanto, a família de contra-exemplos dessa natureza pode ser atribuído a VOGEL (1987).

e eu ainda deduziria, a partir daquela proposição, que ‘eu não creio falsamente que existem biscoitos no pote’).<sup>28</sup>

Como Vogel sugere o fato de que a condição de sensibilidade, como em (3), não está fechada por implicação lógica não significa que nenhuma tese sobre o conhecimento que utilize a sensibilidade não possa estar igualmente fechada. De qualquer modo, em qualquer caso em que uma proposição é acreditada sensivelmente, mas uma consequência dela não o é, pode acontecer que a proposição que é sensivelmente acreditada não satisfaça alguma outra condição que a tese postula como necessária para o conhecimento. No entanto, na tese de Nozick sobre o conhecimento, o conhecimento realmente falha em estar fechado sob implicação lógica conhecida e esta falha pode ser rastreada de volta à condição de sensibilidade.

Mas, mesmo que Nozick (assim como Dretske) se sintam satisfeitos com o fato de que suas teses sobre o conhecimento não respeitam o (PF), a maioria dos filósofos pensa que isso é um grave problema para eles. Ainda que deixemos de lado a questão de se ‘eu posso saber que tenho mãos, mesmo que eu não saiba que eu não sou um cérebro numa cuba’, a tese de Nozick admite falhas flagrantes do (PF). Por exemplo, de acordo com a tese de Nozick, o conhecimento não se distribui através de uma conjunção. Eu posso saber que ‘eu estou escrevendo e eu não sou um cérebro numa cuba’, mas o que justifica o primeiro conjunto, digamos E (‘vejo minha mão segurando uma caneta que rabisca o papel’) não é suficiente para justificar o segundo conjunto (Nozick salienta que esta conjunção satisfaz a condição da sensibilidade, pois caso ela fosse falsa seria porque eu não estou escrevendo, mas de qualquer modo – se eu fosse um cérebro numa cuba – eu não creia nisso). Esse fato para Nozick sugere que nunca podemos saber que não somos cérebros em cubas, embora possamos ter como objeto de conhecimento as proposições ordinárias que alegamos saber como, por exemplo, ‘eu tenho mãos’.<sup>29</sup>

## 1.5 A Teoria das Alternativas Relevantes

Dretske sugere que em alguns casos o PF não se aplica. Essa proposta oferecida por Dretske (1970) deu origem ao que ficou conhecido na literatura como *Teoria das Alternativas Relevantes*

---

<sup>28</sup> Este exemplo também foi sugerido por VOGEL (1987).

<sup>29</sup> Cf. NOZICK, 1981, p. 228.

(TAR).<sup>30</sup> Podemos dizer que TAR é responsável por uma das reações ao argumento cético de maior influência na epistemologia contemporânea.<sup>31</sup> Segundo TAR, o principal fator que deveria ser adicionado à crença verdadeira para que ela se tornasse um caso de conhecimento é que o agente epistêmico deveria ser capaz de eliminar todas as alternativas relevantes incompatíveis com a proposição em questão. Nossa evidência não precisa ser capaz de eliminar todas as alternativas a P, mas apenas as alternativas que são *relevantes* à verdade de P. A teoria das alternativas relevantes oferecida por Dretske também pretende acomodar duas importantes intuições: a intuição de que o conceito de conhecimento é absoluto e a intuição de que conhecemos muitas coisas que acreditamos conhecer sobre o mundo exterior.

Para Dretske, falar que o conceito de conhecimento é absoluto, ancorado nas nossas intuições, é o mesmo que dizer que a evidência (justificação ou razão) sobre a qual alguém baseia sua crença deve ser capaz de eliminar todas as alternativas a tal crença. Nesse sentido, HC é uma alternativa à crença de que P somente se a verdade de HC é incompatível com a verdade de que P. Se nossas intuições estão corretas, então parece que S não pode saber que P se HC é incompatível com P – admitindo-se que a evidência (justificação, razão) para P não é capaz de eliminar a possibilidade de que HC seja o caso. O ceticismo é acusado justamente de explorar essa compreensão intuitiva sobre evidência, uma vez que ele dirige nossa atenção para hipóteses céticas incompatíveis com as proposições ordinárias sobre o mundo exterior. O cético, desse modo, nos mostra que nossas crenças nesse tipo de proposições quase nunca são capazes de eliminar as possibilidades de que as hipóteses céticas sejam o caso. Mas com isso, somos levados pelo cético a duvidar da possibilidade do nosso conhecimento de proposições ordinárias sobre o mundo exterior. Assim, se consideramos o conceito de conhecimento como um conceito absoluto, pressuposto pelo cético, temos o inconveniente de ter que abrir mão do nosso conhecimento ordinário. O que imediatamente nos colocaria duas opções: ou abandonamos o conceito absoluto de conhecimento ou aceitamos a alegação cética de que não possuímos conhecimento de tais proposições ordinárias.

---

<sup>30</sup> DRETSKE (1970, 1971, 1981 e 1981a). No entanto, nosso foco aqui será o texto seminal da teoria das alternativas relevantes apresentado em Dretske (1981).

<sup>31</sup> Como podemos encontrar nesses autores: GOLDMAN (1976), STINE (1976), COHEN (1988, 1991 e 1998a), DEROSE (1995 e 1996), HAWTHORNE (2004).

A explicação oferecida por Dretske sobre a estrutura do conceito de conhecimento é parasitária à estrutura de outros conceitos. Por exemplo, a análise dos predicados ‘x é liso’ e ‘x está vazio’ é capaz de oferecer um modelo através do qual a relação de conhecimento, ‘x sabe que y’, pode ser entendida. Dretske faz uma releitura da análise que Peter Unger (1975) realizou desses conceitos, alegando que as características compartilhadas por esses conceitos (exemplificadas por tais predicados) é o fato de que todos eles são absolutos, mas apesar de seu caráter absoluto, eles se mantêm sensíveis em relação a alguns fatores, a saber, interesses que parecem ser cambiáveis e fatores que influenciam a sua aplicação ordinária.<sup>32</sup>

Como podemos encontrar na análise desses predicados realizada por Unger, ‘x é liso’ usualmente expressa um conceito absoluto, no sentido de que uma superfície é lisa somente se ela não possui qualquer rugosidade ou irregularidade. Qualquer uma dessas características, independentemente do grau com que se faça presente, faz com que a superfície na qual elas ocorram seja considerada como uma superfície que não é realmente lisa. A superfície da qual se pode apontar qualquer irregularidade pode estar muito próxima de ser lisa, mas, de acordo com essas expressões, ela não pode ser considerada realmente lisa. Segundo as afirmações de Unger, ainda que seja possível compararmos diferentes superfícies segundo o seu grau de “lisura” (e.g., sua pele é mais lisa do que a minha), nada mais fazemos do que comparar o grau com que tais superfícies se aproximam da “lisura”. A intuição que Unger pretende salientar com essa análise é a de que duas superfícies não podem ser ambas lisas e, no entanto, uma delas ser mais lisa do que a outra. Assim, a “Lisura” não admite graus, ainda que para uma superfície estar mais ou menos próxima da “Lisura” admita graus. Unger conclui a partir dessa análise do conceito expresso pelo predicado ‘x é liso’ que, quando devidamente ampliadas, praticamente todas as superfícies apresentam algum tipo de irregularidade. Contrariando aquilo que nós normalmente pensamos, a grande maioria das superfícies que conhecemos não são realmente lisas. Ao descrevermos essas superfícies como sendo lisas nós estamos dizendo algo simplesmente falso. Essa é uma consequência de o conceito de superfície lisa ser absoluto.

Mas de que maneira isso se aplica ao conhecimento? Ao pensarmos rigorosamente sobre o conhecimento que alegamos possuir podemos perceber algumas “irregularidades” (como as

---

<sup>32</sup> Para Unger, o fato de que o conceito de conhecimento de fato é absoluto implica que nossas crenças em proposições ordinárias são falsas.

rugosidades no caso da superfície lisa) que não havíamos percebido anteriormente e estas se tornam salientes. Isso parece mostrar que sempre existem possibilidades que nossa evidência não consegue eliminar, o que acaba por nos impedir de conhecer tais proposições ordinárias. Uma vez que o conhecimento é entendido como um conceito absoluto ele parece exigir que todas as alternativas, à verdade da proposição que se procura manter, sejam eliminadas para que essa mesma proposição possa ser conhecida por nós. Assim, dificilmente poderíamos ser julgados como aplicando de modo apropriado o conceito de conhecimento em situações ordinárias. Essa constatação, como podemos observar, nos conduz a uma conclusão cética, que, por sua vez, é tida por Unger como sendo uma consequência que não podemos contornar.<sup>33</sup>

Contudo, essa análise desenvolvida por Unger não satisfaz Dretske, e nem a maioria dos epistemólogos envolvidos nesse debate. Pois, de acordo com Dretske, o fato de que o conceito de 'liso' possa ser dito absoluto não implica que nada no mundo seja realmente liso. Para ele, mesmo que algo não possa ser liso e conter irregularidades, aquilo que pode vir a contar como uma irregularidade irá depender do tipo de superfície que está sendo descrita. Outro conceito absoluto, exposto por Unger, discutido por Dretske e que se comporta da mesma forma que o conceito de liso é o conceito de vazio. Alguma coisa pode ser considerada vazia se nada há dentro dela, contudo isso não significa que uma sala de aula não esteja realmente vazia porque dentro dela ainda se encontram algumas lâmpadas e carteiras, pois lâmpadas e carteiras não são coisas que tomamos como relevantes para determinação de uma sala de aula vazia. Na verdade a presença de tais objetos é irrelevante para a determinação de se a sala de aula está vazia, mas isso também não implica que a presença de lâmpadas e carteiras não possa vir a ser relevante, digamos no caso de um agente imobiliário querer alugar a sala.

De acordo com a análise proposta por Dretske, os conceitos considerados absolutos sempre pressupõem, para seu uso adequado, a ausência de certo tipo de coisas. Ao considerarmos o conceito de liso, o seu uso adequado implica a ausência de irregularidades. Da mesma maneira, no caso do conceito de vazio, o uso adequado desse conceito implica a ausência de objetos. Mas na medida em que se torna necessária a determinação de quando certa utilização desses conceitos é ou não adequada nos deparamos com critérios e padrões cambiáveis, ou seja, o que deveria ser tomado como um objeto (no caso do conceito de vazio) e o que deveria contar

---

<sup>33</sup> DRETSKE, 1981, p.51.

como uma irregularidade (no caso do conceito de liso) varia contextualmente. Pois, em última análise, aquilo que usualmente levamos em consideração como um objeto quando tentamos determinar se a carteira de alguém está vazia não é o mesmo do que quando tentamos determinar se uma sala de aula ou um estádio de futebol está vazio.

Com base nessa argumentação Dretske sugere que conceitos desta natureza, a saber, conceitos absolutos, como ‘vazio’ e ‘liso’, são absolutos apenas se considerados de modo relacional. Com base nesse caráter relacional, algo será considerado vazio somente se esse algo é privado de todas as coisas relevantes e, igualmente, uma superfície será considerada lisa se ela é privada de toda irregularidade relevante. Para o conceito de conhecimento Dretske faz uma análise análoga. Se o conceito de conhecimento é um conceito absoluto, então é razoável que se pense que ele também é relacionalmente absoluto.<sup>34</sup> Uma das propostas sugeridas por Dretske é que pensemos o conhecimento como uma espécie de estado evidencial no qual todas as alternativas relevantes àquilo que se sabe tenham sido eliminadas.<sup>35</sup>

Consideremos outro exemplo discutido por Dretske onde ele pretende dar suporte para a idéia de que o conhecimento é um conceito *relacionalmente* absoluto.<sup>36</sup> Imagine que

Um observador de aves amador identifica um pato em seu lago favorito em Wisconsin. Ele rapidamente nota a sua silhueta familiar e suas marcas e faz uma nota mental para dizer aos seus amigos que ele viu um Gadwall, uma ave bastante incomum naquela parte do meio-oeste. Dado que o Gadwall tem um conjunto distintivo de marcas (costas pretas, mancha branca na ponta posterior da asa, etc.), marcas que nenhum outro pato norteamericano exhibe, e todas essas marcas eram perfeitamente visíveis, parece suficientemente razoável que se diga que o observador de aves sabe que aquela ave é um Gadwall. Ele pode ver que ela o é. Entretanto, um interessado ornitólogo está pesquisando nas redondezas, não muito longe de onde o observador de aves identificou o seu Gadwall, procurando por algum traço de mergulhões siberianos. Mergulhões são aves aquáticas semelhantes a patos e a versão siberiana dessa criatura, quando está na água, é

---

<sup>34</sup> Dretske concorda com Unger: “O conhecimento é um conceito absoluto (eu discordo dele, no entanto, sobre a fonte desse absolutismo; Unger o encontra na certeza necessária para conhecimento, eu acho que é na justificação exigida para o conhecimento)” DRETSKE, 1981, p 51.

<sup>35</sup> Ele propõe que pensemos em “conhecimento como um estado evidencial no qual todas as alternativas relevantes (aquilo que se sabe) são eliminadas. Isso faz do conhecimento um conceito absoluto, mas a restrição às alternativas relevantes faz com que ele seja aplicável, assim como vazio e plano, ao mundo epistemicamente irregular no qual nós vivemos”. DRETSKE, 1981, p. 52.

<sup>36</sup> De acordo com Dretske esse exemplo pretende incorporar diferentes características presentes em exemplos da época, como por exemplo, o caso dos falsos celeiros.

muito dificilmente distinguível de um pato Gadwall. Uma identificação acurada requer que vejamos as aves voando, pois o Gadwall tem a barriga branca e o mergulhão tem a barriga vermelha – características que não são visíveis quando essas aves estão na água. O ornitólogo tem a hipótese de que alguns mergulhões siberianos têm migrado, para o meio-oeste, do seu lar na Sibéria e ele e seus assistentes de pesquisa estão vasculhando o meio-oeste a procura de confirmação.<sup>37</sup>

As intuições presentes nesse exemplo mostram a força e o modo pelo qual o ceticismo se instala, minando nossos juízos de conhecimento. Pois, como Dretske destaca, nossas intuições hesitam ao considerar se o observador amador de aves sabe ou não que a ave diante dele é um pato Gadwall – mesmo que se admita que a ave diante dele seja de fato um Gadwall. O que ocorre efetivamente é que não parece errado pensar que o observador amador não sabe que a ave que se encontra a sua frente é um Gadwall se consideramos a possibilidade da existência de mergulhões nas proximidades, pois este fato aumenta ou torna saliente a possibilidade de erro. Ou seja, é compreensível que nossos julgamentos, em situações semelhantes, variem na medida em que nós alteramos a descrição da possibilidade que é incompatível com a proposição de que a ave é um pato Gadwall. No entanto, se pensarmos que o ornitólogo busca comprovação para uma hipótese esdrúxula, isto é, se ele estiver errado, ainda sim estaríamos autorizados a pensar que o observador não tem conhecimento? Ou seja, será que mesmo as possibilidades mais remotas são capazes de roubar ou impedir o conhecimento de um determinado agente epistêmico? Para ele esse horizonte de possibilidades tem de ser estreitado pelas teorias epistemológicas. Caso contrário, ficamos presos às armadilhas céticas.

A solução encontrada por Dretske para garantir ou salvaguardar nosso conhecimento é a exigência de que todas as alternativas relevantes à verdade da proposição que é objeto de conhecimento devam ser eliminadas. No entanto, os membros do conjunto de alternativas à verdade dessa proposição podem variar de acordo com a situação em consideração. Isso permitiria que, uma vez que a possibilidade de haver mergulhões nas proximidades não é relevante, o observador pudesse saber que a ave que ele observa é um Gadwall. Do mesmo modo que caso houvesse uma suspeita, ou a possibilidade de erro fosse saliente, digamos a possibilidade de haver mergulhões nas proximidades, ele não poderia saber que a ave que ele vê

---

<sup>37</sup> DRETSKE, 1981, p. 54 – 55

é um Gadwall, a não ser que ele fosse capaz de eliminar essa possibilidade. Como podemos notar, Dretske nos chama a atenção para certas possibilidades ou alternativas as quais ele distingue entre relevantes e não-relevantes. No exemplo anterior Dretske nos chama a atenção para essas alternativas ao descrever como nossas intuições tendem para uma ou outra resposta de acordo com as alternativas que são consideradas.

O aspecto central que precisa ser agora explicado por Dretske é qual o critério que deve ser utilizado para diferenciar entre uma alternativa relevante e uma não relevante. Ele introduz algumas noções que serão utilizadas para tal diferenciação. Uma delas é a noção de *conjunto contrastante* (CC). Este conjunto é formado pelas possibilidades que são necessariamente, através de uma perspectiva lógica, eliminadas por aquilo que S sabe – se é o caso que S sabe que P, então uma dada proposição Q irá pertencer ao (CC) de P somente se, dado que P, necessariamente  $\sim Q$ .<sup>38</sup> Se P está para “há uma ave Gadwell diante de S” e Q está para “a ave diante de S é um mergulhão”, então Q pertence ao (CC), uma vez que se P for o caso, necessariamente não pode ser o caso que Q. Outra é a noção de *conjunto relevante* (CR), este é formado pelas alternativas que são, de fato, eliminadas pela posição evidencial de S. Segundo Dretske, para que a evidência de S possa eliminar certas possibilidades em favor de P ela (evidência) deve ser boa o bastante para possibilitar que S saiba que essas alternativas são falsas. Todas as alternativas que pertencerem a (CC) e não pertencerem a (CR) são consideradas *irrelevantes*. As alternativas ditas irrelevantes são representadas por proposições incompatíveis com a verdade de P, no entanto, elas não necessitam ser eliminadas pela evidência de S, mesmo que a evidência de S seja capaz de eliminar essas proposições. Assim, ainda que Q (a ave diante de S é um mergulhão) seja membro de (CC) ela não é membro de (CR), pois de acordo com Dretske a evidência de S não é capaz de eliminar Q, logo Q é uma alternativa irrelevante a P.

De acordo com a argumentação de Dretske, com relação à proposição P, o conjunto de proposições relevantes pode variar. Essa variação pode ocorrer tanto com relação ao mesmo sujeito e à mesma proposição considerada em diferentes situações, quanto com relação ao mesmo sujeito e diferentes proposições na mesma ou em situações diferentes. Por exemplo, consideremos a proposição “existem mergulhões nas redondezas”, se para o observador de aves amador essa proposição fosse membro de (CR), então ele precisaria estar de posse de evidências

---

<sup>38</sup> DRETSKE, 1981, p. 56.

mais elaboradas do que ele realmente possui para poder saber que ele está vendo um Gadwall. Contudo, diferentemente do observador, o cético considera (CC) e (CR) como equivalentes, pois para ele, a evidência à disposição de S em favor de sua crença de que P precisa ser capaz de eliminar todas as alternativas à P.

A consequência importante desta tese – e que ao mesmo tempo se caracteriza como resposta ao cético – é que em algumas ocasiões certas alternativas à proposição que o sujeito crê não são relevantes e, assim, o sujeito pode saber tais proposições com base em algumas possibilidades de erro que não precisam ser eliminadas. Retomemos o caso das zebras no Zôo: quando estamos olhando para uma zebra no zoológico, eu sei que aquele animal é uma zebra. Isto acontece porque, numa visita corriqueira ao zoológico, a proposição de que o animal que estou vendo é uma mula pintada não é uma alternativa relevante para a proposição de que estou vendo uma zebra. Eu não preciso eliminar a proposição de que o animal que estou vendo não é uma mula pintada para saber que o animal que estou vendo é uma mula. Ainda que eu possa ter como objeto de conhecimento a proposição de que o animal é uma zebra eu não posso ter como objeto do conhecimento a proposição de que o animal não é uma mula pintada. Esta última proposição seria uma alternativa relevante para a proposição de que o animal que estou vendo é uma mula pintada, da mesma forma que para a proposição de que o animal é uma zebra a sua alternativa relevante seria de que o animal não é uma zebra.

Além disso, eu não possuo nenhum tipo de evidência que possa ser usada contra a proposição de que o animal que estou vendo não é uma mula pintada, uma vez que a minha experiência visual é totalmente compatível com tal possibilidade, fazendo com que eu não possa eliminar a alternativa relevante a proposição de que o animal que estou vendo não é uma mula pintada. Portanto, uma proposição HC é considerada uma alternativa relevante à P somente se ela corresponde à negação P. Conseqüentemente, eu não posso ter como objeto de conhecimento a proposição de que o animal que estou vendo não é uma mula pintada, ainda que eu seja capaz de ter como objeto de conhecimento uma proposição que é diretamente implicada por ela, a saber, a proposição de que o animal que estou vendo é uma zebra. Deste modo, as hipóteses céticas são irrelevantes e não precisam ser eliminadas para que eu conheça proposições ordinárias.

## 1.6 Restabelecendo o Princípio de Fechamento Dedutivo

Podemos considerar que um primeiro problema encontrado pelas teorias que pretendem negar a plausibilidade de PF é a força intuitiva depositada, pela maioria dos epistemólogos, em favor desse princípio. A rejeição de PF possui um custo muito alto, a saber, a ampliação do nosso corpo de conhecimento estaria severamente prejudicada. Com o intuito de dar uma resposta satisfatória ao ceticismo e ainda preservar PF, Gail Stine (1976) apresenta, de forma pioneira, um esboço do que viria a ser a teoria contextualista.<sup>39</sup>

Stine aceita a teoria das alternativas relevantes – na qual para S saber que P ele deve ser capaz de eliminar todas as alternativas relevantes à verdade de P – mas ela nega que para isso precisamos recusar o PF, ou seja, seria mais plausível que TAR fosse verdadeira se PF pudesse ser mantido. Ela critica a suposição de Dretske de que  $\sim P$  é sempre uma alternativa relevante quando consideramos se S sabe que P. Essa suposição, afirma Stine, permite a Dretske negar PF, dado que HC (a hipótese cética) falha em ser relevante com relação a se S sabe que P, ao mesmo passo em que mantém a relevância em relação a se S sabe que  $\sim HC$ . Embora Stine admita que essa suposição seja normalmente correta, ela não é sempre correta. Ela nota que esta é uma suposição pragmática e não semântica, uma vez que é o falante que está fazendo a suposição e não a proposição em si.

A alegação de Stine, em oposição a Dretske, é de que nós podemos criar algum tipo de circunstância especial capaz de cancelar a suposição normal quando proferimos a sentença. Ou seja, no contexto especial de construção de um argumento de fechamento dedutivo, a suposição normal de que a negação de uma proposição é sempre uma alternativa relevante é – Griceamente falando – *cancelável*.<sup>40</sup> Dessa maneira, ao afirmar que esta suposição pode ser cancelada, isto é, se HC falha em ser uma alternativa relevante, estaríamos autorizados a dizer que S sabe que  $\sim HC$ . Dito de outro modo, S sabe uma proposição em qualquer contexto cuja negação dessa proposição não seja relevante. Conseqüentemente, num contexto onde S sabe que P, dado que HC não é relevante, S também sabe que  $\sim HC$ .

---

<sup>39</sup> Embora Gail Stine não tenha se utilizado do termo ‘contextualismo’, seu texto contém de forma seminal as intuições de mudança contextual imprescindíveis para os contextualistas.

<sup>40</sup> GRICE (1978) oferece uma teoria inferencial para implicaturas, ver também LEVINSON, 1983. No entanto, SADOCK (1978) argumenta contra a cancelabilidade, salientando que ela funciona bem se aplicada às inferências, mas é problemática com relação a implicaturas.

A manobra utilizada por Stine consiste em mostrar que Dretske está utilizando o PF de maneira equivocada, isto é, ele está utilizando um padrão para o antecedente do condicional e outro para o conseqüente (padrões estes que determinam as condições de verdade de atribuições de conhecimento). Ela afirma que fazer uma objeção ao PF com base em exemplos onde o conjunto de alternativas relevantes não se mantém fixo, ou seja, não é julgado sobre o mesmo padrão, é cometer um erro semelhante ao erro lógico de equivocação.<sup>41</sup> Dretske parece estar assumindo um contexto para o antecedente, contexto no qual as alternativas relevantes a P seriam alternativas em que  $\sim P$ , enquanto que para o conseqüente ele está assumindo outro contexto, um contexto no qual as alternativas relevantes se referem a HC e, assim, seriam alternativas em que  $\sim HC$ . Se a análise de Stine está correta, o antecedente e o conseqüente de (1) são avaliadas em contextos diferentes, então não seria apropriado ver (1) como a expressão adequada de um princípio de fechamento dedutivo.

No entanto, também parece haver algo de errado com a visão de Stine. Ela parece não estar considerando de forma adequada a evidência disponível. Se considerarmos que Dretske está correto ao negar PF, afirmando que não sabemos  $\sim HC$ , isso se deve ao fato de que nos falta evidência para sabermos que  $\sim HC$ . No caso das zebras, tanto a evidência perceptual quanto a evidência estatística sobre o comportamento dos gerentes de zoológicos não é suficiente para que saibamos  $\sim HC$ . Stine concorda que a evidência não é adequada, contudo, ela acusa Dretske de generalizar o requerimento evidencial mesmo para os casos de conhecimento onde não é requerida evidência. Ela parece estar levando em consideração apenas o fato de que “se a negação de uma proposição não é uma alternativa relevante, então eu a conheço – obviamente, sem que seja necessário fornecer qualquer evidência [...]”.<sup>42</sup>

Como sugerido por Cohen, ela parece estar cometendo o mesmo erro que Dretske, a saber, um erro semelhante à equivocação lógica. Pois ainda que seja possível que algumas

---

<sup>41</sup> STINE, 1999, p. 153.

<sup>42</sup> De acordo com Stine a posição sobre as alternativas relevantes deveria ser considerada em duas partes:

(1) no que diz respeito a muitas proposições, estabelecer uma alegação de conhecimento é ser capaz de suportá-lo em oposição a um número limitado de alternativas – i.e., somente aquelas relevantes no contexto; (2) no que diz respeito a muitas proposições – em particular, aquelas que são relevantes no contexto em questão – nós simplesmente sabemos que elas são verdadeiras e não precisamos de evidência, em sentido normal, para que elas sejam verdadeiras. STINE, 1999, p. 154.

proposições sejam conhecidas sem suporte evidencial, a proposição contida na hipótese cética certamente não parece ser uma delas. Caso contrário, não seria possível saber  $\sim$ HC, o que segundo ela é falso, pois para ela, ao mantermos os contextos fixos, saberemos que P e também saberemos  $\sim$ HC.

Concluindo, Dretske alega a falha de PF, premissa (1). S pode saber que P, mesmo que falhe em saber  $\sim$ HC (em que HC é uma alternativa a P), pois S carece de evidências suficiente para saber  $\sim$ HC. Assim, para Dretske, o fato de S não saber  $\sim$ HC não obstaculiza o conhecimento de S de que P, dado que HC não é uma alternativa relevante. Por sua vez, Stine defende a premissa (1), o princípio fechamento deve ser mantido desde que não se cometa equivocação – deve-se manter o conjunto de alternativas relevantes fixo, para o antecedente e o conseqüente do condicional, isto é, os padrões de relevância devem ser mantidos os mesmos. Dessa maneira, no caso de HC ser relevante, S falhará em saber que P, mas também falhará em saber  $\sim$ HC, e vice-versa. Stine responde ao problema exposto por Dretske, de que S carece de evidência suficiente para saber  $\sim$ HC, através da seguinte alegação: nos casos em que  $\sim$ HC não é uma alternativa relevante, S pode saber que  $\sim$ HC sem qualquer evidência, pois, segundo ela, nós de fato podemos saber o que tomamos como certo em circunstâncias ordinárias. Assim, embora possuam diferentes definições sobre o que deve ser considerado como uma alternativa relevante, ambos parecem estar negando outro princípio de fechamento, a saber, um princípio de fechamento aplicado à evidência. E, segundo Cohen, isso seria um problema.<sup>43</sup> A análise contextualista surge neste panorama, valendo-se de TAR, proposta por Dretske, e da fixação dos contextos, proposta por Stine.

## **1.7 Da Teoria das Alternativas Relevantes ao Contextualismo**

Como argumentado, adotamos uma posição falibilista em epistemologia. A fim de salvar o conhecimento do ceticismo negamos o princípio que afirma que um sujeito, S, sabe uma proposição qualquer sobre o mundo exterior, P, com base em evidência, R, somente se R implicar P. Mas, ao negá-lo adotamos um princípio mais fraco, a saber, S sabe que P com base

---

<sup>43</sup> “Se S possui evidência suficiente para saber que P e S sabe que P implica  $\sim$ HC, então S possui evidência suficiente pra saber  $\sim$ HC”. COHEN, 1988, p. 99.

em R, mesmo que R apenas torne suficientemente provável que P. Mas o cético não é facilmente abatido e continua a causar problemas mesmo para teorias falibilistas.

O princípio assumido pelo falibilista é também, ao seu modo, problemático. Pois ele concede que as evidências em favor de uma crença numa determinada proposição apenas probabilizem sua verdade e, assim, concede que essa mesma evidência seja compatível com outras proposições (que se configuram como alternativas à crença original). O desafio que se apresenta para essa posição é mostrar em que situações uma alternativa, que é evidencialmente compatível com a proposição sustentada por S, deve ou não ser considerada como relevante para que S não tenha seu conhecimento obstaculizado.

A teoria das alternativas relevantes pretendeu oferecer uma resposta satisfatória para esse problema. Contudo, embora suas propostas fossem promissoras elas se mostraram problemáticas. Tanto Dretske como Stine parecem ter falhado, cada um ao seu modo, em suas definições de relevância, pois ambos acabaram por negar um princípio que parece ser de suma importância para o debate:<sup>44</sup>

(PFE): Se S possui evidência suficiente para saber que P e S sabe que P implica  $\sim$ HC, então S possui evidência suficiente para saber  $\sim$ HC.

Assim, um paradoxo semelhante ao do conhecimento poderia ser construído para a evidência.<sup>45</sup> Mas se uma resposta ao cético é pretendida através de TAR, essa resposta deve ser capaz de responder a ambos os paradoxos (sobre a evidência e sobre o conhecimento), uma vez que possuem a mesma estrutura. Essa resposta continua sendo mostrar qual das premissas do argumento deveria ser rejeitada, para que pudéssemos negar sua conclusão. Uma vez que ambos, Dretske e Stine, parecem ter encontrado dificuldades em lidar com o problema da evidência adequadamente, mais precisamente, com um princípio de fechamento para a evidência, a resposta ao paradoxo cético através de TAR não deveria conter na sua formulação nenhuma afirmação ou negação do PF.

---

<sup>44</sup> Esse ponto foi feito por Cohen, 1988.

<sup>45</sup> Cf. Cohen, para gerar um paradoxo semelhante ao do conhecimento bastaria acrescentar a premissa PFE, que seria a premissa 1: (2) S não possui evidência suficiente para saber  $\sim$ HC. (3) logo, S não possui evidência suficiente para saber P.

De acordo com Cohen, uma definição de alternativas relevantes poderia ser dada da seguinte maneira: (i) uma alternativa (à P) HC é relevante quando a posição epistêmica de S com relação a HC impede S de saber que P. Com essa definição Cohen oferece uma definição de alternativas relevantes sem endossar ou mencionar PF, contudo, é deixada em aberto a questão de qual deve ser a posição epistêmica de S em relação às alternativas não relevantes. Dessa maneira, mais precisa ser dito por ele para a determinação de um critério de relevância adequado. Como vimos, para saber que P dependerá de quando qualquer alternativa a P será relevante, isto é, sob quais condições a posição epistêmica de S, com relação a qualquer alternativa, impede S de saber P. Cohen pretende que o critério de relevância seja guiado pelas nossas intuições com relação a sob quais circunstâncias S sabe que P.

Para explicar como esse critério reflete nossas intuições Cohen oferece uma distinção entre condições externas e internas da evidência de S.<sup>46</sup> As condições externas são, na maior parte das vezes, refletidas em condições probabilísticas para relevância. Considere a seguinte condição: uma alternativa relevante (à P) HC é relevante, se a probabilidade de HC – condicionada a razão R e outras características circunstanciais – é suficientemente alta (onde o nível de probabilidade suficiente é determinado contextualmente). Aplicando esse critério ao conhecido exemplo dos falsos celeiros, o simples fato de que essas falsas fachadas de celeiros existem é suficiente para fazer com que a alternativa ‘S vê um falso celeiro’ seja relevante, independentemente de qualquer evidência que S possa ter sobre a existência de falsos celeiros (em contextos ordinários).

Para as condições internas serem capturadas pela teoria das alternativas relevantes é necessário que se tenha um critério interno para explicar a relevância de certas alternativas, ou seja, um critério que trate apenas das condições evidenciais de S. Dretske e Stine, de acordo com Cohen, não valorizaram adequadamente o fato de que a evidência de S contra HC é importante para que S saiba que P, pois para eles a evidência não é suficiente para saber  $\sim$ HC. No entanto, ainda que essa evidência não seja suficiente para S saber que não vê uma mula pintada, a evidência é crucial para determinar que a alternativa (HC) não é relevante. Todavia, mesmo que Dretske e Stine pudessem estar corretos em alegar que a evidência de S com relação ao

---

<sup>46</sup> Cohen pretende com esta distinção dar uma resposta ao externalismo sobre o conhecimento, salientando que fatos que não pertencem exclusivamente à evidência do sujeito afetam se alternativas se tornam ou não relevantes.

comportamento dos gerentes de zoológico não é suficiente para S saber que não vê uma mula pintada ( $\sim$ HC), certamente continuaria sendo correto afirmar que essa evidência que S possui contra essa alternativa é decisiva para a alternativa (HC) não ser relevante. Ainda que a evidência de S não permita que ele saiba a negação da hipótese cética, essa mesma evidência permite que tal alternativa não seja relevante. Caso S não possuísse nenhuma evidência, sua posição epistêmica com relação à (HC) iria impedir S de saber que P, com base na sua evidência perceptual. As condições que fazem uma alternativa ser relevante, nesse caso, parecem ser de uma natureza distinta das condições que governam critérios externos. Poderia ser o caso que, relativo aos fatos que estão para além da evidência de S, fosse muito improvável que S tivesse conhecimento de que vê uma zebra. Porém, se considerarmos somente a evidência de S – em que é tão provável que S veja uma mula pintada quanto que ele veja uma zebra – S não sabe que vê uma zebra. Pois se S não tivesse nenhuma evidência que pudesse ser tomada contra a alternativa (HC), então sua crença de que vê uma zebra não seria um caso de conhecimento – pois a probabilidade seria igual para ambas as alternativas, P e HC.<sup>47</sup>

O ponto que Cohen pretende salientar é que os fatores que pertencem exclusivamente às evidências do sujeito determinam quando alternativas se tornam relevantes, pois elas se caracterizam como um componente essencial da evidência total de S que o possibilitam saber que P. O critério interno, nesse sentido, determina os padrões que governam o quão forte deve ser a evidência total de S com relação a P para que ele saiba que P.

Com base nisso, Cohen aumenta sua definição de alternativas relevantes incluindo a seguinte condição: (ii) uma alternativa (à P) HC é relevante se S carece de evidência (razão) suficiente para negar HC, isto é, para crer P. Com isso, Cohen parece estar determinando duas

---

<sup>47</sup> Cohen oferece outro exemplo para mostrar a importância dos fatores pertencentes à evidência possuída por S e como esses fatores afetam quando uma alternativa será considerada relevante. EX:

Imagine que S sabe que há uma zebra no zôo com base (somente) no testemunho de Jones. É a alternativa que Jones o está enganando relevante? Um fator que iria afetar a relevância aqui é a frequência atual com que Jones (ou pessoas em geral) fornece testemunho enganoso. Esse fator é governado pelo critério externo. Mas, claramente, se até onde as evidências de S são entendidas, é tão provável quanto improvável que Jones o engane – se S não tem nenhuma evidência a respeito da confiabilidade de Jones (ou pessoas em geral) – então S não sabe que há uma zebra no zôo com base no testemunho de Jones. (COHEN, 1988, p. 103)

situações diferentes em que o sujeito poderia se encontrar. Cohen mantém a idéia sugerida por Stine de que os padrões deveriam ser mantidos fixos, ou seja, o contexto aplicado ao antecedente deveria ser mantido para o conseqüente do condicional, no caso de aplicação do princípio de fechamento. Para Cohen, uma explicação adequada da força apelativa possuída pelo argumento cético está baseada na admissão de que aquilo que ele determinou como critério externo de relevância seja sensível ao contexto. Isso também se aplica ao critério interno de relevância. Uma vez que não há nenhuma especificação geral sobre o que constitui uma evidência suficiente para recusar uma alternativa para que ela não seja relevante e, igualmente, também não determina nenhuma especificação sobre o que se constitui como evidência suficiente para que S saiba que P, a relevância de uma determinada proposição será sensível ao contexto na qual ela está sendo considerada.

Para Cohen, a adoção desse critério interno de relevância permite que se acesse PFE adequadamente, o que, como vimos, não foi apropriadamente discutido por Dretske e Stine. Segundo a análise proposta por Cohen, esse critério interno de relevância é sensível ao contexto e nos chama atenção para o fato de que a rejeição de PFE baseia-se na mesma equivocação a que Gail Stine se referia, em conexão com o critério externo de relevância e PF. Vejamos a explicação fornecida por Cohen:

Suponha que S creia que P com base em sua evidência, onde HC é uma alternativa à P. Se S não possui evidência suficiente para rejeitar HC, para impedir HC de ser relevante no contexto c, então (dado o modo como defini relevância) S falha em saber P com base na sua evidência, em c. Isso quer dizer que a evidência total de S não é suficiente para S saber que P em c. Assim, se a evidência total de S é suficiente para S saber que P em c, então algum subconjunto de evidência, e, é evidência suficiente para negar HC, para impedir HC de ser uma alternativa relevante em c. O que precisamos saber é quando e é evidência suficiente para S saber  $\sim$ HC.<sup>48</sup>

No caso das zebras, proposto por Dretske, ele alegava que a evidência com relação ao comportamento dos gerentes de zôos não é suficiente para S saber que ele não vê uma mula disfarçada. Para Cohen, mesmo que essa evidência não seja suficiente para S saber que não vê uma mula disfarçada, ela desempenha um papel fundamental para que ele saiba que vê uma zebra, pois ela impede que a alternativa de que ele vê uma mula disfarçada seja relevante. No

---

<sup>48</sup> COHEN, 1988, p. 104.

entanto permanece a questão de se essa evidência é suficiente para S saber que ele não vê uma mula disfarçada.

Vejamos como essa análise proposta por Cohen responde ao problema encontrado por Dretske e Stine com relação ao PFE. A argumentação que Cohen oferece será, contrariamente aos autores mencionados, no sentido de que (e) é suficiente para S saber que  $\sim$ HC, em c.

Suponha que S possui evidência suficiente para saber que P, em c, onde HC é uma alternativa à P. Como argumentado previamente, algum subconjunto da evidência, (e), é suficiente para negar HC, para impedir HC de ser uma alternativa relevante em c. Assim, no contexto c, HC não é uma alternativa relevante para  $\sim$ HC. Isso quer dizer (conforme minha definição de relevância) que, em c, (e) é evidência suficiente para negar HC, para evitar que o conhecimento de  $\sim$ HC seja impossibilitado. Mas a evidência para negar HC é a evidência para crer  $\sim$ HC. Assim, (e) é evidência suficiente para crer  $\sim$ HC, para evitar o conhecimento de  $\sim$ HC de ser impossibilitado. Segue-se que (e) é evidência suficiente para saber  $\sim$ HC (uma vez que, se (e) não fosse evidência suficiente para crer em  $\sim$ HC, o conhecimento de  $\sim$ HC seria impossibilitado).<sup>49</sup>

Dessa maneira, Cohen acredita ter superado a dificuldade colocada por PFE. Enquanto que para Dretske PF e PFE eram negados, Stine – embora ela tivesse respondido à negação de Dretske alegando que ele cometera uma equivocação lógica com relação a PF – parecia estar baseada no mesmo tipo de equivocação com relação a PFE. A razão, descrita por Cohen, pela qual tendemos a dizer que S possui evidência suficiente para saber que P, enquanto carece de evidência suficiente para saber  $\sim$ HC, é o fato que, negligentemente, trocamos os padrões de relevância na medida em que nos movemos da atribuição do antecedente para a do conseqüente. Isto é, mudamos os padrões de relevância, negligentemente, na medida em que nos movemos de um contexto para o outro.

Essa proposta, sugerida por Cohen, mostra que o status do princípio de fechamento encontrado em PF é dependente do status de PFE e, desse modo, uma vez que é possível manter PFE também é possível manter PF. Se S sabe que P e sabe que P implica  $\sim$ HC, então, diferentemente de Dretske, S sabe que  $\sim$ HC e, diferentemente de Stine, S sabe  $\sim$ HC com base na

---

<sup>49</sup> COHEN, 1988, p. 105.

sua evidência.<sup>50</sup> O paradoxo cético para o conhecimento e o paradoxo cético para evidência pode ser lido e respondido do mesmo modo, pois possuem a mesma forma estrutural.

Até o presente momento, percorremos o caminho que julgamos imprescindível para o adequado entendimento de como a intuição contida nas teses contextualistas – sobre os padrões envolvidos na determinação de conhecimento e o modo pelo qual eles são sensíveis ao contexto – foi desenvolvida. Agora, no decorrer do próximo capítulo, nosso objetivo passa a ser o de analisar as diferentes teses contextualistas e de que maneira cada uma delas pretende responder a certos problemas centrais da epistemologia, a saber, problemas como o paradoxo cético, o paradoxo da Loteria e até mesmo o problema de Gettier – indicando as vantagens e problemas apresentados por cada uma.

---

<sup>50</sup> Cf. COHEN, 1988.

## CAPÍTULO 2

### CONTEXTUALISMO SEMÂNTICO

No capítulo anterior foi possível acompanhar boa parte do debate que deu origem à teoria contextualista. Foi na tentativa de preservar nossas alegações ordinárias de conhecimento contra o ataque cético que a tese contextualista ergueu-se. No entanto, mais do que simplesmente responder ao cético, a tese contextualista alega possuir importantes vantagens sobre as demais teorias: os contextualistas alegam que sua teoria é a que melhor explica a força dos argumentos céticos, preserva a verdade dos princípios de fechamento e defende nossas alegações ordinárias de conhecimento.

O contextualismo, de modo geral, pode ser entendido como a tese de que atribuições ou alegações de conhecimento de instâncias como ‘S sabe que P’ e ‘S está justificado em crer que P’ são de algum modo particular, sensíveis ao contexto. Predicados como ‘sabe que está na PUCRS no dia 19 de abril de 2011’ e ‘está justificado em crer que Dilma foi eleita a nova presidenta do Brasil no final de 2010’ possuem a característica de expressarem diferentes propriedades com relação a diferentes contextos. Assim, uma proposição será sensível ao contexto se e somente se ela expressar diferentes proposições relativas a diferentes contextos. Presumivelmente, acredita-se que esta sensibilidade contextual se deve ao fato de ‘saber’ ser de algum modo sensível ao contexto.

O contexto fornece os padrões de avaliação utilizados para determinar o valor de verdade que essas sentenças terão. Tal contexto diz respeito ao contexto referente ao atribuidor, isto é, a pessoa que faz a alegação de conhecimento ou justificação. Isso permite que, se considerarmos um mesmo sujeito S e uma mesma sentença P, um atribuidor poderia afirmar ‘S sabe que P’, enquanto outro atribuidor afirmar ‘S não sabe que P’ e ambos estarem dizendo algo verdadeiro. Isso é possível porque cada atribuidor se encontra em um contexto diferente e, assim, os padrões utilizados por cada um são diferentes.

Esta tese geral sobre o contextualismo deixa em aberto diferentes formas para a implementação da sensibilidade contextual, o que possibilita diferentes abordagens para o

Contextualismo. Veremos a seguir três maneiras distintas de como esta implementação pode se dar.

## 2.1 Stewart Cohen:

O Contextualismo, conforme proposto por Stewart Cohen, é a visão de que atribuições de conhecimento são de algum modo, sensíveis ao contexto. Ele afirma que

O valor de verdade de sentenças contendo a palavra “saber” e suas cognatas dependerá de padrões determinados contextualmente. Por causa disso, tal sentença pode ter diferentes valores de verdade em diferentes contextos. Agora, quando eu digo “contextos”, quero dizer “contextos de atribuição”. Assim, o valor de verdade de uma sentença contendo um predicado de conhecimento pode variar dependendo de coisas como os propósitos, as intenções, as pressuposições, etc., dos atribuidores que proferem essas sentenças.<sup>51</sup>

Portanto, conforme o contextualismo proposto por ele, o valor de verdade de sentenças que contenham certas expressões, tipicamente utilizadas pelo vocabulário epistêmico, tais como ‘x sabe que y’ e ‘x está justificado ao crer que y’, é determinado pelos padrões de um contexto específico. Deste modo, uma mesma sentença, quando expressada em diferentes contextos, pode assumir, em cada um desses contextos, valores de verdade distintos. Além disso, o contexto relevante para a fixação dos padrões que determinam o valor de verdade que cada uma dessas sentenças possuirá é aquele em que o atribuidor está localizado. Assim, ao considerarmos um mesmo sujeito S e uma mesma sentença P, duas pessoas podem, simultaneamente, dizer ‘S sabe que p’ e apenas uma delas dizer algo verdadeiro. Da mesma maneira, uma pessoa poderia dizer ‘S sabe que p’ e outra dizer ‘S não sabe que p’ e ambas serem consideradas como dizendo algo verdadeiro.

Essa perspectiva, num primeiro momento, pode parecer estranha, pois como explicar o fato de que – sobre o mesmo sujeito S e sobre a mesma proposição P – dois atribuidores distintos possam afirmar aparentes contraditórios (‘S sabe que P’ e ‘S não sabe que P’) e ambos estarem corretos? A divergência com relação aos valores de verdade em cada atribuição é, como propõe

---

<sup>51</sup> COHEN, 2000. p.94.

Cohen, apenas aparente. Para o contextualismo esta divergência nos valores de verdade pode ser explicada pela diferença dos padrões envolvidos em cada um dos contextos de atribuição do predicado epistêmico. Cohen aceita que, embora conhecimento seja um conceito absoluto, justificação é um conceito que admite graus, então, toda vez que buscamos determinar se S sabe ou não que P, os padrões que determinam se a sentença ‘S sabe que P’ é verdadeira, no nosso contexto de atribuição, são os padrões que refletem o grau de justificação adequado para que S saiba que p. Dito de outro modo, os padrões que determinam os valores de verdade para sentenças da forma ‘S sabe que P’ são fixados de acordo com a força da posição epistêmica desfrutada por quem faz a atribuição, ou seja, o seu grau de justificação.

Nossas práticas epistêmicas ordinárias são extremamente importantes para a teoria contextualista, pois elas originam e suportam as intuições defendidas pelos contextualistas. Um dos primeiros exemplos oferecidos por Cohen, na tentativa de capturar essa idéia de que os contextos e os padrões determinados por ele são decisivos na determinação do conhecimento, retoma o paradoxo da loteria. Imaginem que um sujeito S possui um bilhete de loteria com n bilhetes, onde a probabilidade  $n-1/n$  para que o bilhete de S seja o perdedor é massivamente alta. O que diríamos desse caso? Pode S saber que vai perder? Agora, imagine outro caso: suponha que S fica sabendo por Téo, a pessoa responsável pela loteria, que ele irá viciar o sorteio e que S irá perder. Ou ainda, imagine que S leu no jornal que outro bilhete foi o vencedor. O que diríamos agora? S sabe que vai perder? Ao analisar esse caso Cohen oferece uma explicação que se baseia na característica das evidências (razões). De modo geral, a análise que ele faz desse caso tem em vista o debate sobre a teoria das alternativas relevantes, mas de qualquer modo já estabelece de forma clara sua compreensão sobre os padrões contextuais.

No primeiro caso, parece que S não sabe que seu bilhete será o perdedor, pois sua razão para crer que seu bilhete é o perdedor está baseada somente na informação estatística sobre a quantidade de bilhetes vendidos, ainda que seja massivamente alta a probabilidade de que seu bilhete não será sorteado. Aqui, a razão probabilística  $n-1/n$  não implica a conclusão de que S irá perder. Pois, trivialmente, existe a alternativa de que o bilhete de S poderia ser o vencedor que é consistente com a probabilidade  $n-1/n$  em que outros bilhetes possuem igual chance de serem sorteados. Neste caso, ordinariamente negamos que S sabe que irá perder, pois a alternativa de que ele pode ganhar é relevante, nesses contextos. No segundo caso, em que a razão de S para

crer que seu bilhete será o perdedor consiste do testemunho de Téo ou da informação contida no jornal, parece que S sabe que irá perder a loteria. Mesmo neste caso, as razões não implicam na conclusão de que seu bilhete perderá, pois existem alternativas que são consistentes com as razões, por exemplo, o testemunho é falso, o repórter que escreveu a reportagem se enganou, etc. Contudo, nós ordinariamente atribuímos conhecimento a S, pois consideramos que essas alternativas não são relevantes nos contextos ordinários.

Por que nossas atribuições de conhecimento a S são diferentes com relação aos casos anteriores, dado que ambas as razões não implicam a conclusão? O que torna uma alternativa relevante em um caso e não no outro? A proposta sugerida por Cohen é de que a explicação para essas questões repousam sobre a natureza estatística das razões. Segundo ele,

Enquanto falibilistas, nós permitimos que S pode saber que P, ainda que haja uma chance de erro (isto é, que existam alternativas compatíveis com sua evidência), quando a chance de erro é saliente, somos relutantes em atribuir conhecimento. Razões estatísticas do tipo que S possui no caso da loteria tornam as chances de erro salientes. A especificação de que a razão de S é a probabilidade  $n-1/n$  de que o bilhete perca, chama atenção para a probabilidade  $1/n$  de que o bilhete vença. Nossa atenção é focada na alternativa de que o bilhete vença e isto cria um contexto no qual relutamos em atribuir conhecimento, a menos que S possua uma razão independente para negar à alternativa. Mas nesse caso S não possui razão independente. Desde que a alternativa HC é a contraditória da proposição acreditada P, as razões para negar HC são as mesmas para aceitar P. Assim a alternativa continua relevante e não atribuímos conhecimento a S de que seu bilhete irá perder.<sup>52</sup>

De acordo com Cohen, nos casos do dia-a-dia em que geralmente atribuímos conhecimento – casos onde as razões normalmente consistem em testemunhos ou informações de jornais – as chances de erro não são salientes e, assim, não há alternativas relevantes. A explicação para isso é que os padrões que estão em vigor nos contextos ordinários possibilitam que as razões de S sejam suficientes para negar as alternativas, a saber, de que o testemunho é enganador ou de que o jornal continha um erro de impressão. Cohen chama atenção para o fato de que as razões de S para negar essas alternativas não necessitam ser mais fortes que as razões para negar as alternativas no caso da loteria, em que a probabilidade estatística está sob

---

<sup>52</sup> COHEN, 1988, p.106.

consideração – uma vez que poderíamos aumentar as forças das razões de modo arbitrário apenas por aumentar o número de bilhetes.

Para Cohen, os contextos em que avaliamos esses casos são diferentes, dado que os padrões de relevância em cada contexto são diferentes. Segundo ele a natureza das razões é diferente em cada contexto, assim, no contexto onde as razões são estatísticas, diferentemente do caso de testemunho, a natureza das razões faz com que a chance de erro se torne saliente. Mas como o próprio Cohen salienta, nós poderíamos pensar que as supostas diferenças entre os casos não existem realmente.<sup>53</sup> Se pensarmos que fatos sobre o testemunho e sobre as informações no jornal somente se constituem como razões em conjunção com fatos sobre a confiabilidade do testemunho ou do jornal – que por sua vez, também seriam estatísticas – então por que nesses casos, diferentemente dos casos estatísticos da loteria, a chance de erro não se torna saliente?

Segundo Cohen, uma das respostas que poderiam ser dadas é de que nós simplesmente não pensamos dessa maneira, pois de acordo com os casos do testemunho e do jornal estamos dispostos a atribuir conhecimento a S. Caso pensássemos de forma diferente, teríamos que negar conhecimento a S, mas não é isso o que ocorre nos contextos ordinários. Suponha, no caso da reportagem do jornal, que outro bilhete é o vencedor. Poderíamos pensar que jornais não são totalmente confiáveis. Assim, se as razões fossem descritas conforme a alta, mas não total, confiabilidade do jornal, então, nós começaríamos a nos questionar se alguma coisa do que ele reporta é de fato verdade. No entanto, nos contextos ordinários nós não pensamos dessa maneira e é por isso que atribuímos conhecimento a S. Em contextos ordinários não temos razões para pensar que tais testemunhos e tais reportagens de jornais sejam enganadoras, isto é, as chances de erro não são salientes nesses contextos. Diferentemente, no caso da loteria, em que as razões são, explicitamente, estatístico-probabilísticas, a própria descrição do caso faz com que a chance de erro se torne saliente, fazendo com que determinadas alternativas se tornem relevantes.

Cohen salienta o modo como nós ordinariamente procedemos em nossas atribuições e negações de conhecimento.<sup>54</sup> Nos contextos do dia-a-dia, quando refletimos sobre a loteria,

---

<sup>53</sup> Cohen, 1988.

<sup>54</sup> Caso não procedêssemos da maneira que procedemos poderíamos acabar pensando da seguinte maneira:  
se alguém reflete sobre o fato de que a probabilidade de que S perca poderia ser maior, baseado simplesmente no número de bilhetes, do que a probabilidade de que ele perca, baseado no

pensamos que ela é justa, ou seja, que cada bilhete possui a mesma chance de ser sorteado e é justamente porque pensamos dessa maneira que a alternativa que S vença é relevante. Do mesmo modo, no caso do testemunho e do jornal, atribuímos conhecimento a S de que ele irá perder, pois nos contextos ordinários, a alternativa de que o jornal ou o testemunho são enganadores não é relevante.

Vejamos outro exemplo, mais recente, em que Cohen defende a mesma idéia sobre os padrões contextuais.<sup>55</sup> Suponha que

João e Maria estão no aeroporto de POA se questionando sobre se eles deveriam pegar o voo X para o RJ. Eles precisam saber se tal voo faz escala em SP. Casualmente eles escutam alguém, Pedro, perguntando se alguém sabe se o voo X para em SP. Smith, um passageiro, responde: Sim, eu sei “eu acabo de olhar para o meu itinerário e há uma escala em SP prevista para o voo X.” Pedro com base no testemunho recebido passa a crer que o voo possui escala em SP e, conseqüentemente, que Smith de fato sabe tal informação. Acontece que João e Maria possuem um importante encontro de negócios que precisa ser feito no aeroporto de SP. Maria então diz: “quão confiável é aquele itinerário? Ele poderia conter um erro de impressão. Eles poderiam ter mudado o itinerário desde sua última impressão, etc.” João e Maria concordam que Smith não sabe efetivamente que o voo X para em SP. Eles decidem, portanto, checar com o agente da companhia aérea.<sup>56</sup>

Tomando como base este exemplo – em que ‘S’ está para ‘Smith’ e ‘P’ está para ‘o voo X faz escala em São Paulo’ – João não atribui conhecimento a Smith, pois afirma a sentença ‘S não sabe que P’, enquanto Pedro atribui conhecimento a Smith já que afirma a sentença ‘S sabe que P’. De acordo com uma perspectiva não-contextualista nossa tendência seria pensar que uma das duas alegações deve, necessariamente, estar errada, enquanto a outra correta. Mas em nenhum momento ambas desfrutariam, simultaneamente, do mesmo valor de verdade. Segundo Stewart Cohen, qualquer uma das opções que o não-contextualista venha a escolher em resposta ao exemplo parece não satisfazer de maneira adequada nossas intuições. É possível que nós

---

testemunho, então esse alguém poderia ser levado pela tendência de atribuir conhecimento no caso do testemunho a atribuir conhecimento com base na probabilidade estatística. Alguém poderia achar que a chance de que o bilhete de S seja sorteado é remota demais para que conte como uma alternativa relevante”. (COHEN, 1988, p.108)

Isso permitiria que fosse atribuído conhecimento a S mesmo no caso específico das razões estatísticas o que claramente seria um erro.

<sup>55</sup> Esse exemplo é uma variação do caso proposto por COHEN (1999, 2000 e 2004).

<sup>56</sup> COHEN, 2000.

elejamos um desses padrões como sendo o mais adequado e, assim, sejamos capazes de determinar qual das duas sentenças é a (única) sentença verdadeira. A explicação oferecida por Cohen pode ser descrita da seguinte maneira. No intuito de considerar qual padrão é o correto ele oferece duas considerações distintas.

Primeiro, podemos considerar que o padrão de João é excessivamente rigoroso e que, portanto, o padrão de Pedro está correto. Assim, dado o relaxado padrão de Pedro, é verdadeira sua alegação de que Smith sabe que o vôo para em SP. Isso ocorre, pois conforme o padrão rigoroso de João, aquilo que serve de base para a crença de que P, por parte de Smith, não é suficientemente adequado para que Smith saiba que P – o que parece ser um excesso, pois ele olhou o itinerário correto, no local correto. Assim, o padrão mais relaxado utilizado por Pedro é o correto e a atribuição ‘S sabe que p’, asserida por ele, é verdadeira.

De acordo com a explicação sugerida por Cohen, ao indicar que o padrão mais relaxado deve ser considerado como o correto, nós nos comprometeríamos com a tese de que João faz um uso inadequado do predicado ‘saber’ (x sabe que y). Caso isso realmente seja o caso, então, embora João estivesse preocupado com o seu encontro em São Paulo, o que ele deveria ter dito – ao contrário de ‘S não sabe que p’ – seria algo muito parecido com ‘Ok, S sabe que P, mas, ainda assim, preciso checar novamente se P é o caso’. No entanto, essa sentença parece causar muita estranheza. Além disso, parece que, se o fato de que ‘olhar no itinerário’ é uma razão adequada para Pedro saber que P, então parece que essa razão também deveria ser adequada para João saber que P. Igualmente, João deveria ter dito, ao invés de ‘S sabe que p’, ‘Eu (João) sei que P, mas preciso checar novamente se P é o caso’.

Já a segunda consideração feita por Cohen sugere que consideremos o padrão de Pedro como sendo demasiadamente relaxado e que, portanto, o padrão de João está correto. Assim, dado o extremamente relaxado padrão de Pedro é verdadeiro que João, que possui um padrão rigoroso, alegue que Smith não sabe que o vôo para em SP. (Assim, a alegação de que Pedro sabe que o vôo para em SP é falsa, mas a alegação, oposta, por parte de João, é verdadeira).

Para Cohen essa resposta pode ser considerada muito natural em algumas ocasiões, porém ela deve ser ponderada de uma forma muito cautelosa. Isso porque ela parece ser contrária ao modo como se dá a nossa prática epistêmica ordinária, a saber, nós usualmente julgamos que

as pessoas podem ter como objeto do seu conhecimento proposições cridas com base em jornais, revistas, testemunhos e itinerários de vôos. Assim, se negarmos conhecimento a Pedro, então nós estaremos afirmando que a nossa prática epistêmica ordinária não nos permite, de modo adequado, alegar que sabemos muitas das coisas que alegamos. Ou seja, nós estaríamos fadados a reconhecer que – na maior parte das vezes – no nosso cotidiano, nós estamos falando falsidades quando alegamos saber das coisas.

Cohen ainda chega a sugerir uma terceira explicação para o problema. Outra maneira de se interpretar o exemplo seria considerar que nenhum dos dois padrões é exigente o suficiente. Contudo, essa opção não é discutida com mais profundidade pelo seu caráter excessivamente cético. Qual é, então, para o contextualista, a resposta que deve ser considerada correta? De acordo com a proposta de Cohen, a resposta “pretensamente” correta pode ser entendida da seguinte maneira.

Nenhum dos padrões é simplesmente correto ou simplesmente incorreto. Ao contrário, o contexto determina qual padrão é o correto. Dado que os padrões de atribuição de conhecimento podem variar através dos contextos, cada alegação [tanto a de João como a de Pedro] pode estar correta no contexto em que ela foi feita. Quando [Pedro] diz [‘S sabe que p’], o que ele diz é verdade dado o padrão mais fraco que opera naquele contexto. Quando [João] diz [‘S não sabe que p’], o que ele diz é verdade dado o contexto mais exigente que opera em seu contexto. E não há padrão correto independente de contexto.<sup>57</sup>

Como sugere o caso do aeroporto, bem como o caso da loteria, atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto. Cohen ainda oferece uma diferente motivação para a sensibilidade contextual. Lembrando que ele considera que os padrões que determinam quão boas (ou fortes) devem ser as razões de alguém para que esse alguém seja um conhecedor são determinados pelo contexto de atribuição. Assim, outra maneira de motivação para o contextualismo, como pensado por Cohen, é evocar o fato de que a semântica de predicados epistêmicos parece ser análoga à semântica de outros predicados.

Segundo a análise feita por ele, predicados como ‘rico’, ‘feliz’, ‘plano’ e ‘alto’ permitem que as sentenças que contenham tais predicados possuam o seu valor de verdade definido pelos padrões estabelecidos de acordo com o contexto, uma vez que esses predicados podem, e com

---

<sup>57</sup> COHEN, 2000, p. 97

freqüência, aparecem sob a forma comparativa (e.g., ‘Pedro é mais alto do que Smith’) e também na sua forma absoluta (e.g., ‘Pedro é alto’). Portanto, o contexto de uso das sentenças que contém esses predicados estabelecerá ambos, o quão mais alto do que Pedro Smith deve ser para que a sentença ‘Pedro é mais alto do que Smith’ seja verdadeira e o quão alto Pedro deve ser para que a sentença ‘Pedro é alto’ seja verdadeira. Considerando o caso dos predicados epistêmicos aplicados à atribuição de conhecimento, teremos a seguinte explicação: ainda que o predicado ‘S sabe que P’ seja absoluto, o predicado ‘S está justificado para P’ é claramente um predicado que admite graus. Do mesmo modo, se a posse de conhecimento implica a posse de justificação, então os padrões estabelecidos de acordo com o contexto estabelecerão o quão justificada uma crença deve ser para que ela seja um caso de conhecimento.

Parece que algumas características particulares, assim como ocorre com ‘alto’, ‘feliz’ e ‘plano’, estão ligadas na determinação dos padrões envolvidos em um dado contexto de atribuição de predicados epistêmicos. Para Cohen, tais padrões são determinados por uma complexa função composta pelas intenções do atribuidor, intenções da audiência desse atribuidor, pressuposições do contexto conversacional e das relações de saliência, presentes nesse contexto. A “saliência”, a chance de erro, parece assumir um papel essencial para a determinação dos padrões presentes em um contexto de atribuição dos predicados epistêmicos. Pois, em um dado contexto em que a possibilidade de erro é saliente os padrões de atribuição de conhecimento alcançaram níveis mais elevados de exigência, o que não ocorre nos contextos em que essa possibilidade não se tornou saliente. No caso do aeroporto, a possibilidade entretida por João, a saber, de que o itinerário consultado por Smith estivesse obsoleto ou de que ele pudesse conter algum erro de impressão fez com que os padrões de atribuição de conhecimento a Smith se elevassem no contexto de João e impedisse que este atribuísse conhecimento a Smith. Nessa perspectiva, ainda que a mera possibilidade de erro não solape um agente de conhecimento, o contexto no qual alguma possibilidade de erro é considerada saliente (ou seja, uma possibilidade claramente considerada pelo atribuidor do predicado epistêmico) tende a falsear uma determinada atribuição de conhecimento.

Nos dois casos oferecidos por Cohen, podemos claramente perceber a força intuitiva (e que serve de motivação) presente na forma como ordinariamente procedemos no que se refere às atribuições de conhecimento. Cohen acredita que essa argumentação pode ser

usada para descrever como os argumentos céticos funcionam. Para ele, os argumentos céticos fazem com que algumas alternativas sejam relevantes, pois tais argumentos nos obrigam a considerar as razões de modo que as chances de erro se tornem salientes. Assim, quando os padrões céticos de relevância entram em vigor, eles acabam por criar um novo contexto em que nossas atribuições de conhecimento ordinárias são incorretas. – ou seja, no qual a posição epistêmica do sujeito, com relação às razões que ele possui, não é forte o suficiente para satisfazer os padrões requeridos pelo cético.

No contexto ordinário nós atribuímos conhecimento a S, de que seu bilhete irá perder, com base nas razões obtidas pelo testemunho e pelas informações do jornal. No entanto, imagine que o cético faça a seguinte questão: Como S sabe que o testemunho ou a informação do jornal não é uma mentira? Dado que não temos razão para saber que o testemunho ou a informação do jornal não é uma mentira, hesitaríamos em dizer que S sabe que irá perder. Como podemos perceber, e como sugere Cohen, o cético apela para uma mudança contextual. Na medida em que o cético coloca a questão, ele chama a atenção de S para determinadas chances de erro, ou seja, para alternativas que são consistentes com a razão de S. Desse modo, quando certas chances de erro se tornam salientes, a atribuição de que S sabe que irá perder será falsa, a menos que o sujeito que faz a atribuição possua razão suficiente para negar a alternativa. Além disso, quando nos engajamos na tentativa de confrontar o cético e satisfazer seu desafio, identificamos que as únicas razões que S possui são estatísticas (geralmente pessoas são honestas, geralmente jornais não se enganam, etc.), no entanto, este tipo de razão serve muito bem ao cético, pois elas mesmas tornam a chance de erro saliente.

O mesmo, de acordo com Cohen, poderia ser aplicado no caso das zebras, proposto por Dretske. Ele argumenta que a mesma mudança contextual acontece. Hesitamos em dizer que S sabe que ele não vê uma mula pintada, pois a razão que S possui é meramente estatística (sobre a probabilidade de que gerentes de zoológicos ou pessoas em geral raramente se engajam em elaborados planos enganadores). No entanto, ao considerar essas razões, se faz saliente o fato de que gerentes de zoológicos e pessoas em geral podem vir a elaborar tais planos, fazendo com que essas alternativas sejam relevantes. Criando, portanto, um contexto no qual somos levados a negar que S sabe que vê uma zebra, já que pensamos que ele não sabe que vê uma mula pintada.

Portanto, para Cohen, os argumentos céticos exploram o fato de que algumas considerações são capazes de promover uma troca inadvertida de contexto, ou seja, uma mudança nos padrões de relevância. Nesta perspectiva, ele defende que nossas atribuições de conhecimento parecem estar atreladas a um mecanismo de sensibilidade contextual, ou seja, as atribuições de conhecimento só poderão ser consideradas em sua relação a um determinado contexto. Isso significa que, nos casos anteriores, a razão de S para crer que P, confere-lhe conhecimento de que P relativo aos padrões que ordinariamente estão em vigor. Contudo, no contexto em que os padrões em vigor são alterados pela pressão cética, somos levados a ver a razão de S para negar HC como insuficiente para que ele possa saber  $\sim$ HC. Porém, se os padrões forem mantidos fixos, como pretende a argumentação de Cohen, no caso em que os padrões em vigor são ordinários, a razão de S para negar HC é suficiente para que ele saiba  $\sim$ HC e conseqüentemente, saiba que P.

Qual seria então a resposta que essa tese contextualista, como Cohen a propõe, oferece ao paradoxo cético? Qual premissa apresentada pelo argumento deveria ser negada? Enquanto Dretske e Nozick negam a premissa (1) do argumento cético e, por sua vez, negam a plausibilidade de PF, Cohen sugere, a partir do contextualismo, que a aparente falha de PF se dá pelo equivoco na avaliação do antecedente e do conseqüente do princípio, isto é, são avaliados por diferentes padrões. O fato de que falhamos ao saber  $\sim$ HC se deve aos padrões mais rigorosos que se aplicam naquele contexto, do mesmo modo que, quando sabemos que P estamos operando em contextos mais frouxos. Dessa maneira, a resposta contextualista para qual das três proposições (premissas) presentes no argumento cético deveria ser negada dependerá, mais precisamente, do contexto. Como defendido por Cohen, o (PF) será preservado e verdadeiro em todos os contextos, assim a premissa (1) sempre será verdadeira. Nos contextos ordinários onde os padrões são menos rigorosos, a premissa (3) também será verdadeira e a premissa (2) será falsa. Em contextos céticos onde os padrões são demasiadamente rigorosos a premissa (2) será falsa e a premissa (3) verdadeira. Dessa maneira, o ‘paradoxo cético’ surge, segundo Cohen, quando nós não percebemos que o padrão de avaliação mudou devido à saliência de certas possibilidades de erro. Com isso, é possível explicar, ou melhor, responder ao cético de forma que a força de seu argumento seja mantida ao mesmo tempo em que nossas alegações ordinárias de conhecimento sejam preservadas – sem precisar negar (PF).

Vimos até agora os principais aspectos da teoria contextualista defendida por Cohen e como ela resolve alguns problemas epistemológicos. Mas existe um problema nesta estratégia que é reconhecido por Cohen. Ele identifica que mais precisa ser explicado, pois essa estratégia parece funcionar apenas para um tipo específico de argumento cético, a saber, argumentos céticos locais ou restritos. Estes se contrapõem aos argumentos céticos globais. Embora sejam iguais, em suas estruturas, Cohen afirma haver uma diferença significativa entre eles. Argumentos céticos locais desafiam nosso conhecimento sobre questões particulares, limitam-se a um determinado tópico (por exemplo, o ceticismo sobre a existência de Deus) ou situação (por exemplo, S não sabe que os animais não são mulas pintadas). Argumentos céticos globais são mais radicais e desafiam nosso conhecimento como um todo, mas para o que interessa aqui ele desafia nosso conhecimento sobre proposições sobre o mundo exterior.

Nos casos de ceticismo local, a evidência que dispomos para suportar nossa alegação de conhecimento é também compatível com a hipótese colocada pelo cético. Nesse sentido o ceticismo global é imune à rejeição com base num tipo particular de evidência – a alternativa de que estou vendo uma mula pintada é uma alternativa restrita à proposição de que estou vendo uma zebra. Neste caso, a hipótese cética é imune à rejeição com base na minha evidência perceptual. Uma vez que qualquer evidência dessa natureza, para uma alegação ordinária de conhecimento, pode ser neutralizada dessa maneira, Cohen afirma que é possível obtermos recurso fora do escopo restrito do assunto em questão e utilizar evidência indutiva, a fim de contornar o ataque cético. Como no caso das mulas pintadas, podemos simplesmente apelar para coisas que nós sabemos indutivamente sobre o mundo, coisas tais como não se estar familiarizado com tentativas generalizadas por parte dos zoológicos de enganar seus visitantes. Desse modo, poderíamos nos considerar sabendo da falsidade dessas hipóteses a partir das experiências passadas sobre o comportamento das pessoas, das instituições, etc.

Em casos de ceticismo global, as alternativas são imunes à rejeição sob qualquer tipo de evidência, nunca podemos adquirir evidências suficientes para estabelecer a falsidade desse tipo de argumento cético – assim, tais argumentos parecem completamente imunes à refutação. Por exemplo, a alternativa de que sou um cérebro numa cuba é uma alternativa cética global para qualquer proposição empírica e, portanto, imune a qualquer tipo de evidência.

Até aqui a explicação de Cohen do paradoxo cético só foi tratada considerando alternativas céticas restritas, para as quais Cohen explorou o fato de que temos, sim, evidência contra elas – nesse caso as evidências não são perceptuais, mas sim evidências estatísticas contra a probabilidade de que tamanho engodo pudesse ser o caso. A visão contextualista de Cohen permite que esta evidência seja suficiente para que, em contextos ordinários, nós saibamos que a alternativa de que o animal é uma mula pintada é falsa e, assim, possamos verdadeiramente alegar conhecimento nesses Contextos.

Contrariamente, no caso de contextos céticos, essa mesma evidência não é suficiente quando consideramos padrões envolvidos em tais contextos. No entanto, um problema se coloca na medida em que se estende essa estratégia contextualista ao paradoxo cético quando formulado com alternativas globais. Nessas circunstâncias, parece que não podemos sustentar que a evidência é suficiente nos contextos ordinários e não nos contextos céticos, pois não parece haver nenhuma evidência contra alternativas globais, seja ela qual for.

Com a intenção de oferecer uma resposta para as alternativas céticas globais, Cohen oferece uma explicação um tanto desconcertante. É racional, segundo ele, ainda que não tenhamos evidência, negarmos a hipótese cética global. Embora Cohen reconheça que “o cético parece estar correto em afirmar que nos faltam evidências contra hipóteses céticas radicais, no entanto, isso não significa que não é razoável ou racional para o sujeito negar tais hipóteses.”<sup>58</sup> De acordo com ele, pode ser racional manter uma crença mesmo sem nenhuma evidência em seu favor.<sup>59</sup> Nessa visão, proposta por ele, existe uma espécie de razão a priori para negar alternativas céticas globais, talvez analogamente a alguns critérios pragmáticos, como por exemplo, conservadorismo ou simplicidade.<sup>60</sup>

A fim de argumentar em favor da plausibilidade dessa visão de uma racionalidade *a priori*, Cohen sugere um exemplo. Embora consideremos que alternativas céticas globais sejam epistemicamente possíveis, é inegável que pensamos ser racionais ao negar que estamos sendo sistematicamente enganados, como no caso da alternativa de que sou um cérebro numa cuba.

---

<sup>58</sup> COHEN, 1988, p.112.

<sup>59</sup> “Talvez não sejamos capazes de demonstrar ao cético que nossa crença é racional. Mas isso não significa que não possamos satisfazer a nós mesmos de que elas são. Se me parece correto dizer que ela em algum grau racional [...] então podemos apelar para esse fato na nossa tentativa de resolver o paradoxo”. COHEN, 1999, p. 69.

<sup>60</sup> Cf. COHEN, 2000, p.104

Imagine que as pessoas que você mais admire, respeite e confie confidenciam-lhe de que são na verdade cérebros em cubas. Certamente pensaríamos que elas estão loucas ou sofrendo momentaneamente de algum tipo de alucinação e, conseqüentemente, continuamos a crer da forma que cremos, não chegamos nem ao menos a suspender o juízo. Para Cohen, em casos como esse nós consideramos ser racional negarmos a alternativa cética global, mesmo que não tenhamos nenhuma evidência contra ela.

Cohen sublinha a importância de estarmos cientes sobre a verdadeira natureza do desafio. Segundo ele, nós não estamos enfrentando um argumento que nos força a sermos céticos, mas, sim, um argumento que apresenta um paradoxo, a saber, estamos inclinados a asserir individualmente a plausibilidade de cada premissa do conjunto inconsistente, presente no argumento. Dessa maneira, o que se busca é uma saída do paradoxo, uma maneira de explicar nossa inclinação de nossas intuições frente o paradoxo. De acordo com Cohen, “se parece correto para nós que é racional negarmos hipóteses céticas globais, então nós podemos apelar para esse fato na tentativa de resolver o paradoxo.”<sup>61</sup>

## **2.2 Keith DeRose**

Embora, em termos genéricos, a tese contextualista, defendida por DeRose, seja em muitos aspectos similar à tese defendida por Cohen, existem diferenças significativas no modo como cada uma é implementada e responde aos problemas. A noção de “força da posição epistêmica” é muito importante para ambos os autores. Uma vez que Cohen defende uma posição que poderíamos dizer internalista, com relação ao conhecimento, o quão forte deverá ser a posição epistêmica de S com relação à P para que a asserção de A seja verdadeira, diz respeito à quão bem justificado A deverá estar para que os padrões contextuais possam ser satisfeitos. DeRose, diferentemente de Cohen, assume uma posição, que diríamos externalista com relação ao conhecimento, em que a noção de “posição epistêmica” se deriva inteiramente do conceito de conhecimento, eliminando a necessidade de justificação.

Bem como Cohen, DeRose também encara o problema do ceticismo como um desafio de tentar restaurar a consistência de um conjunto de proposições individualmente plausíveis e utiliza

---

<sup>61</sup> COHEN, 2000, p. 104.

como mecanismo teórico, capaz de restaurar essa consistência, a tese de que o valor de verdade de sentenças que contenham o predicado de conhecimento varia de acordo como o contexto no qual tal atribuição foi realizada. Porém, esses dois autores divergem substancialmente entre si no tocante à explicação de como os padrões de atribuição variam em diferentes contextos e, por conseguinte, o que torna as atribuições de conhecimento verdadeira em certos contextos e falsa em outros. DeRose defenderá uma tese sobre Condicionais Subjuntivos (TCS) que será por ele aplicada na sua tentativa de resolução do paradoxo cético gerado por (AC). Essa tese defendida por ele se apresenta como uma tentativa de manter algumas intuições corretas sugeridas por Nozick, sem endossar algumas conseqüências indesejáveis do seu pensamento como, por exemplo, a violação contra-intuitiva do princípio de fechamento dedutivo.

Primeiramente, vejamos um conhecido exemplo proposto por DeRose, o qual ele acredita servir de motivação para sua análise contextualista.

**Caso do Banco A:** Minha esposa e eu estamos indo para casa numa tarde de sexta-feira. Nós pretendemos parar no banco, no caminho de casa, para depositar nossos salários. Mas na medida em que passamos pelo banco, notamos que as filas dentro estão muito longas, como estão na maioria das vezes nas tardes de sexta-feira. Embora geralmente gostemos de depositar o nosso salário o mais breve possível não é especialmente importante neste caso que eles sejam depositados imediatamente, então eu sugiro que sigamos direto para casa e depositemos nossos salários na manhã de sábado. Minha esposa diz: “Talvez o banco não esteja aberto amanhã. Muitos bancos estão fechados aos sábados”. Eu respondo: “Não, eu sei que vai ser aberto. Eu estava lá há apenas duas semanas, no sábado. Estará aberto até o meio dia”.

**Caso do Banco B:** Minha esposa e eu passamos pelo banco em uma tarde de sexta-feira, como no caso A, e percebemos as longas filas. Volto a sugerir que nós depositemos nossos salários na manhã de sábado, explicando que estava no banco no sábado de manhã apenas duas semanas atrás e descobri que ele estava aberto até o meio-dia. Mas neste caso, acabamos de passar um cheque muito alto e muito importante. Se nossos salários não forem depositados em nossa conta corrente até segunda-feira de manhã, o cheque importante que passamos irá voltar, deixando-nos numa situação muito ruim. E, claro, o banco não está aberto no domingo. Minha mulher me relembra desses fatos. Ela então diz: “Os bancos mudam o seu horário. Você sabe que o banco estará aberto amanhã?” Permanecendo tão confiante quanto antes, de que o banco estará aberto,

então, ainda assim, eu respondo: “Bem, não. É melhor eu ir e certificar”.<sup>62</sup>

De acordo com DeRose, como sugere os casos por ele apresentados, três considerações distintas poderiam ser feitas: (1) quando, no caso A, Keith (referente ao “eu” no exemplo) alega saber que o banco estará aberto no sábado pela manhã ele parece estar dizendo algo verdadeiro; (2) no caso B, Keith também parece estar dizendo algo verdadeiro quando ele concede que ele não sabe se o banco estará realmente aberto sábado pela manhã; (3) pareceria plausível dizer que se Keith sabe no caso A que o banco estará aberto, ele também deveria saber no caso B – isso porque Keith não parece estar em melhor posição para saber no caso A do que no caso B. A tese contextualista de DeRose se constitui na medida em que ele pretende explicar a razão pela qual (1), (2) e (3) são todas verdadeiras e não conflitantes entre si. Um ponto crucial na sua argumentação é diferenciar (3) de: (4) se o que Keith diz no caso A, ao alegar que sabe que o banco estará aberto no sábado, é verdadeiro, então, o que ele diz no caso B, quando concede que ele não sabe que o banco estará aberto no sábado, é falso.

A teoria contextualista é, portanto, capaz de oferecer uma resposta adequada para a negação de (4). Essa teoria, como já mencionado, versa sobre atribuições de conhecimento de modo que “as condições de verdade de sentenças da forma ‘S sabe que P’ ou ‘S não sabe que P’ variam de certa forma de acordo com o contexto no qual estas sentenças são proferidas”.<sup>63</sup> A fim de negar (4), DeRose sublinha a centralidade da noção de *força da posição epistêmica*. Assim, mesmo que a força da posição epistêmica de Keith, na situação descrita pelos casos A e B, se mantenha inalterada é possível negar (4) (pois o contexto no caso A faz com que a atribuição de conhecimento de Keith seja verdadeira, enquanto, no caso B, o contexto faz com que sua atribuição seja falsa).

Segundo DeRose, estar em uma forte posição epistêmica com relação a alguma proposição crida por alguém é, para essa crença nessa proposição, ter, em larga medida, a propriedade ou propriedades que (pelo fato de tê-las em quantidade suficiente) incide sobre aquilo que é necessário para que uma crença verdadeira possa constituir um item de

---

<sup>62</sup>DEROSE, 1992, p.913.

<sup>63</sup>DEROSE, 1992, p.3. DeRose atribui a Unger (1984) o uso que faz desse termo, bem como do termo ‘Invariantismo’.

conhecimento.<sup>64</sup> De modo geral, os diferentes contextos, nesse sentido, estabelecem os *padrões epistêmicos*, isto é, os padrões que determinam quão forte deve ser a posição epistêmica de um agente epistêmico, com relação a uma determinada proposição, para que uma atribuição de conhecimento a esse agente possa ser verdadeira, num determinado contexto.

O caso do banco sugere um par de situações, A e B, nas quais pequenas diferenças podem ser notadas de uma situação para outra e cada situação representa um diferente contexto. Não há consenso entre os contextualistas sobre quais são os tipos de diferenças ou características do contexto que derradeiramente afetam as condições de verdade para as atribuições de conhecimento, no entanto, as características dos contextos, tanto para Cohen como para DeRose, são referentes ao contexto (conversacional) do atribuidor, isto é, do sujeito que faz a atribuição e não ao contexto do agente putativo de conhecimento.

Para suportar essa idéia, de que um agente epistêmico pode estar tão bem posicionado quanto outro agente ou que um agente está melhor posicionado do que outro, DeRose propõe uma espécie de teste, a partir do qual, poderíamos fazer tal verificação. Esse teste envolve o uso de *condicionais comparativos*. De acordo com ele, a base que poderíamos ter para asserir “se Pedro é alto, então Paulo é alto” é o conhecimento comparativo de que Pedro é pelo menos tão alto quanto Paulo. Assim, através do conhecimento desse fato comparativo, é possível que se saiba que o condicional é verdadeiro independentemente de quais padrões para “alto” estão sendo considerados – desde que os mesmos padrões sejam aplicados para as duas instâncias de “alto”, antes e depois do condicional, e que tais padrões sejam relativos a tipos bastante amplos e comuns.<sup>65</sup> Desse modo, em se considerando as circunstâncias relevantes, uma vez que sabemos que Pedro é pelo menos tão alto quanto Paulo estamos em uma posição a partir da qual seria possível dizer: “bem, embora eu não saiba o que estamos considerando como “alto” aqui, posso dizer que ‘se Pedro é alto, então Paulo é alto’”.

---

<sup>64</sup>Cf. DEROSE, 2009, p.7. Podemos notar que uma tese contextualista deve necessariamente fazer uso de alguma noção de conhecimento, embora não seja necessário tratar dessa noção para a construção de uma teoria contextualista. Neste caso, quando DeRose (2009) fala de propriedades ou propriedade que a crença deve ter para que se torne um item de conhecimento ele está se referindo muito proximamente à noção de “warrant” utilizada por Plantinga (1995).

<sup>65</sup> DeRose chama atenção para o fato de que existem diferentes variedades de padrões, mas os padrões que devem ser aplicados aqui dizem respeito ao que ele chamou de “grupo-indexical” ou “faixa-métrica”, pois em alguns casos, como em variedades do tipo ‘grupo-relativo’ o condicional poderia soar errado. Mas, mesmo nesse caso, pode-se verificar a veracidade do condicional. O que de fato muda é que o condicional está sendo aplicado para um único padrão, mas os dois lados do condicional operam em diferentes contextos. (DEROSE, 2008)

Essa idéia é aplicada, por DeRose, em situações semelhantes às aquelas em que aplicamos ‘saber’. Aplicando essa análise sobre condicionais comparativos ao caso do banco teríamos a seguinte situação. Considerando Keith em ambos os casos, A e B, podemos encontrar uma base comparativa semelhante para a aplicação de condicionais sob a forma de “se Keith sabe que o banco estará aberto no caso A, então ele sabe que o banco estará aberto no caso B”. Isso significa que a base comparativa para nosso assentimento desse condicional se dá através da nossa constatação de que Keith se encontra em uma posição tão forte epistemicamente com relação à proposição sobre o banco estar aberto no caso A quanto à posição que ele se encontra em relação à mesma proposição no caso B. Assim, o fato de que esse condicional parece verdadeiro por meio dessa base comparativa parece, intuitivamente, servir como boa indicação para a validade desse fato comparativo, dito de outro modo, ele parece trazer esse fato à baila.

Considerando o condicional (3), já mencionado anteriormente, temos: (3) Se Keith sabe que sábado o banco estará aberto no caso A, então Keith sabe que sábado o banco estará aberto no caso B. Este condicional parece verdadeiro sob tais bases comparativas e deveria ser sustentado não importando quão rigorosos ou frouxos estamos sendo em relação ao que contaremos como conhecimento, mostrando o forte apelo intuitivo de que em ambos os casos a força da posição epistêmica de Keith se mantém. Do mesmo modo, podemos constatar que no caso de invertermos os lados do condicional a plausibilidade dessa base comparativa para aplicação do condicional permanece, como vemos em (3’) Se Keith sabe que sábado o banco estará aberto no caso B, então Keith sabe que sábado o banco estará aberto no caso A. Juntos, os condicionais (3) e (3’) parecem intuitivamente servir de boa indicação de que Keith se encontra numa igual posição epistêmica com relação à proposição “o banco estará aberto no sábado”.

As características que diferenciam os dois contextos, A e B, são relevantes na medida em que afetam as condições de verdade para as atribuições ou negações de conhecimento feitas em cada um deles, ou seja, irão afetar quando as atribuições (no caso de Keith, uma auto-atribuição) serão verdadeiras, dado seus conteúdos. Uma vez que o conteúdo de “Keith sabe que o banco estará aberto no sábado” é diferente quando proferida no contexto A do que quando proferida no contexto B torna-se possível negarmos (4), pois as proposições não estão contradizendo uma à outra. DeRose afirma que essa falta de contradição é o que possibilita que atribuidores diferentes possam divergir em suas atribuições. Isso permite que diferentes

atribuidores possam atribuir um valor de verdade diferente com relação ao mesmo sujeito e à mesma proposição sem contradizerem um ao outro, da mesma forma que dois atribuidores poderiam atribuir o mesmo valor de verdade (para o mesmo sujeito e mesma proposição) e apenas um deles dizer algo verdadeiro.

DeRose sugere uma distinção entre *caráter e conteúdo*.<sup>66</sup> Dessa maneira, no caso B, baseado na dúvida levantada pela esposa de Keith ele admite que não sabe que o banco estará aberto. Ele não está contradizendo a alegação feita anteriormente à sua esposa ter considerado essa dúvida e antes dessa questão se tornar tão importante, pois no sentido em que se pretende defender, Keith não quer dizer a mesma coisa quando utiliza ‘saber’, no caso B, quando utiliza no caso A. Embora ‘saber’ esteja sendo utilizada com o mesmo caráter, ela não está sendo utilizada com o mesmo *conteúdo*.

Considere outro exemplo oferecido por DeRose para suportar essa idéia.<sup>6768</sup> Imagine um sujeito, Henry, que está dirigindo pelo interior e (sem nenhuma razão para pensar que alguma coisa estranha esteja acontecendo) depois de uma boa olhada para o objeto crê que o objeto que ele está vendo é um celeiro. Agora imagine dois cenários onde esse fato se passa: o primeiro (CF) é um cenário onde, alheio ao conhecimento de Henry, ele está numa área em que além de celeiros reais está repleta de réplicas perfeitas de celeiros feitas de papelão; no segundo cenário (CV) tudo se passa da mesma maneira exceto pelo fato de que não existem tais réplicas de celeiros. Mas apesar disso, em ambos os casos, ele está vendo o celeiro verdadeiro. Agora imagine, para ambos os casos, que existem dois passageiros sentados no banco de trás do carro de Henry e o primeiro fala para o segundo: ‘Henry sabe que aquilo é um celeiro’. Parece que o significado (o conteúdo) de ‘saber’ utilizado pelo primeiro passageiro parece ser o mesmo tanto em (CF) quanto em (CV). No entanto, em (CV), o que o primeiro passageiro está dizendo é verdadeiro, enquanto que em (CF), o que ele está dizendo é falso. Desse modo, a presença dos falsos celeiros parece sim ter alterado alguma coisa, a saber, o valor de verdade da atribuição de

---

<sup>66</sup> DeRose sublinha, na nota 17, que utiliza esta terminologia conforme sugerida por KAPLAN (1989), p.500-507. DEROSE, 1995. P.921.

<sup>67</sup> Esse exemplo é originalmente atribuído a Carl Ginet, mas foi através de Goldman (1976) que ele adquiriu popularidade.

<sup>68</sup> Esse caso é geralmente utilizado como contra-exemplo para a tese contextualista e frequentemente é apresentado com a seguinte questão: como pode nosso contexto ter alguma coisa a ver com o fato de Henry ter ou não conhecimento?

conhecimento feita pelo primeiro passageiro a Henry, mas não as condições de verdade ou o significado (conteúdo) da atribuição – diferentemente do que acontece no caso do banco.

Como DeRose pretende mostrar, através desses exemplos, as diferenças presentes entre as duas situações – tanto no caso do banco como no caso dos falsos celeiros – não são diferenças relativas aos fatores do sujeito, mas sim aos fatores do atribuidor. Os fatores do atribuidor afetam o valor de verdade de atribuições de conhecimento de uma maneira distinta daquela dos fatores do sujeito, pois os fatores do atribuidor se constituem de tal modo que afetam o conteúdo das atribuições de conhecimento, enquanto que os fatores do sujeito agem de maneira diferente. A explicação oferecida por DeRose pode ser constatada na seguinte passagem:

Fatores do atribuidor estabelecem certo padrão que o sujeito putativo de conhecimento deve corresponder a fim de tornar verdadeira a atribuição de conhecimento: elas afetam quão boas deve ser a posição epistêmica na qual o sujeito putativo de conhecimento deve estar para que ele conte como um conhecedor. Elas, desse modo, afetam as condições de verdade e o conteúdo (ou significado) da atribuição. Fatores do sujeito, por outro lado, determinam se o sujeito putativo de conhecimento corresponde ou não ao padrão que foi estabelecido e, assim, podem afetar o valor de verdade da atribuição *sem* afetar o seu conteúdo: elas afetam o *quão boa deve ser a posição epistêmica na qual o sujeito realmente se encontra*.<sup>69</sup>

Ao aplicarmos a distinção entre caráter e conteúdo isso pode ficar mais claro. O “caráter” de ‘Keith sabe que o banco estará aberto no sábado’ diz respeito, grosso modo, ao fato de que Keith tem uma crença verdadeira de que P (o banco estará aberto no sábado) e se encontra numa posição epistêmica boa o suficiente com relação a P – e isso é o que permanece constante de uma atribuição para a outra. Poderíamos, no entanto, com relação à posição epistêmica, nos questionar sobre o quão boa é suficiente. A resposta para esse questionamento é que isso é exatamente o que varia com o contexto. Assim, aquilo que o contexto irá fixar ao determinar o “conteúdo” de uma atribuição de conhecimento é quão boa a posição epistêmica em que Keith deve ser para que ele seja considerado como um agente epistêmico que sabe que P.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> DEROSE, 1995, p. 922.

<sup>70</sup> Cf. DEROSE, 1995, p. 922.

Uma característica distinta e igualmente importante que pode esclarecer a diferença de “conteúdo” é o fato de que, como Cohen, DeRose acredita que atribuições com o predicado de conhecimento podem ser comparadas com outros termos que parecem ser claramente sensíveis ao contexto, por exemplo, o termo “aqui”. Considere que cerca de

Uma hora atrás eu estava no meu escritório. Imagine que eu verdadeiramente disse: ‘eu estou aqui’. Agora eu estou na sala de processamento de texto. Como eu poderia verdadeiramente dizer onde eu estava há uma hora atrás? Eu não posso verdadeiramente dizer que ‘eu estava aqui’, pois eu não estava aqui; eu estava lá. O significado de ‘aqui’ é fixado pelos fatores contextuais relevantes (neste caso, a minha localização) *da atribuição*, não pela localização no tempo em que se esta falando a respeito.<sup>71</sup>

Com base nisso, se voltarmos ao caso do banco podemos perceber como é possível para o contextualista afirmar (3) em qualquer contexto em que (3) for proferido, pois se Keith sabe no caso A, então ele sabe no caso B. Embora o contextualista deva negar (4) que parece igualmente muito plausível, sua plausibilidade, em grande medida, advém de (3). No entanto, como vimos o contextualista também oferece forte motivação para sustentar (1), (2) e negar (4). DeRose argumenta que mesmo que isso possa parecer contra-intuitivo para muitos, o contextualista pode seguir em frente apoiado pelo fato de que todos reconhecem que: se Keith sabe no caso A, então ele sabe no caso B e que quando sabemos ou não alguma coisa isso não depende apenas de fatores que seriam típicos do sujeito.

Outra característica de extrema importância, para a tese contextualista sustentada por DeRose é *condição de sensibilidade*.<sup>72</sup> Como vimos no capítulo anterior, a condição da sensibilidade foi proposta originalmente por Nozick como uma das condições necessárias para sua tese sobre o conhecimento em que ele faz uso dos condicionais subjuntivos. DeRose, seguindo o caminho de Nozick, propõe uma redefinição para a condição da sensibilidade capaz de lidar com os contra-exemplos disparados originalmente contra Nozick, sem se comprometer definitivamente com sua adequação.<sup>73</sup> DeRose acredita que uma explicação apropriada da

---

<sup>71</sup> DEROSE, 1995, p. 925.

<sup>72</sup> Veja DEROSE (1995), para uma detalhada defesa da condição da sensibilidade, proposta originalmente por Nozick.

<sup>73</sup> Segundo DeRose, essa mesma condição imposta por Nozick ao conhecimento oferece um resultado ‘abominável’: quando aplicada a análise da primeira premissa do argumento cético. De acordo com essa premissa, S sabe que ele tem mãos só se ele sabe que ele não é um cérebro desprovido de mãos, mantido em uma cuba onde experiências enganadoras geradas por computadores lhe informam que ele possui mãos. Para Nozick, esse é o elo

condição da sensibilidade – bem como para a noção de força (relativa) da posição epistêmica – pode ser mais claramente entendida se considerada a partir do quadro teórico fornecido por uma teoria semântica de mundos possíveis.<sup>74</sup>

Dentro dessa perspectiva, para que S se encontre em uma forte posição epistêmica com relação à P, a crença de S de que P deverá corresponder ao fato de que P é verdadeira, não só no mundo atual de S, mas também em mundos próximos o bastante do mundo atual de S. Assim, quanto maior for o continuum de mundos onde S crê que P e P é verdadeira, mais forte será a posição epistêmica de S em relação a P.<sup>75</sup> A condição da sensibilidade afirma, portanto, que a crença de que P é sensível se a crença de S rastreia a verdade de P longe o bastante do mundo atual até os mundos onde  $\sim P$  é o caso e, conseqüentemente, S não crê que P nesses mundos próximos onde  $\sim P$  é o caso. O quão longe a crença de que P deve rastrear a verdade de P (isto é, o quão forte a posição epistêmica do sujeito que mantém a crença de que P deve ser) para que a crença de que P seja sensível depende do quão longe estão os mundos nos quais  $\sim P$  é o caso. Dessa forma, ao aplicarmos esse mecanismo à minha crença de que eu tenho mãos, obteremos o seguinte resultado: com relação ao mundo atual, eu possuo mãos e eu creio que eu possuo mãos; para os mundos próximos ao atual, nos quais eu tenho mãos, eu também creio que eu possuo mãos; já com relação aos mundos mais próximos nos quais eu não tenho mãos devido ao fato de ter sofrido algum grave acidente, eu não creio que eu tenho mãos. Apesar disso, a minha crença de que eu tenho mãos não é capaz de rastrear a verdade nos mundos em que eu sou um cérebro em uma cuba iludido a pensar que tenho mãos. Conforme DeRose, ainda que minha crença de que eu tenha mãos falhe em rastrear o fato de que eu não tenho mãos em mundos como esse, ela rastreia os fatos relevantes em um grande número de mundos possíveis e isso é suficiente para

---

fraco do argumento cético: já que a crença de S de que ele tem mãos é sensível enquanto a sua crença na proposição implicada por ela (de que S não é um cérebro, sem mãos, em uma cuba) não o é, o princípio de fechamento é falso, apesar de intuitivamente tentador, pois sensibilidade, condição necessária para o conhecimento, não é transmitida por implicação lógica conhecida. Se S não tivesse mãos, porque ele as perdeu em um acidente, S não creia que ele tem mãos. Agora, se S fosse um cérebro em uma cuba e a sua experiência sensorial fosse indistinguível da sua experiência atual, então S creia que ele não é um cérebro em uma cuba. Logo, Nozick pensa que nós não precisamos aceitar a conclusão cética de que S não sabe que ele possui mãos, porque uma das premissas do argumento cético é uma instância de um princípio falso. Segundo DeRose, o aspecto ‘abominável’ da solução nozickiana do problema do ceticismo é o de que ela nos compromete com a aceitação de uma ‘conjunção abominável’: mesmo que S não saiba que não é um cérebro sem mãos em uma cuba, S sabe que tem mãos.

<sup>74</sup> DEROSE, 1995, p. 34.

<sup>75</sup> Aqui deve ser considerado também o fato de que o método pelo qual a crença foi formada deve permanecer o mesmo independente do mundo possível que esteja sendo considerado.

que a minha posição epistêmica em relação à proposição de que eu tenho mãos seja considerada bastante forte.

No entanto, poderíamos fazer o seguinte questionamento: o que o mecanismo usado na teoria dos mundos possíveis pode nos dizer em relação à minha crença de que eu não sou um cérebro em uma cuba? Uma vez que consideramos que os mundos mais próximos nos quais eu sou um cérebro em uma cuba são mundos suficientemente distantes do mundo atual, eu estou em uma posição epistêmica suficientemente forte em relação à proposição de que eu não sou um cérebro em uma cuba. Contrariamente ao que pensava Nozick, para DeRose isso ocorre mesmo nos casos em que essa crença não seja capaz de rastrear esse fato nos mundos em que eu sou um cérebro em uma cuba, isto é, mesmo que a minha crença seja insensível.

Uma vez que hipóteses céticas tendem a se prender às possibilidades remotas (e algumas vezes muito remotas), pode-se estar em uma posição relativamente forte (e às vezes muito forte) em relação às crenças de que elas não são o caso (já que a nossa crença sobre se elas são o caso correspondem ao fato em questão em uma grande variedade de mundos mais próximos ao atual), mesmo que essas crenças mantenham-se insensíveis [.] Em contraste, onde P é tal que existem mundos muito próximos em que P é o caso e mundos muito próximos onde  $\sim P$  é o caso, a nossa crença de que P deve ser sensível [...] para que possamos estar em uma posição epistêmica minimamente forte em relação a P e, por outro lado, nós não precisamos estar em uma posição epistêmica forte para que a nossa crença seja sensível.<sup>76</sup>

Dado que a crença na falsidade de hipóteses céticas exige uma posição epistêmica mais forte do que a crença em proposições ordinárias, nas situações em que P é a negação de uma hipótese cética, os padrões para que S possa ser considerado como sabedor de P se elevam a níveis altíssimos, pois como sugerido por DeRose, S precisa estar em uma posição epistêmica muito mais forte em relação à negação da hipótese cética do que em relação à crença em proposições ordinárias. Assim, a condição da sensibilidade pode ser compreendida como sendo responsável por estabelecer o conjunto, ou o escopo, de mundos possíveis que devem ser rastreados para que a crença de S de que P seja verdadeira. O conjunto de mundos possíveis

---

<sup>76</sup> DEROSE, 1995, p. 35.

relevantes para a atribuição de conhecimento se expande conforme os padrões de conhecimento são elevados em um determinado contexto.

Com isso, DeRose observa que algumas crenças que não são sensíveis nos parecem casos de conhecimento, na medida em que suas negações implicam algo que consideramos saber como falso sem que haja nenhuma explicação para como chegamos a crê-las falsamente. Ele sugere dois exemplos. Primeiramente, considere a crença de que

(BF) Eu não creio falsamente que eu tenho mãos.

Esta crença, como podemos ver, não é sensível, pois eu creia em (BF) mesmo se (BF) fosse falsa. Não obstante, nós julgamos que eu sei que (BF). O segundo exemplo trata da crença de que

(BD) Eu não sou um cachorro inteligente que está sempre, de modo incorreto, pensando que eu tenho mãos.

Nesse caso, assim como (BF), a crença não é sensível, mas julgamos saber que (BD). Isso apresenta uma dificuldade, a saber, enquanto a sensibilidade parece ser uma condição razoável sobre o conhecimento, algumas crenças que não são sensíveis parecem contar como casos de conhecimento. A resposta de DeRose para esse problema substituindo a condição de sensibilidade pura por uma condição mais fraca, que deixe lugar para a sensibilidade ao mesmo tempo em que nos permite saber nos casos problemáticos. De acordo com ele

Nós não [...] julgamos a nós mesmos ignorantes sobre P nos casos em que  $\sim P$  implica algo que nós julgamos saber que é falso, sem fornecer uma explicação sobre como nós viemos a crer falsamente essa coisa que acreditamos saber. Assim, *eu creio falsamente que eu tenho mãos* implica que eu não tenho mãos. Uma vez que eu me julgo sabedor de que eu tenho mãos (*esta crença não é sensível*), e já que a proposição acima em itálico não explica como eu errei com relação ao meu ter mãos, eu julgarei que eu sei que aquela proposição é falsa.<sup>77</sup>

Seguindo a sugestão DeRose e alterando a condição de sensibilidade apropriadamente, o resultado é o seguinte:

Condição de Sensibilidade Deroseana (CSD): S sabe que P via M somente se, ou:

---

<sup>77</sup> DEROSE, 1999, p.197.

1. Se P fosse falsa, então S não creria que P via m; ou
2. Se  $\sim P$  implica algum Q e S considera a si mesmo sabendo  $\sim Q$  (e S continuaria a crer que  $\sim Q$  se P fosse falsa),  $\sim P$  falha em explicar como S veio a crer falsamente que  $\sim Q$  se P fosse falsa.<sup>78</sup>

Como podemos perceber, esta estratégia adotada por DeRose se configura pela substituição da condição de sensibilidade pura, como em Nozick, por uma condição disjuntiva que requer que crenças sejam ou sensíveis ou satisfaçam uma segunda condição. Essa segunda condição é composta de três componentes:

Condição Disjuntiva (CD):

- (i) Onde  $\sim P$  implica algum Q e
- (ii) Nós consideramos S sabedor de  $\sim Q$ ,
- (iii)  $\sim P$  falha em explicar como S veio a crer falsamente  $\sim Q$

Como podemos constatar a introdução de (CD), por parte de DeRose, representa um avanço para a condição da sensibilidade Nozickiana, na medida em que se torna possível explicar, nos dois casos problemáticos, o veredito correto. De acordo com a passagem citada acima, DeRose explica como (CD) nos permite obter o resultado correto em (BF). Mas funcionaria igualmente para (BD), assim teremos: (i) ‘eu sou um cachorro inteligente que está sempre, de modo incorreto, pensando que eu tenho mãos’ implica ‘eu não tenho mãos’; (ii) nós nos consideramos sabedores de que eu tenho mãos; e (iii) o fato de eu ser um cachorro falha em explicar como eu falsamente vim a creditar que eu tenho mãos.<sup>79</sup>

Agora temos diante de nós todos os elementos necessários para que possamos articular a solução proposta por DeRose do paradoxo cético. Ao introduzir uma hipótese cética em um contexto determinado, o cético determina dois aspectos importantes: (1) S está em uma posição

---

<sup>78</sup> Além disso, a proposta de DeRose afirma que nós *tendemos a julgar* que S sabe que p somente se ou S crê que P sensivelmente ou *assumimos* que há alguma Q tal que. . . Isso evita a dificuldade de que S pode não saber nada, enquanto ele se considera sabedor da proposição certa. Porém, por outro lado parece não haver uma fácil tradução da sua proposta para uma condição sobre o conhecimento (como em oposição a atribuições de conhecimento) é uma condição para o conhecimento (em oposição à atribuição de conhecimento). Existe uma complicação para essa proposta, mas não nos cabe discuti-la aqui, a saber, pela adoção de que S se considera sabedor apenas de proposições que nós consideramos que ele sabe. Cf. DEROSE 1995.

<sup>79</sup> A proposta de DeRose, também apresenta alguns problemas que demandam certa resolução, no entanto, não os trataremos aqui, pois nos afastaria de mais do nosso objetivo. Para uma discussão apropriada sobre esse debate ver BLACK e MURPHY (2007) e COMESANA (2007).

epistêmica em relação à  $\sim$ HC pelo menos tão forte quanto a sua posição epistêmica em relação a P, e (2) a crença de S de que  $\sim$ HC será sempre insensível (ou seja, S sempre crê que  $\sim$ HC mesmo quando  $\sim$ HC é falsa, i.e., quando HC é o caso). Dado (2) e (CSD), ao asserir que S não sabe que  $\sim$ HC (ao asserir a segunda premissa do argumento cético) o cético eleva os padrões do contexto a um nível suficiente para tornar verdadeira essa proposição. Isso é assim porque, por (CSD), a crença de S de que  $\sim$ HC deve ser sensível para que a crença de que  $\sim$ HC seja um caso de conhecimento e, dado que a crença de S de que  $\sim$ HC é insensível, os padrões são elevados ao ponto em que S não é considerado como sabedor de que  $\sim$ HC. E S também não sabe que P (proposição ordinária) é o caso, pois, dado (1), a posição epistêmica de S em relação à  $\sim$ HC é pelo menos tão forte quanto a sua posição epistêmica em relação a P e, tendo o cético elevado os padrões de tal forma que S não sabe que  $\sim$ HC, S também não sabe que P. Nesse contexto cético, a primeira premissa do argumento cético é verdadeira e, portanto, a conclusão do argumento também o é.

Portanto, com isso é, para DeRose, possível explicar a plausibilidade do argumento cético. Nos casos em que o cético apresenta uma hipótese cética os padrões de atribuição do contexto em questão se elevam por meio da condição de sensibilidade – o escopo dos mundos possíveis que precisam ser levados em consideração aumenta consideravelmente – e, com esses padrões mais rigorosos em vigor, nós não podemos ter como objeto de conhecimento nem a falsidade da hipótese cética e nem a verdade das proposições ordinárias, pois não conseguimos satisfazê-los. No entanto, contextos nos quais hipóteses céticas não são entretidas, embora ainda reguladas pela condição da sensibilidade, os padrões se tornam comparativamente mais baixos (relaxados) e, assim, nós frequentemente conseguimos satisfazer tais padrões fazendo com que nossas alegações de conhecimento sejam verdadeiras – tanto com relação à proposição ordinária quanto à negação da hipótese cética.

### **2.3 David Lewis**

David Lewis oferece uma abordagem contextualista para as atribuições de conhecimento e para o conhecimento que é intuitivamente, também, muito familiar à maneira como procedemos ordinariamente. Lewis argumenta que o conhecimento de uma pessoa pode mudar

dependendo do contexto conversacional e da situação (posição epistêmica) em que ela se encontra. Mais especificamente, afirma Lewis, nós fazemos isso por meio de ignorar apropriadamente certas possibilidades que não necessitam ser eliminadas, não podem ser eliminadas, ou ambas. Neste sentido, sua tese se aproxima muito da teoria das alternativas relevantes.

A abordagem defendida por Lewis se diferencia da abordagem feita pelos autores vistos anteriormente. De modo interessante, ele constrói uma versão do contextualismo que dispensa o “insano” (mad) Falibilismo.<sup>80</sup> Basicamente, como vimos no capítulo anterior, o Falibilismo defende que para o conhecimento não é preciso certeza epistêmica, ou impossibilidade de erro, para que uma crença esteja justificada bastaria que ela possuísse razões “muito boas”. No entanto, para Lewis “se você alega que S sabe que P e ainda concede que S não pode eliminar certas possibilidades em que  $\sim P$ , isso certamente parece que você concedeu, no fim das contas, que S não sabe que P”.<sup>81</sup> Para Lewis falar de conhecimento falível (conhecimento apesar de possibilidades não eliminadas) parece extremamente contra-intuitivo e contraditório. Assim, segundo ele, estamos presos entre o Falibilismo e o ceticismo, ambos absurdos. Melhor Falibilismo do que Ceticismo, mas Lewis afirma que podemos ‘driblar essa escolha’ e oferece uma solução.<sup>82</sup>

Muito importante é o entendimento de Lewis sobre a noção de conhecimento e, portanto, sobre o papel da justificação.<sup>83</sup> Ele se refere à justificação como uma sendo uma idéia antiga pela qual crença verdadeira se tornaria conhecimento, o que poderia nos levar a crer que atribuições de conhecimento são dependentes do contexto porque os padrões para justificação são dependentes do contexto. Assim, a justificação exigida em certos casos para determinar

---

<sup>80</sup> Cf. LEWIS, 1999.

<sup>81</sup> LEWIS, 1999, p. 221.

<sup>82</sup> Cf. LEWIS, 1999.

<sup>83</sup> Lewis acredita que a crise instaurada pela problemática cética se dá pela seguinte razão: se o conhecimento, por definição, deve ser infalível, logo, se S sabe que P, então, ele também deveria não acreditar em P em todos os cenários possíveis em que P não é o caso. Igualmente, se S não pode eliminar a possibilidade de  $\sim P$  em um determinado caso e admite esta inabilidade, logo, parece que, de fato, S não sabe que P. Tal método de conhecimento – que é conhecido como falível, ou seja, o conhecimento pode se dar ou permanecer apesar de possibilidades não eliminadas – é contraditório com os objetivos da epistemologia. Assim, Lewis questiona se isso não nos deixa apenas com a opção de escolher entre duas coisas indesejáveis, a saber, o Falibilismo e ceticismo. O Falibilismo, segundo Lewis, ainda é a melhor opção, mas ele afirma que seria muito melhor se pudéssemos não ter de fazer essa escolha. Assim, ele questiona a epistemologia propriamente dita: poderia o exame do conhecimento forçar com que todas as atribuições de conhecimento se tornassem falsas? Dada essa possibilidade, ele se volta para a questão sobre o que seria necessário para uma teoria do conhecimento.

conhecimento não é suficiente em outros casos, ou seja, a força da justificação necessária varia conforme o contexto. Nessa perspectiva, crença verdadeira mereceria ser um caso de conhecimento somente se suportada adequadamente por boas razões. No caso de contextos extremamente rigorosos, como contextos epistemológicos, tais razões precisariam ser à prova d'água, mas padrões de justificação conforme exigidos por esses contextos dificilmente são satisfeitos.<sup>84</sup> Assim sendo, Lewis argumenta que este processo de justificação não pode ser um bom ponto de partida para o conhecimento. Para exemplificar isso podemos citar o caso da loteria. Alguém poderia pensar que seu bilhete irá perder, mas, em tendo assumido que se trata de uma loteria confiável, as chances contra ele, não importando quão alta elas são, nunca serão suficientes para tornar a sua crença um caso de conhecimento, não há qualquer limite estatístico que se possa atingir para que a alegação dessa pessoa, de que seu bilhete irá perder, seja um caso de conhecimento. Outro exemplo citado por Lewis seria que a justificação nem sempre parece ser necessária, pois parece não fundamentar casos de percepção, memória e testemunho, mas ainda sim ganhamos conhecimento dessas fontes.<sup>85</sup> Por esta razão, Lewis se afasta da justificação observando que ela não pode ser a culpada pela extinção do conhecimento.

O ponto de partida para sua teoria se dá pela separação entre justificação e conhecimento, mas se não é através de padrões de justificação que o conhecimento pode ser destruído (em contextos epistemológicos) Lewis precisa explicar relativo ao que devem ser esses padrões. Lewis toma como ponto de partida a noção de infalibilidade do conhecimento. Para ele, infalibilidade não leva necessariamente ao ceticismo. A definição proposta por ele é a seguinte:

(INF) Um sujeito S sabe uma proposição P se e somente se P se mantém em todas as possibilidades que resultam não eliminadas pela evidência de S; equivalentemente, se e somente se a evidência de S elimina todas as possibilidades em que  $\sim P$ .<sup>86</sup>

Lewis estabelece, em (INF), que as 'proposições' são individuadas através de equivalência necessária, ou seja, existe apenas uma proposição necessária que pode ser conhecida sempre e em qualquer lugar. Ela se mantém em todas as possibilidades, isto é, em

---

<sup>84</sup> LEWIS, 1999, p.222.

<sup>85</sup> Lewis sublinha que nesses casos não poderia haver problema de má circularidade (question begging).

<sup>86</sup> LEWIS, 1999, p.222-223.

todas as possibilidades que resultam não eliminadas pela evidência de S, independente de quem seja o S ou qual seja sua evidência.<sup>87</sup>

Ma o que estabelece se uma possibilidade pode ou não ser eliminada? De acordo com Lewis, as possibilidades não eliminadas correspondem àquelas possibilidades em que todas as experiências perceptuais e memoriais de S são exatamente como elas se encontram no momento presente. Isto é, existe apenas uma possibilidade que atualmente é o caso (com relação a um S num momento determinado), a essa possibilidade Lewis chama de *atualidade* (*actuality*). Dessa forma, certa possibilidade W será não eliminada se e somente se as experiências perceptuais e memoriais de S com relação a W correspondem exatamente às suas experiências perceptuais e memoriais *atuais*. Lewis afirma com relação às experiências perceptuais:

Quando a experiência perceptiva (ou memorial) elimina a possibilidade de W, isso não é porque o conteúdo proposicional da experiência entra em conflito com W. (Nem mesmo se é o conteúdo restrito.) O conteúdo proposicional da nossa experiência poderia, afinal, ser falso. Pelo contrário, é a existência da experiência que está em conflito com W: W é uma possibilidade em que o sujeito não está tendo a experiência E. Senão teríamos necessidade de contar alguma história "de pescador" sobre como a experiência tem algum tipo infalibilidade, inefabilidade, de conteúdo puramente proposicional fenomenal ... Quem precisa disso? Considere E tendo conteúdo proposicional P. Suponha ainda – algo que eu considero ser uma questão em aberto – que E é, em certo sentido, completamente caracterizada por P. Então, eu digo que E elimina W se e somente se W é uma possibilidade em que a experiência, ou memória do sujeito tem um conteúdo diferente de P. Eu não digo que E elimina W se e somente se W é uma possibilidade em que P é falsa.<sup>88</sup>

Por fim, outro elemento importante da definição de (INF), para o qual Lewis oferece uma explicação, é o termo 'todas' (referindo-se às possibilidades). De acordo com Lewis, 'todos' representa um quantificador e, normalmente, como todos os quantificadores, é restrito a certo domínio específico. Quando, num bar com amigos, digo 'todos os copos estão vazios, é hora de outra rodada' eu e meus interlocutores, sem sombra de dúvidas, estamos ignorando a vasta

---

<sup>87</sup> Lewis sublinha que sua preocupação aqui é modal e não hiper-extensional. Dessa maneira poderia acontecer de a proposição conhecida "eu tenho mãos" poder não ser reconhecida quando apresentada como a proposição de que "o número das minhas mãos é o menor número n tal que todo numero par é a soma de primos de n".

<sup>88</sup> LEWIS, 1999, p. 224.

maioria dos copos existente no mundo inteiro, através dos tempos. Isso significa que eles estão fora do domínio de “todos” presentes na minha asserção, eles são irrelevantes para a verdade daquilo que asseri.<sup>89</sup> Do mesmo modo, no caso de dizer que ‘eu sei que toda possibilidade não eliminada é aquela em que P’ eu estou, sem dúvida, com relação aos mundos possíveis, ignorando algumas dentre todas as possibilidades alternativas não eliminadas que possam lá existir. Nesse caso, como no dos copos, eles estão fora do domínio estabelecido e são irrelevantes para a verdade do que foi dito por mim. A partir disso podemos estabelecer um princípio que permeia sua concepção.

No entanto, não é permitido que eu possa ignorar qualquer possibilidade, conforme o meu desejo, pois, se assim fosse o caso, atribuições de conhecimento não teriam efetivamente nenhum valor relevante. Certas possibilidades poderão ou não ser apropriadamente ignoradas. Mas isso exige que ele adicione outra cláusula à sua definição de conhecimento, que ele chama de *sotto voce* (em voz baixa). Desse modo teríamos:

(INF’): S sabe que P se e somente se a evidência de S elimina todas as possibilidades em que  $\sim P$  – Psst! – exceto para aquelas possibilidades que estamos apropriadamente ignorando.

Conforme mencionado no capítulo anterior, Peter Unger argumentava em favor de uma posição cética apelando para o fato de que o conceito de conhecimento é absoluto e, conseqüentemente, P seria um caso de conhecimento se e somente se não há nenhuma possibilidade de erro não eliminada, analogamente, uma superfície é lisa se e somente se não existe nenhuma rugosidade. Assim, Peter Unger conclui que se analisarmos de perto nenhuma superfície é realmente plana, bem como o conhecimento não elimina todas as possibilidades de erro. Lewis, como a maioria dos autores não céticos, discorda dessa conclusão. Para ele, a conclusão de Unger é “absurda” e propõe que a cláusula *sotto voce* deveria ser adicionada: uma superfície é lisa se e somente se não existe nenhuma regularidade – Psst! – exceto para aquelas irregularidades que estamos apropriadamente ignorando. Com base nisso, Lewis propõe uma redefinição da definição:

digamos que nós pressupomos a proposição Q se e somente se nós ignoramos todas as possibilidades em que  $\sim Q$ . Para fechar

---

<sup>89</sup> Lewis, 199, p. 224.

o círculo: nós *ignoramos* somente àquelas possibilidades que falsificam nossa pressuposição. *Apropriadas* pressuposições correspondem, claramente, a ignorar apropriadamente. Portanto, S sabe que P se e somente se a evidência de S elimina todas as possibilidades em que  $\sim P$  – Psst! – exceto para aquelas possibilidades conflitantes com nossas pressuposições apropriadas.<sup>90</sup>

Com o intuito de apontar os fatores (padrões contextuais) que irão determinar quais possibilidades podem, ou não, ser ignoradas, Lewis oferece uma lista de regras a fim de explicar em que situações podemos, ou não, ignorar uma dada possibilidade; bem como se uma dada possibilidade é ou não relevante. Inicialmente, ele apresenta três proibições que devem ser consideradas em todas as situações, a saber, as regras de *atualidade*, *crença* e *semelhança*.

De acordo com a primeira regra, a *regra da atualidade*, toda a possibilidade que é atual, não pode ser apropriadamente ignorada. Esta regra estabelece que o mundo atual seja sempre dominante. Desta resulta que nada falso poderia ser pressuposto, uma vez que o que é falso não é o caso e, portanto, não é atual. Esta regra também apresenta características externalistas, no sentido de que S é julgado pelo seu sucesso de não ignorar o atual estado das coisas, ao invés de ser avaliado por sua tentativa de ignorar apropriadamente.

A segunda regra, *da crença*, afirma que aquilo que o sujeito crê ser o caso não pode ser apropriadamente ignorado, independentemente do fato de se ele está certo ou errado em crer tal coisa. Igualmente, aquilo que o sujeito *deveria* crer ser o caso, por exemplo, aquilo que a evidência e os argumentos o justificam a crer, independentemente do fato de se ele crê ou não.<sup>91</sup> Lewis admite graus de crença. Assim, uma possibilidade seria apropriadamente ignorada se o sujeito lhe concedesse um grau de crença *suficientemente alto*. Lewis, para explicar o quanto seria suficientemente alto, apela para possibilidades de erro e quanto está em jogo para S, caso ele esteja errado. Dessa forma quando aquilo que está em jogo, ou seja, quando a possibilidade de erro for desastrosa menores serão as possibilidades que poderão ser apropriadamente

---

<sup>90</sup> LEWIS, 1999, p. 225. Lewis comenta que a afirmação do princípio nesses termos se assemelha ao tratamento para o conhecimento utilizado por Fergusson (1980). Mas não é realmente relevante para nosso entendimento da proposta de Lewis.

<sup>91</sup> Entendo que o sentido que o termo ‘deveria’ possui nesse contexto se refere ao que o sujeito estaria “autorizado” ou “justificado” a crer com base nas suas evidências e argumentos. Utilizo o termo *deveria* para não me distanciar da forma apresentada por Lewis, em que ele utiliza o termo “ought”.

ignoradas. Nesse caso, mesmo um baixo grau de crença pode ser suficientemente alto para trazer à baila a regra da crença. Contudo, mesmo com possibilidades de erro salientes, podemos ignorar algumas possibilidades. Para corroborar essa idéia podemos citar um exemplo oferecido por Lewis. Segundo ele,

desastroso seria condenar um homem inocente, ainda que os jurados pudessem apropriadamente ignorar a possibilidade de que foi o cachorro, admiravelmente bem treinado, que disparou o tiro fatal. E a menos que eles estejam ignorando alternativas mais relevantes que essa, pode ser dito, corretamente, sobre eles, que eles sabem que o acusado é culpado das acusações.<sup>92</sup>

Lewis aqui parece conceder alguma relevância para justificação. Ele permite crença verdadeira justificada sem conhecimento, como no caso da loteria. Do mesmo modo que ele permite conhecimento sem justificação, como em alguns casos perceptuais. Lewis ainda permite “conhecimento sem crença, como no caso do tímido estudante que sabe a resposta, mas não confia que ela esteja correta e, por isso, não acredita naquilo que ele sabe”.<sup>93</sup> No entanto, ele sustenta que qualquer proposta que contraria a *regra da crença* deveria ser rejeitada, pois uma possibilidade na qual o sujeito não crê com grau suficiente, ou não deve acreditar em um grau suficiente, pode ser uma alternativa relevante e não apropriadamente ignorada.<sup>94</sup>

A terceira regra proibitiva oferecida por Lewis é a *regra da semelhança*. De acordo com essa regra, duas possibilidades que são similares – ou que uma notadamente se assemelha a outra – ou deveriam ambas ser apropriadamente ignoradas ou deveriam, ambas, serem consideradas. Da mesma maneira, essa regra estabelece que mundos suficientemente similares, de modo relevante, ao mundo atual não podem ser apropriadamente ignorados. Não é permitido que alguém possa ignorar apropriadamente uma e não a outra. Lewis, no entanto, chama atenção para o cuidado que deve ser tomado ao aplicarmos essa regra. Segundo ele, ela entra em conflito, pelo menos em um caso, com a *regra da atualidade*. “Atualidade é uma possibilidade não eliminada pela evidência do sujeito. Assim, qualquer outra possibilidade W igualmente não eliminada pela evidência do sujeito se assemelha à atualidade em pelo menos um aspecto: a saber, com relação à

---

<sup>92</sup> LEWIS, 1999, p.227.

<sup>93</sup> Esse exemplo, afirma Lewis, pode ser verificado em WOOZLEY (1953) e RADFORD (1966).

<sup>94</sup> Cf. LEWIS, 1999, p.227.

evidência do sujeito.”<sup>95</sup> Não obstante, Lewis argumenta que não podemos ousar aplicar as regras de atualidade e semelhança para obtermos a conclusão de que W é uma alternativa relevante, caso contrário, reinstalaríamos o ceticismo. Lewis reconhece que essa exceção implica numa explicação *ad hoc*, mas acredita que sua aplicação às atribuições de conhecimento pode superar o seu caráter negativo. Esta regra é, segundo Lewis, responsável por nos fornecer a explicação para o caso da loteria, no qual o sujeito portador do bilhete não pode saber que possui o bilhete que será o perdedor (não importando quão altas as probabilidades contra ele).<sup>96</sup> Lewis explica que, para cada bilhete, existe a possibilidade de que ele será o vencedor e essas possibilidades são salientemente semelhantes umas as outras – assim, ou cada uma delas pode ser apropriadamente ignorada ou nenhuma delas pode. Mas uma delas não pode ser apropriadamente ignorada, a saber, aquela possibilidade que de fato é o caso (que atualmente é o caso).

Além destas três regras proibitivas propostas por Lewis para determinar se ou não possibilidades podem ser apropriadamente ignorados, ele oferece mais três regras permissivas que também devem ser aplicadas na análise das possibilidades que podem ou não ser apropriadamente ignoradas, a saber, as regras da *confiabilidade, do método e do conservadorismo*. Estas regras, basicamente, descrevem situações nas quais nos é permitido ignorar apropriadamente algumas possibilidades.

A primeira delas, a *regra da confiabilidade*, tenta, de alguma maneira, acomodar as intuições corretas presentes nas teses causais e confiabilistas sobre o conhecimento.<sup>97</sup> Essa regra diz que, uma vez que o nosso processo cognitivo é confiável e, na maior parte das vezes funciona corretamente, a possibilidade de que ele pode falhar poderia ser apropriadamente ignorada. No entanto, a regra da confiabilidade está sob o olhar das regras da atualidade e da semelhança, pois em alguns casos elas podem vir a anulá-la. Considere algum caso de experiência sensorial, em casos dessa natureza a minha experiência sensorial decorre causalmente daquilo que estou percebendo e, aquilo que eu acredito sobre minha determinada experiência sensorial decorre da minha experiência sensorial. No entanto, para cada uma dessas dependências, o escopo em que as alternativas, ou melhor, as possibilidades que poderão ou não ser ignoradas irá variar. Em

---

<sup>95</sup> LEWIS, 1999, p.228.

<sup>96</sup> De acordo com Lewis, a regra da semelhança também é responsável pela resolução do problema de Gettier. Uma vez que este aspecto é menor dentro da nossa investigação não o trataremos aqui. Para a resposta de Lewis a este problema veja LEWIS, 1999, p.228-229.

<sup>97</sup> Para uma discussão sobre essas teses ver GOLDMAN (1967).

alguns contextos, a possibilidade de que estou alucinando, de modo que todas as minhas experiências perceptuais e memoriais seriam exatamente como atualmente são, nunca poderá ser eliminada, no entanto, poderá ser apropriadamente ignorada. Nesse caso, se em alguns contextos elas podem ser apropriadamente ignoradas, como normalmente são, então minhas experiências sensoriais me fornecem conhecimento. Em outros contextos tal possibilidade não pode ser apropriadamente ignorada, a saber, em casos em que realmente estamos alucinando. Neste contexto a regra da confiabilidade é anulada pela regra da atualidade.

A *regra do método* estabelece dois usos para inferências não-dedutivas: a indução, onde se pode tomar através de certa amostragem uma representação do todo, e abdução, onde se pode supor que a melhor explicação dada à evidência disponível no momento é a explicação correta. Com isso, nos é permitido ignorar apropriadamente possíveis falhas nesses processos inferenciais. No entanto, de forma geral, a regra consiste de uma disposição constante de pressupor confiabilidade nesses métodos quando eles se apresentam.

A terceira, a *regra de conservadorismo*, afirma que se estamos cercados por pessoas que, de modo geral, ignoram reconhecidamente certas possibilidades, então, nós também estamos autorizados a ignorar estas possibilidades. Esta regra ajuda a capturar a natureza da maioria dos contextos conversacionais de modo que aquilo que é tacitamente acordado como não sendo um cenário possível, não será trazido à baila. Lewis reconhece que, como vimos, essas regras são anuláveis e não é claro quando a aplicação de todas elas é requerida.<sup>98</sup>

A última regra oferecida por Lewis é a *regra de atenção*. Conforme sublinha Lewis, esta regra pode parecer um pouco trivial, mas, além de importante, é bom que ela esteja presente na análise. De acordo com esta regra qualquer possibilidade que estejamos entretendo é uma possibilidade e deve ser eliminada a fim de preservar o conhecimento em questão. Para Lewis, o simples fato de que alguma possibilidade venha à nossa atenção é suficiente para determinar que ela não possa ser apropriadamente ignorada. Assim, qualquer possibilidade que falantes e ouvintes de um dado contexto estejam entretendo é relevante e não pode mais ser apropriadamente ignorada neste contexto.

---

<sup>98</sup> Lewis reconhece que pode haver redundância entre uma e outra aplicação dessas regras e que elas muitas vezes podem ser subsumidas umas às outras, no entanto, ele alega ser melhor pecar pela redundância do que pela falta de completude. Cf. LEWIS, 1999, p. 230.

Agora temos diante de nós todos os elementos necessários para que possamos articular a solução proposta por Lewis do paradoxo cético (AC). Como vimos, Lewis parte de uma noção infalibilista de conhecimento: S sabe que P se e somente se a evidência de S elimina *todas as* possibilidades em que  $\sim P$  – Psst! – exceto para aquelas possibilidades que estamos apropriadamente ignorando. ‘Todas’, presente nessa definição, é entendido de modo semelhante a outros quantificadores, a saber, restrito a um determinado domínio. O caráter contextualista da teoria de Lewis se deve ao fato de que são os fatores presentes no contexto conversacional (dos atribuidores envolvidos na conversa) que estabelecerão o domínio no qual ‘todas’ deve ser tomada.<sup>99</sup> Isso é, o escopo das possibilidades que podem ou não ser ignoradas irá variar de contexto para contexto – em alguns contextos o escopo das possibilidades que podem ser apropriadamente ignoradas será maior e o escopo das possibilidades que não podem ser ignoradas, menor. Todas as regras sugeridas por Lewis devem ser consideradas contextualmente e, na medida em que elas agem conjuntamente, permitem que possamos ou não ignorar apropriadamente certas possibilidades.

Para Lewis, portanto, as hipóteses céticas representam possibilidades que poderão ou não ser ignoradas.<sup>100</sup> O contexto, no qual os atribuidores se encontram determinará quando a hipótese cética pode ou não ser apropriadamente ignorada. Assim, na medida em que eu posso, em alguns contextos, apropriadamente ignorar a possibilidade cética, eu posso afirmar ou alegar conhecimento referente às proposições empíricas como aquelas que ordinariamente alego saber, por exemplo, eu tenho um coração, está chovendo, etc. Lewis atesta, da mesma maneira que Cohen e DeRose, a plausibilidade e a força de (AC), mas através da dependência contextual

---

<sup>99</sup> “Eu digo: S sabe que P se e somente se P é o caso em todas as possibilidades deixadas não eliminadas pelas evidências de S - Psst! - exceto para aquelas possibilidades que nós estamos apropriadamente ignorando. “Nós” significa: os atribuidores e ouvintes de um determinado contexto [conversacional], isto é, aqueles de nós que conjuntamente estão discutindo o conhecimento de S. É que estamos ignorando e não o que S está ignorando que é importante para o que verdadeiramente podemos dizer sobre o conhecimento de S. Quando estamos falando sobre o nosso próprio conhecimento ou ignorância, como epistemólogos fazem tão freqüentemente, esta é uma distinção sem diferença.” Lewis, 1999, p.232. Conseqüentemente, da mesma maneira que pode haver diferenças entre falantes e ouvintes de um mesmo contexto, relativo ao que eles apropriadamente ignoram, também pode haver diferenças entre falantes e ouvintes de diferentes contextos. Desse modo, uma possibilidade que é relevante num contexto pode não ser relevante em outro. Ou seja, num determinado contexto em que certas possibilidades céticas são entretidas um atribuidor poderia verdadeiramente dizer que “S não sabe que P”, enquanto noutro contexto onde tais possibilidades não são entretidas outro atribuidor poderia dizer, também verdadeiramente, que “S sabe que P”.

<sup>100</sup> Lewis também faz uma defesa do princípio de fechamento. Embora não dedique muito tempo nisso, ele acusa Dretske de confundir o fenômeno lógico que está por trás do princípio com um fenômeno pragmático. Para ele, “se nós avaliamos a conclusão para verdade não com relação ao contexto no qual foi proferida, mas, ao invés disso, com respeito ao diferente contexto em que a premissa foi proferida, então a verdade é preservada”. Lewis, 1999, p.236

(apresentada em (INF')) reafirma a possibilidade de salvaguardar nossas atribuições de conhecimento. A regra da atenção, embora não seja propriamente uma regra, como afirma o próprio Lewis, é uma condição fundamental para sua tese. Segundo ela, podemos explicar porque o argumento cético é tão irresistível, ainda que apenas temporariamente.

O problema aparece somente quando a hipótese cética é trazida à minha atenção. Nesse caso, imediatamente, eu pareço perder todo conhecimento que alegava possuir, uma vez que ao entreter a hipótese cética ela não pode mais ser apropriadamente ignorada, a menos que, de alguma forma, o contexto possa ser mantido inalterado.<sup>101</sup> A epistemologia, para Lewis, parece ter essa conseqüência indesejada, destruir seu próprio objeto de conhecimento. No contexto epistemológico, existem possibilidades de erro por toda parte e uma vez que as estejamos entretendo não estamos mais as ignorando. Assim, ao fazer epistemologia nos encontramos num contexto onde o domínio (o escopo de 'todas') a ser considerado com relação a tais possibilidades é tão extraordinariamente amplo que dificilmente alguma atribuição de conhecimento pode ser verdadeira. Em contrapartida, nos demais contextos, contextos onde o domínio é significativamente reduzido, nós ainda podemos ignorar apropriadamente, conhecer e atribuir conhecimento verdadeiramente. Aí, segundo Lewis, está o caráter ilusório do conhecimento – ao examiná-lo ele desaparece.<sup>102</sup>

Essa tese proposta por Lewis possui algumas conseqüências indesejadas. A primeira delas consiste no fato de que o seu critério para o conhecimento de que P é satisfeito toda vez que uma evidência E implica P, relativo ao conjunto relevante de possibilidades. Assim, a tese proposta por Lewis implica que em qualquer momento que um sujeito possui evidência E, ele sabe que ele tem evidência E. Imagine que S possui E. Não existem possibilidades, no conjunto de contextos relevantes, no qual S possui a evidência que ele atualmente possui e S também falha em ter E. Isso se segue diretamente do fato de que para qualquer evidência E que S possuir, a evidência E implica E. Assim, quando o sujeito S possui a evidência E, ele sabe que E. O que é um resultado implausível.

---

<sup>101</sup> Lewis acredita que algumas manobras podem ser realizadas para que o contexto permaneça inalterado, ou seja, algumas manobras poderão realizadas pelos membros do contexto conversacional para que ele se mantenha o mesmo ou para que ele mude para um contexto mais rigoroso. No entanto, essa é uma discussão complicada que demandaria uma análise em especial com que talvez possamos nos comprometer num outro momento. Ver LEWIS 1976, para maiores detalhes.

<sup>102</sup> Cf. LEWIS, 1999, 231.

Outra consequência indesejada, implicada pela tese lewisiana, é o fato de que conhecimento não implica crença. Lewis, desconcertantemente, parece feliz ao explicitamente suportar esse resultado: “eu até mesmo permito conhecimento sem crença, como no caso do tímido estudante que sabe a resposta, mas não tem a confiança de que está certo e, assim, no crê no que sabe”.<sup>103</sup> Esse é um resultado que, além de contra-intuitivo, não podemos aceitar.

---

<sup>103</sup> LEWIS, 1999. p. 227.

## CAPÍTULO 3

### O QUE ESTÁ ERRADO COM O CONTEXTUALISMO: ALGUMAS OBJEÇÕES

Relembremos que a tese contextualista afirma que as condições de verdade para atribuições de conhecimento de sentenças que utilizam termos do vocabulário epistêmico, especialmente o termo ‘saber’ e ‘justificação’, são determinadas contextualmente. Embora a posição contextualista seja muito atraente ela tem, ao longo dos anos, enfrentado grande resistência pela comunidade epistemológica e recebido muitas objeções. Apesar de numerosas, as críticas disparadas contra a teoria contextualista estão concentradas, em larga medida, sobre problemas muito semelhantes, variando um pouco de acordo com cada crítico.

Tais objeções podem ser enquadradas em duas categorias distintas: a primeira categoria compreende críticas sobre a adequação intelectual da resposta oferecida pelo contextualismo contra o ceticismo e a segunda categoria, que considero gerar mais dificuldades, diz respeito às bases lingüísticas para o contextualismo, mais especificamente, se os ‘dados’ lingüísticos (as intuições) que motivam a tese contextualista não poderiam ser mais bem explicados por teses não contextualistas (mais precisamente, por teses invariantistas). No que se segue apresentarei algumas críticas que considero mais relevantes e que apresentam maior dificuldade para a tese contextualista.

#### **3.1 Ceticismo, Alegações Metalingüísticas e Cegueira Semântica.**

Grande parte das objeções ao contextualismo está concentrada sobre como ele responde ao ceticismo, mais precisamente ao argumento em (AC). De acordo com a grande maioria dos filósofos uma adequada solução para o argumento cético consiste em mostrar qual premissa, dentre as duas premissas de (AC), deve ser negada para que se possa restaurar nosso conhecimento. A resposta oferecida pelo contextualista toma outro caminho. A estratégia básica utilizada pelo contextualista é explicar a força intuitiva dos argumentos céticos apelando para o fato de que o argumento cético, como sugerido por (AC), desencadeia mecanismos semânticos, essencialmente conversacionais, que tendem a aumentar os padrões para o conhecimento a níveis

em que a alegação cética de que não temos conhecimento seja verdadeira. Como afirma Cohen, “O contextualismo explica [as nossas] inclinações inconsistentes sobre o ceticismo apelando para mudanças contextuais nos padrões pelos quais avaliamos a verdade de nossas alegações de conhecimento.”<sup>104</sup>

Essa análise feita pelos contextualistas tem a seguinte consequência: explica a plausibilidade dos argumentos céticos ao mesmo tempo em que sustenta que nossas alegações ordinárias de conhecimento são verdadeiras. Mas ao fazer isso, como muitos poderiam pensar, o contextualismo não nega o ceticismo, isto é, ele não rejeita o argumento cético, ele apenas restringe a ação do argumento cético a contextos extraordinários. Em contraposição, em contextos ordinários, nos garante a verdade de nossas alegações ou atribuições de conhecimento. Mas como muitos afirmam, essa resolução proposta pelos contextualistas não oferece uma adequada resposta ao problema imposto pelo cético.<sup>105</sup> Também é objetado que a teoria contextualista, ainda que seja correta, possui pouca ou nenhuma relevância epistemológica.<sup>106</sup>

O problema pode ser encontrado na literatura sob os seguintes rótulos: *teoria do erro* ou *cegueira semântica*.<sup>107</sup> Relembremos que a principal idéia defendida pela teoria contextualista é a de que as condições de verdade de sentenças com predicados de conhecimento (S sabe que P) envolvem padrões que são determinados contextualmente. Dessa maneira, os proponentes do contextualismo alegam, ao tratar do ceticismo, que

atribuidores competentes podem falhar em reconhecer estes padrões contextualmente sensíveis, pelo menos explicitamente, e assim falham em distinguir entre os padrões que se aplicam em contextos céticos e os padrões que se aplicam em contextos ordinários. Isso engana [os atribuidores competentes, levando-os] a pensar que certas atribuições de conhecimento são conflitantes, quando na verdade são compatíveis.<sup>108</sup>

---

<sup>104</sup> COHEN, 2001, p. 87.

<sup>105</sup> Podemos encontrar diferentes versões de críticas sobre esse aspecto, mas todas possuem em comum o fato de que justamente por causa de suas alegações semânticas ou metalingüísticas o contextualismo falha em responder apropriadamente ao ceticismo. Ver Feldman (1999, 2001, 2004), Conee (2005), Dretske (1991), Unger (1984), KLEIN (2000, 2005), KORNBLITH (2000), SOSA (2000), BACH (2005), HAWTHORNE (2004), STANLEY (2005), SCHIFFER (1996), HOFWEBER (1999), RYSIEW (2001), WILLIAMSON (2005a), EGAN et al.(2005).

<sup>106</sup> Ver SOSA (2000), KORNBLITH (2000), STANLEY (2004).

<sup>107</sup> A objeção da ‘*Teoria do Erro*’ (error theory) foi aplicada contra o contextualismo primeiramente por SHIFFER (1996) e ‘*cegueira semântica*’ (semantic blindness) por HAWTORNE (2004).

<sup>108</sup> COHEN, 1999, p. 77.

Feldman discorda dessa tese. Ele pretende levantar dúvidas sobre a plausibilidade do modelo contextualista. Para ele, esse modelo prediz falsamente o modo como deveríamos entender nossas próprias atribuições de conhecimento. Feldman afirma que de acordo com o contextualismo

quando eu penso que sei, mas em seguida passo a considerar o ceticismo e passo a crer que eu não sei, eu deveria olhar para a minha alegação anterior e pensar que ela também é correta. Mas eu não faço isso. Eu creio que eu estava (ou poderia ter estado) errado [...] Uma vez que o ceticismo se torna atraente, eu creio que minha alegação de conhecimento anterior era falsa.<sup>109</sup>

Ele defende, em oposição ao modelo contextualista, algo que poderíamos chamar modelo de *argumentos conflitantes*. Segundo ele, esse modelo explicaria mais adequadamente o fenômeno da sensibilidade contextual a partir da constatação de que existem argumentos conflitantes – contrários e a favor – com relação ao valor de verdade de nossas alegações de conhecimento que, por sua vez, deveriam ser avaliadas sobre um mesmo e único padrão. Para ele,

Todos os atribuidores competentes [de uma determinada] linguagem deveriam entender o termo ‘saber’ e eles deveriam ser capazes de ajustar os seus padrões de aplicação determinados contextualmente. De modo que em todos os contextos nos quais os padrões para o conhecimento são elevados, todos os atribuidores competentes deveriam reconhecer que nós sabemos muito pouco. Mas essa não é minha experiência. Existem aqueles que parecem negar conhecimento em virtualmente todos os contextos. Existem aqueles que não são movidos pelas considerações céticas. Na minha visão, tais pessoas reagem diferentemente a complicadas considerações contra e a favor do ceticismo. Nas visões contextualistas, eles não entendem a linguagem.<sup>110</sup>

Feldman, em parte, aceita que em muitas disputas, como em casos semelhantes ao de se uma estrada é alta ou não, apelar para a sensibilidade contextual pareceria uma maneira natural de como resolver as coisas. No entanto, existiriam outros tipos de disputas nas quais a solução contextualista parece incorreta como, por exemplo, disputas envolvendo a controvérsia moral sobre o aborto e disputas sobre a extinção dos dinossauros. Para Feldman esses são casos semelhantes aos casos de disputas com o cético, a saber, casos de controvérsias genuínas nas

---

<sup>109</sup> FELDMAN, 2001, p. 65-85.

<sup>110</sup> FELDMAN, 2001, *apud.* COHEN, 1999, p. 80.

quais a sensibilidade contextual parece não ter nenhuma aplicação – e ‘saber’ deveria ser considerado analogamente com sua aplicação nesses tipos de situações. Ele sugere que

A lição geral a ser tirada desses exemplos é que às vezes a existência de variadas inclinações sobre uma determinada frase não é um sinal de dependência contextual [...] às vezes, existem conflitos genuínos. Em minha opinião, as nossas diversas inclinações sobre atribuições de conhecimento são mais parecidas com casos de controvérsias morais e científicas do que com as nossas inclinações nos casos em que a dependência do contexto é a resposta certa.<sup>111</sup>

Portanto, Feldman afirma que, de acordo com a teoria contextualista, nós deveríamos ver nossas atribuições de conhecimento ordinárias e nossas alegações de conhecimento céticas, conforme apresentado em (AC), como não conflitantes e isso é, para ele, simplesmente incorreto, mostrando a implausibilidade da tese contextualista sobre atribuições de conhecimento.

De acordo com Ernest Sosa, a tese contextualista também apresenta sérios problemas. O contextualismo, segundo ele, comete uma falácia. Ele argumenta que, enquanto epistemólogos, estamos interessados em responder questões sobre a natureza, as condições e a dimensão do conhecimento humano. Mas o contextualista ao responder a estas questões apela para uma alegação metalingüística, a saber, que sentenças da forma ‘S sabe que P’ e suas cognatas são verdadeiras em todos os contextos. Sosa afirma que os contextualistas, “através de uma ascensão metalingüística, [...] substituem uma dada questão [sobre a natureza do conhecimento] por outra questão relacionada, embora diferente. Sobre as palavras que formulam a questão original, [pela questão sobre] quando essas palavras são corretamente aplicadas.”<sup>112</sup> Ou seja, a sentença ‘eu sou rico agora’ é verdadeira quando proferida por alguém que ganhou na loteria, mas isso não incide de maneira nenhuma sobre a questão se eu sou rico agora. Ele questiona, portanto, a relevância dessas alegações metalingüísticas enquanto resposta às questões originais sobre a natureza do conhecimento.

Sosa afirma que a tese contextualista possibilita que sentenças do tipo ‘S sabe que P’ (em contextos ordinários) sejam avaliadas por padrões muito menos exigentes do que os padrões aplicados em contextos epistemológicos. Isso significa que nos contextos ordinários muito menos seria requerido para a verdade de tais sentenças; conseqüentemente, mais seria requerido

---

<sup>111</sup> FELDMAN, 2001, p.65-85

<sup>112</sup> SOSA, 2000, p. 1.

para sua verdade em contextos epistemológicos. A seguinte pergunta é levantada por ele: De que maneira a verdade de sentenças da forma ‘S sabe que P’ nos contextos ordinários é relevante para as questões epistemológicas originais, uma vez que dizem respeito a contextos mais exigentes? Assim, de acordo com Sosa, a *falácia contextualista* se caracteriza pela

inferência falaciosa de uma resposta para uma questão, a partir da informação sobre o correto uso das palavras na sua formulação. (Isso não é sugerir que é inevitavelmente falacioso inferir uma resposta para uma questão a partir da correção do uso de um determinado vocabulário, cujos termos, a questão pode colocar).<sup>113</sup>

Sosa alega que, de acordo com essa objeção, o contextualista infere, de maneira falaciosa, a partir do fato de que nós corretamente usamos sentenças da forma ‘S sabe que P’ em contextos ordinários, que nós podemos dar uma resposta afirmativa para a questão sobre se nós sabemos, em contextos epistemológicos. Desse modo, a colocação de Sosa incide sobre o fato de que a alegação contextualista é, em parte, metalingüística e com isso, ainda que possa haver algo de correto sobre a semântica contextualista sobre ‘saber’, sua aplicação é restrita e de pouca relevância para a epistemologia.

Stephen Schiffer Também contesta a plausibilidade das alegações contextualistas.<sup>114</sup> Vejamos sua argumentação. Segundo ele, a solução apresentada pelos contextualistas para o problema imposto pelo céptico envolve essencialmente “uma teoria muito deficitária sobre como, de acordo com o [contextualista], nós viemos a ser enganados pelas nossas próprias palavras”.<sup>115</sup> Seguindo sua argumentação, ele argumenta que a resposta contextualista pretende solucionar o seguinte tipo de argumento céptico:

- (AC\*) 1. Eu não sei que eu não sou um BIV
2. Se eu não sei que eu não sou um BIV, então, eu não sei que tenho mãos
3. Logo, eu não sei que tenho mãos

Para o contextualista, conforme Schiffer o compreende, o poder de persuasão que essa forma de argumento céptico apresenta se deve ao fato de que o céptico, ao asserir a premissa 1 de

---

<sup>113</sup> SOSA, 2000,p.2

<sup>114</sup> SCHIFFER, 1996.

<sup>115</sup> SCHIFFER, 1996, p. 329.

(AC\*), eleva os padrões para o conhecimento a um nível em que seria impossível contar, ambas as alegações, como conhecimento, isto é, não é possível alegar conhecimento nem de que “eu sei que eu não sou um BIV”, nem de que ‘eu sei que tenho mãos’. Assim, na visão de Schiffer, a teoria contextualista sustenta que quando o cético apresenta o argumento anterior, na verdade, as sentenças apresentadas expressam o seguinte argumento:

- (AC\*\*)1. Eu não sei que eu não sou um BIV relativo ao contexto extraordinário
2. Se eu não sei que eu não sou um BIV, então, eu não sei que tenho mãos, relativo ao contexto extraordinário.
3. Logo, eu não sei que eu tenho mãos, relativo ao contexto extraordinário.

Desse modo, argumenta Schiffer, o argumento apresentado por (AC\*\*), que expressa o argumento (AC\*), é igualmente válido e cogente. Para ele, não é óbvio como o contextualista afirma que tais argumentos sejam paradoxais e, portanto, pareceria correto aceitarmos sua conclusão; caso contrário, deveríamos mostrar sua falha. Schiffer afirma que quando confrontados com essa dificuldade os contextualistas percebem que sua explicação ainda não está completa. Ainda precisa ser explicado pelos contextualistas

por que [AC\*] *parece* apresentar um paradoxo. Se o argumento que [AC\*] *realmente* expressa é claramente cogente, então por que nós instintivamente sentimos que [AC\*] expressa um argumento claramente não cogente? Por que, isto é, nós somos avessos a aceitar que a conclusão cética é verdadeira? Para isso, o contextualista possui uma simples resposta: nós instintivamente sabemos que a asserção da sentença conclusiva de [AC\*] expressaria uma falsa proposição num contexto cotidiano no qual hipóteses céticas não estivessem em questão e nós pressupomos erroneamente que ele está asserindo a mesma falsa proposição em [AC\*]. Em outras palavras, [AC\*] nos parece estar apresentando um profundo paradoxo meramente porque nós somos ignorantes do que ele está realmente dizendo e isso porque não apreciamos a natureza indexical das sentenças de conhecimento.<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> SCHIFFER, 1996, p. 325.

De acordo com Schiffer a teoria contextualista sozinha não consegue responder ao argumento cético.<sup>117</sup> Assim, para responder a essa questão o contextualismo precisa essencialmente se comprometer com

um certo tipo de teoria do erro – a saber, a alegação de que pessoas proferindo certas sentenças de conhecimento em determinados contextos sistematicamente confundem as proposições que suas sentenças expressam com as proposições que eles iriam expressar ao proferir essas sentenças em outros contextos.<sup>118</sup>

Para Schiffer, portanto, o contextualismo precisaria combinar às suas estratégias básicas algum tipo de teoria do erro e isso representaria um problema. Segundo ele, esse é um resultado surpreendente, pois não parece ser o caso que isso ocorra quando apelamos para os casos de intuição do senso comum. Schiffer afirma que recorrer a uma teoria do erro é simplesmente implausível: “atribuidores [competentes] saberiam o que eles estão dizendo se as sentenças de conhecimento fossem indexicais da maneira que o Contextualista exige”.<sup>119</sup>

De acordo com os contextualistas, parte da crítica de Schiffer parece estar baseada em uma má compreensão da teoria contextualista.<sup>120</sup> Nesse sentido, contextualistas não precisam sustentar que a apresentação do argumento (AC\*) irá, invariavelmente, expressar o cogente argumento apresentado em (AC\*\*). DeRose sustenta que um ponto essencial para o contextualista é que ao apresentar (AC\*) o cético executa uma manobra conversacional que tem a tendência de elevar os padrões contextuais a níveis extraordinários, no entanto, quando e sob quais condições o cético consegue ou não obter sucesso em elevar tais padrões é motivo de disputa.<sup>121</sup> O contextualista pretende, na verdade, apontar para o fato de que se o argumento

---

<sup>117</sup> Ver SOSA, 2000.

<sup>118</sup> SCHIFFER, 1996, p. 325.

<sup>119</sup> SCHIFFER, 1996, p. 328.

<sup>120</sup> Cf. DEROSE (1995, 2009) e COHEN (1999, 2001, 2004).

<sup>121</sup> Para uma detalhada discussão sobre essa questão ver o capítulo 4 de DEROSE, 2009. Cohen também argumenta nesse sentido. Para ele

Em uma visão contextualista, os padrões que regem um contexto são determinados por um complicado padrão de interação entre as intenções, expectativas e pressuposições dos membros do contexto de conversação. Embora considerações céticas freqüentemente levem a uma forte pressão ascendente sobre os padrões, a mudança para um contexto de ceticismo não é inevitável. A pressão em direção a padrões mais elevados por vezes pode ser resistida. Um dispositivo para fazer isso é adotar certo tom de voz. Assim, em resposta ao

cético é bem-sucedido, então, isso se deve ao fato de ele ser bem sucedido ao instalar padrões epistêmicos extraordinariamente rigorosos – mas isso não mostra, de forma alguma, que nossas alegações de conhecimento ordinárias são falsas.

Essa resposta, no entanto, não parece ser suficiente contra a objeção de Schiffer, pois, como citado anteriormente, ele questiona o fato de que atribuidores competentes possam confundir as proposições que eles estão expressando (contendo o termo ‘saber’) quando confrontados com (AC\*). Isto é, ele questiona os ‘dados’ apresentados pelos casos que motivam a tese contextualista. Vejamos como Cohen responde a essa crítica.<sup>122</sup> Cohen recorre aos exemplos de conteúdos comparativos de termos como ‘alto’, ‘vazio’, ‘liso’ para mostrar que argumentos céticos poderiam ser montados utilizando esses termos e, com isso, mostrar que não é a resposta contextualista ao argumento cético que apresenta problema, mas que essa confusão semântica se espalha sobre diversas situações.

Imagine uma situação em que consideramos atribuições sobre o termo ‘liso’. Poderíamos imaginar que atribuidores ordinários poderiam ser levados a se questionar sobre se as superfícies que eles ordinariamente chamariam de ‘lisas’ são realmente ‘lisas – bastaria para isso que tornássemos salientes algumas ‘irregularidades’(da superfície em questão) que ordinariamente não costumamos levar em consideração. Além disso, poderiam questionar sobre se suas alegações feitas anteriormente, sobre se as superfícies eram ‘lisas’, eram realmente verdadeiras. Desse modo, atribuidores competentes poderiam ser levados a se questionar se realmente existe alguma superfície lisa. Deveríamos, portanto, nos preocupar com o fato de que, desde sempre, nós tenhamos falado falsamente quando dizemos que algo é ‘liso’? Parece que não. Isso também parece ser o caso com a maneira como utilizamos o termo ‘saber’.<sup>123</sup>

---

cético, alguém poderia dizer: "Por favor, você só pode estar brincando - eu sei que não sou um cérebro em uma cuba!". Se esta é a resposta dominante entre os participantes de conversação, então, padrões ordinários podem permanecer em vigor. Nesse caso, o atribuidor, não movido pela dúvida cética não está falhando em ajustar suas atribuições aos padrões contextualmente determinados. Pelo contrário, o atribuidor está conseguindo manter os padrões sem que se elevem.

<sup>122</sup> COHEN (1999, 2001, 2004).

<sup>123</sup> Cf. COHEN, 2001, p. 90.

Cohen argumenta, muito persuasivamente, que aquilo que Schiffer acha tão surpreendente – que possamos ser sistematicamente enganados sobre quais proposições estamos expressando através de termos contextualmente sensíveis – inegavelmente acontece. Assim, Cohen responde para Schiffer fazendo uma colocação bastante interessante. Como pode isso ser tão surpreendente no caso de ‘saber’ quando podemos perceber que esse tipo de engano, confusão, também acontece com outros termos contextualmente sensíveis? Cohen, no entanto, observa que essa sua argumentação poderia ser de certa maneira enfraquecida por um contraste feito entre soluções contextualistas para o ceticismo sobre o termo ‘liso’ e entre soluções contextualistas para o ceticismo sobre ‘saber’ (ou ‘justificação’), a saber, soluções contextualistas para o ceticismo sobre ‘liso’ ganham ampla e fácil aceitação, enquanto que soluções contextualistas para o ceticismo sobre ‘saber’(ou ‘justificação’) não.

Assim, também é necessário, ao oferecer uma resposta mais adequada para Schiffer, apontar para o fato de que esse tipo de erro ocorre não apenas com relação a outros tipos de termos sensíveis contextualmente (no caso onde o contraste se aplica), mas principalmente no caso em questão, a saber, na aplicação de ‘saber’ nos argumentos céticos, independentemente de se o contextualismo está ou não correto. Obviamente, para Cohen, o contextualismo é verdadeiro e, embora alguns atribuidores ainda resistam à sensibilidade contextual, o tipo de confusão que Schiffer acha surpreendente realmente existe, porém não enfraquece a plausibilidade do contextualismo.<sup>124</sup>

Além disso, devemos adicionar ao que foi sugerido por Cohen que, no caso em questão – sobre atribuidores comparando o conteúdo das negações de conhecimento em contextos céticos com as atribuições positivas de conhecimento em contextos ordinários – muitos atribuidores estão errados sobre a questão de se o que está sendo negado pela primeira atribuição é a mesma proposição que está sendo afirmada pela segunda atribuição, independente de se o contextualismo ou qualquer outra posição, digamos invariantista, esteja correta. Ou seja, se a solução contextualista para o ceticismo está ou não correta e nós simplesmente estamos presos ao resultado de que negações céticas de conhecimento são incompatíveis com as atribuições ordinárias de conhecimento, então, muitos atribuidores podem ser (e geralmente são)

---

<sup>124</sup> Cf. COHEN, 1999, p.78.

sistematicamente enganados.<sup>125</sup> E isso não seria nenhum problema, uma vez que de fato pode ser constatado.

A crítica por trás dessa teoria do erro apenas parece favorecer uma teoria invariantista, na qual os padrões não variam, pois os casos utilizados como suporte para a objeção estão baseados em intuições incorretas, que não são suportadas por contextualistas. Não obstante, os casos oferecidos são, na verdade, casos nos quais os próprios contextualistas, freqüentemente, costumam afirmar que nenhum dos dois atribuidores está dizendo algo verdadeiro. Desse modo, ao escolhermos os casos apropriados, parece claro que tal objeção não oferece nenhum problema sério às alegações contextualistas. Pois, independentemente de se invariantistas ou contextualistas estão corretos, a cegueira semântica é um fato que pode ser percebido pela utilização de uma ampla variedade de termos, ‘saber’ inclusive.

### **3.2 Sensibilidade Contextual: Uma Objeção às Bases Semânticas Contextualistas**

Contextualistas alegam que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto, isto é, as condições de verdade para atribuições de conhecimento são determinadas por padrões que variam contextualmente. Essa sensibilidade contextual decorre do fato de que os termos presentes no vocabulário epistêmico como, por exemplo, o termo ‘saber’ é de alguma forma particular sensível ao contexto.

Para demonstrar tal sensibilidade contextual os contextualistas apelam para duas estratégias diferentes. Primeiramente, contextualistas apelam para uma ‘suposta’ analogia existente entre o termo ‘saber’ e certos adjetivos que admitem graus – como ‘alto’, ‘plano’, ‘liso’, ‘vazio’, etc. Assim, da mesma forma que em diferentes situações (ou contextos) adjetivos como ‘alto’ serão avaliados diferentemente – como no caso de considerar ‘alto’ para jogadores de basquete e ‘alto’ para a população em geral – o termo ‘saber’, analogamente, será, em diferentes contextos, avaliado diferentemente. Uma segunda estratégia utilizada pelos contextualistas é alegar que ‘saber’ se comporta analogamente a termos como ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’, ou seja, comporta-se como um termo indexical – de acordo com o sentido fornecido por Kaplan, no qual esses termos possuem diferentes valores semânticos relativamente a diferentes

---

<sup>125</sup> Cf. DEROSE, 2009, p. 178.

contextos.<sup>126</sup> Jason Stanley pretende mostrar que as bases semânticas alegadas pelos contextualistas como suporte para a sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento não se sustentam, ou seja, ele pretende negar as alegações contextualistas de que ‘saber’ se comporta analogamente tanto como um adjetivo que admite graus quanto como um termo indexical.

Vejamos primeiramente sua crítica com relação ao termo ‘saber’ comportar-se como um adjetivo que admite graus. Ele argumenta que as semelhanças entre esses termos se desfazem quando analisamos a gradação que esses termos comportam. Enquanto os termos ‘alto’ e ‘liso’ admitem graus e permitem que inferências sobre eles sejam feitas por padrões determinados contextualmente, ‘saber’ não admite graus e não permite que seu conteúdo seja determinado por padrões referentes ao seu contexto de uso. Termos como ‘alto’ e ‘liso’ são intuitivamente considerados como semanticamente ligados a uma escala que possibilita discriminar quantitativa ou qualitativamente ocorrências distintas de sentenças que utilizam esses termos.<sup>127</sup> Desse modo, se o termo ‘saber’ não se comporta analogamente a esses termos gradativos, então, podemos concluir que: primeiro, o conhecimento não admite graus (Lewis defende o oposto)<sup>128</sup> e, segundo, a tese de que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto não pode ser motivada por uma semelhança (que conforme Stanley é inexistente) entre o termo ‘saber’ e adjetivos que admitem graus.<sup>129</sup>

Segundo Stanley, se termos epistêmicos, principalmente o termo ‘saber’, fossem realmente sensíveis ao contexto da mesma forma que outros termos o são, então seria correto pensar que eles admitem diferentes graus. Contudo, existem evidências de que o termo ‘saber’ não é uma expressão que admite graus. Existem pelo menos dois testes que podem ser utilizados e permitem determinar se uma expressão admite ou não gradação: (i) se uma expressão admite graus, então ela deve permitir a utilização de modificadores e (ii) ela deve estar conceitualmente relacionada a construções comparativas.<sup>130</sup> O uso predicativo de adjetivos como ‘alto’ e ‘liso’ permite modificações no seguinte sentido:

---

<sup>126</sup> Entretanto, alguns autores que defendem a visão contextualista foram além desse tratamento. Ver SCHAFFER (2004) e LUDLOW (2005).

<sup>127</sup> Cf., STANLEY, 2004.

<sup>128</sup> Conforme LEWIS 1996, conhecimento admite graus.

<sup>129</sup> Alguns autores, mesmo negando a tese contextualista, admitem a plausibilidade da analogia entre esses termos. FELDMAN (2001), KLEIN (2000) e SOSA (2000 e 2004).

<sup>130</sup> Cf. STANLEY, 2005, p. 36.

(1) (a) Aquela superfície é realmente lisa.

(b) Aquela superfície é muito lisa.

(c) João é muito alto.

(d) João é realmente alto.

Essa análise cumpre de modo natural o primeiro critério de identificação de uma expressão que admite grau, a saber, permite modificadores. Como podemos ver no caso anterior, as expressões ‘muito’ e ‘realmente’ modificam os termos ‘alto’ e ‘liso’, ou seja, elas apontam para uma diferença no grau que os termos ‘alto’ e ‘liso’ adquirem em relação à sua utilização sem os modificadores. ‘Muito alto’ predica uma propriedade de João que se encontra em um lugar mais elevado na escala gradativa de altura do que a propriedade denotada apenas pelo predicado ‘alto’. Apesar disso, não parece ser possível fazermos a mesma aplicação para o termo ‘saber’.

De acordo com Stanley, lembrando o caso do banco, seria natural pensarmos que quando Keith diz ‘Eu acho que eu realmente não sei’ ele está usando ‘realmente’ como um termo modificador, de acordo com os casos em (I). No entanto, na maioria das vezes, modificadores de grau podem ser utilizados conjuntamente com a sua negação, sem inconsistência. O que não parece ser possível quando aplicado ao termo ‘saber’, veja a comparação entre (2) e (3):

(2) (a) João é alto, mas não realmente alto.

(b) A superfície é lisa, mas não realmente lisa.

(3) Se o banco está aberto, então Keith sabe que o banco está aberto, mas ele não sabe, realmente, que o banco está aberto.

Pode-se perceber que (2) parece muito natural, enquanto (3) parece muito estranho. Além disso, enquanto em (2) o modificador ‘realmente’ parece modificar o grau pelo qual tanto a altura de João quanto a ‘lisura’ da superfície devem ser consideradas, em (3) ‘realmente’ não parece modificar ‘saber’, nesse mesmo sentido. No entanto, ‘saber’ pode ocorrer junto com ‘muito bem’ e ‘muitíssimo’, o que poderia levar a crer que predicados como ‘S sabe que P’, presentes em atribuições de conhecimento, poderiam admitir graus:

(4) (a) João sabe muito bem que gatos não latem.

(b) João sabe muitíssimo que gatos não latem.

Stanley argumenta que, nesses casos, a ocorrência de expressões do tipo ‘muito bem’ ou ‘muitíssimo’ com predicados que denotam relações de conhecimento não funcionam como modificadores do significado dessa relação. Quando alguém assere (4), pretende que se entenda que não há dúvidas sobre o fato de que João sabe que gatos não latem, assim, nesse caso, tais modificadores funcionam apenas como indicadores pragmáticos.<sup>131</sup> Para mostrar que esse realmente parece ser o caso Stanley sugere a inadequação das seguintes construções:

(5) (a) João não sabe muito bem que gatos não latem.

Neste caso, quando se assere (5), pretende que se entenda que João não tem muita convicção sobre o fato de que gatos não latem. Assim, a inadequação de (5) pode ser contrastada com a naturalidade de uma construção em que ‘muito bem’ ou ‘muitíssimo’ claramente parecem modificar o verbo:

(6) João não enxerga muito bem de perto.

Além disso, segundo Stanley, ‘muito bem’ ou ‘muitíssimo’ não parece ser utilizada adequadamente quando combinado com ‘saber’ em atos de fala não-assertóricos – ao contrário do que ocorre com construções nas quais ‘muito bem’ ou ‘muitíssimo’ operam como modificadores sobre o predicado. Stanley contrasta as seguintes construções:

(7) (a) Você sabe muito bem que gatos não latem?

(b) Você sabe muitíssimo que gatos não latem?

(8) Você não enxerga muito bem de perto?

Através dessas construções, Stanley alega que a sentença (4) não é um caso no qual um determinado grau de conhecimento é modificado pelo uso de ‘muito bem’ ou ‘muitíssimo’. Portanto, ‘muito bem’ e ‘muitíssimo’ não podem ser utilizados para modificar a relação de conhecimento de sentenças do tipo ‘S sabe que p’.<sup>132</sup> Stanley, então se voltará para analisar se existem construções comparativas envolvendo ‘saber’, uma vez que os contextualistas alegam

---

<sup>131</sup> RECANATI (1998) oferece uma análise sobre indicadores pragmáticos.

<sup>132</sup> Cf. STANLEY, 2005, p.39.

existir tal fato por analogia com termos como ‘alto’ e ‘liso’. Mas, certamente, isso não é pretendido através da comparação com o termo ‘mais do que’:

(9) (a) João sabe mais do que Pedro que gatos não latem.

(b) João sabe que gatos não latem mais do que sabe que aves não latem.

Stanley acredita que uma comparação mais esclarecedora envolvendo o termo ‘saber’ seria a seguinte:

(10) João sabe melhor do que ninguém que gatos não latem.

No entanto, Stanley sugere que apesar de a expressão ‘melhor do que’ ser aparentemente adequada quando utilizada junto do termo ‘saber’, ela não é capaz de formar uma expressão comparativa. Pois como podemos perceber em (10) ‘melhor do que ninguém’ é, na verdade, uma expressão idiomática.<sup>133</sup> Caso (10) pudesse ser realmente considerado um caso em que ‘saber’ é utilizado comparativamente e, portanto, ‘melhor do que ninguém’ não fosse apenas uma expressão idiomática, as seguintes construções indicadas pelas sentenças (11) e (12) deveriam poder ser adequadamente asseridas:

(11) João sabe melhor do que Pedro que gatos não latem.

(12) João sabe melhor do que Maria que cobras não voam.

Desse modo, uma vez que (11) e (12) representam usos idiomáticos da expressão ‘melhor do que’, essa expressão não constitui corretamente o modo para se expressar comparações e, portanto, nos diz muito pouco sobre a semântica do termo ‘saber’ e sobre os diferentes níveis de uma escala epistêmica. Poderia ser objetado, como sugere Stanley, que esses fatos sobre o termo ‘saber’ possuem explicações sintáticas e não semânticas, pois sentenças envolvendo modificadores de intensidade e comparação com o verbo ‘saber’ são anômalas porque ‘saber’ é um verbo que permite complementos sentencias e tais verbos não permitem, gramaticalmente, modificadores de intensidade e comparação.<sup>134</sup> Considere as seguintes construções:

(13) (a) João lamenta muitíssimo estar desempregado.

---

<sup>133</sup> STANLEY, 2005, p..

<sup>134</sup> Cf. STANLEY, 2005, p.41.

(b) João não lamenta muitíssimo estar desempregado.

Como pode ser visto em (13) o grau de ‘lamentação’ parece ser claramente modificado pela expressão ‘muitíssimo’. Além disso, o verbo ‘lamentar’ claramente parece permitir comparações:

(14) (a) João lamenta mais do que Pedro o fato de estar desempregado.

Para Stanley, esses exemplos são suficientes para mostrar que “a falta direta de comparativos ou modificadores de graus não tem nenhuma relação com a sintaxe ou, até mesmo, com a facticidade, de ‘saber’.”<sup>135</sup> Considere as seguintes sentenças:

(15) (a) João é bem mais alto que Pedro.

(B) João é suficientemente alto.

Agora considere:

(16) (a) João sabe que está chovendo bem mais do que Pedro sabe.

(b) João sabe de maneira suficiente que está chovendo.

Como podemos ver em (15), as expressões ‘bem mais’ e ‘suficiente’ são naturalmente corretas. Um técnico de basquete pode considerar um jogador bem mais alto que outro para certa posição, bem como pode considerá-lo alto o suficiente para dada posição. No entanto, em (16) essa comparação com ‘saber’ parece não poder ser aplicada corretamente. Não parece fazer sentido em se dizer que ‘João sabe que está chovendo bem mais do que Pedro sabe’, pois se é o caso de que está chovendo e ambos sabem que está chovendo, não parece correto asserir (16a). Logo, dado que ‘saber’ não admite nem modificações e nem construções comparativas, como ‘alto’ e ‘liso’ admitem, segue-se que o contextualista precisa apoiar sua tese de que as condições de verdade de atribuições de conhecimento são determinadas contextualmente sobre outro argumento, a saber, de que o termo ‘saber’ se comporta analogamente a termos indexicais.<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> STANLEY, 2005, p. 41.

<sup>136</sup> Stanley cita a seguinte passagem em que Cohen considera essa possibilidade:

Como, do ponto de vista da semântica formal, nós deveríamos pensar sobre essa sensibilidade ao contexto de atribuições de

Vejam agora como Stanley critica a alegação contextualista de que ‘saber’ se comporta analogamente a termos como ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’, ou seja, comporta-se como um termo indexical. A argumentação de Stanley para negar a semântica indexical de ‘saber’ apresenta dois momentos. Num primeiro momento ele oferece alguns exemplos, em forma de testes, que sugerem que o modelo semântico de indexicalidade para ‘saber’ não está correto. Num segundo momento, diferentemente dos testes anteriores, ele oferece uma generalização sobre a natureza semântica da sensibilidade contextual.

Inicialmente, Stanley sugere que, apesar de não haver um método capaz de identificar todas as expressões cujos conteúdos são determinados contextualmente, alguns testes são muito intuitivos e parecem apontar na direção de que atribuições de conhecimento não são contextualmente determinadas da mesma maneira que os termos indexicais.<sup>137</sup> Ele pretende, através destes testes, mostrar que se instâncias de ‘S sabe que P’ são sensíveis ao contexto, então sua sensibilidade não pode ser ‘detectada’ através de meios que pudessem ser usados para detectar a sensibilidade contextual de outros tipos de expressões.

Segundo ele, esses testes envolvem o que ele denomina de ‘reportagens de atos de fala’ (speech-act reports) e anáforas proposicionais e são, se não conclusivos, pelo menos bons indicativos de que atribuições de conhecimento não são contextualmente determinadas por meio do uso de certos predicados epistêmicos. Se tais argumentos propostos por Stanley contra o contextualismo são, de fato, eficazes, então, a tese contextualista de que as condições de verdade para atribuições de conhecimento são determinadas contextualmente pode ser seriamente comprometida.

---

conhecimento? Nós poderíamos pensá-la como um tipo de indexação [indexicality]. Nessa forma de se interpretar a semântica, atribuições de conhecimento envolvem uma referência, na forma de índice, a um padrão. Assim, o predicado do conhecimento irá expressar diferentes relações (correspondendo a diferentes padrões) em diferentes contextos. (Cohen 1988, p.97 *apud* STANLEY, 2005, p.47-48.)

<sup>137</sup> Stanley dúvida que algum teste poderia ser capaz de mostrar qual a propriedade que todas as expressões contextualmente sensíveis deveriam apresentar. Ele indica CAPPELEN e LEPORE (2005) como uma tentativa mal sucedida de apresentar tal propriedade. Ver STANLEY, 2005, p. 49-52.

Stanley sugere a implausibilidade dessa alegação contextualista a partir dos seguintes exemplos.<sup>138</sup> Relembre o caso das zebras, de Dretske, e considere o seguinte diálogo:

(Zoo)

(A) Eu sei que esses animais são zebras.

(B) Você pode eliminar a possibilidade de que esses animais são mulas pintadas de zebras?

(A) Não eu não posso eliminar essa possibilidade.

(B) Então você admite que não sabe que esses animais são zebras e que você estava errado anteriormente?

(A) Eu não disse isso. Eu não estava considerando a possibilidade de que esses animais poderiam ser mulas pintadas.

Ao considerarmos a última sentença proferida por (A) no diálogo acima, percebemos que ela não parece fazer muito sentido, a não ser que ela fosse tomada como uma mentira. Os contextualistas, no entanto, parecem se comprometer com a verdade da alegação de (A) – de acordo com a tese contextualista, (A) não precisaria reconsiderar a sua primeira (auto-) atribuição de conhecimento, porque, naquele contexto, a possibilidade de que os animais diante dele fossem mulas pintadas não havia sido levantada.

A aparente inadequação quanto ao uso do predicado ‘S sabe que P’, nesse discurso, contrasta com o uso de expressões que são claramente sensíveis aos contextos nos quais são utilizadas. Mas para Stanley, ainda que fosse fixado que o termo ‘possível’ será utilizado no sentido de ‘possibilidade física’, esse termo parece permitir uma denotação de medidas mais ou menos restritas sobre ‘possibilidades físicas’. Dessa maneira, parece que ‘possível’ poderia ser, ao menos intuitivamente, considerado como um termo sensível ao contexto.

Vejamos outro diálogo sugerido por Stanley. Suponha que (A) está conversando com um determinado grupo de cientistas sobre as novas tecnologias para a indústria aeronáutica, mas que ainda não foram habilitadas para o público em geral. Imagine agora um diálogo entre o sujeito (A) e um sujeito (B), onde (B) não teve nenhum conhecimento da conversa anterior na qual (A) estava inserido:

(Hi-Tech)

---

<sup>138</sup> STANLEY, 2005, p. 52 – 55.

(A) É possível voar de Porto Alegre até Londres em trinta minutos.

(B) Isso é absurdo! Nenhum voo disponível ao grande público hoje permitiria isso. Não é possível voar de Porto Alegre até Londres em trinta minutos.

(A) Eu não disse que era possível. Eu não estava falando sobre o que é possível dado aquilo que está disponível ao grande público, mas sim sobre aquilo que é possível dada toda a tecnologia existente.

Agora, comparemos a última alegação de (A) em ambos os exemplos. Diferentemente da última alegação de (A) em (zoo), a última alegação de (A) em (Hi-Tech) parece perfeitamente adequada. Mas isso parece ser um problema para o contextualistas, pois, em ambos os diálogos, as alegações deveriam ser igualmente plausíveis e coerentes, uma vez que, por estipulação, ‘sabe’ e ‘possível’ seriam, ambos, termos contextualmente sensíveis ao contexto.<sup>139</sup> Para Stanley, esse exemplo sugere que a sensibilidade contextual, alegada pelos contextualistas, de predicados da forma ‘S sabe que P’ é consideravelmente menos acessível para nós do que a sensibilidade contextual de modalidades epistêmicas. Além disso, Stanley argumenta que a alegação contextualista de que predicados da forma ‘S sabe que P’ é um predicado cujo valor semântico é determinado contextualmente parece ser distinto do fenômeno lingüístico presente na anáfora proposicional – uma expressão que se refere à outra que ocorre na mesma frase.

Stanley sugere um contraste entre os seguintes discursos:

(17) Se eu tenho mãos, então eu *sei* que eu tenho mãos. Mas, ao pensar sobre isso, eu poderia ser um cérebro numa cuba, e, nesse caso, eu creia que eu tenho mãos, mas, nesse caso, eu não teria. Agora que eu estou seriamente considerando tal hipótese cética, mesmo que eu tenha mãos, eu não *sei* que eu tenho mãos. Mas o que eu disse antes continua sendo verdadeiro.<sup>140</sup>

(18) Está chovendo *aqui*. Se eu estivesse dentro de casa, o que eu disse ainda seria verdade. Mas agora que de fato estou dentro de casa, não está chovendo *aqui*.

De acordo com Stanley, se aplicarmos à semântica contextualista à (17) e (18) teríamos a seguinte situação. Em (17) nós deveríamos fazer a leitura de que todas as suas sentenças são simultaneamente verdadeiras. Mas isso parece causar certa perplexidade, ainda que a única interpretação razoável para expressão ‘o que eu disse antes’ aponte para a sentença que tem sua

---

<sup>139</sup> Cf. STANLEY, 2005, p. 53.

<sup>140</sup> STANLEY, 2005, p. 54.

verdade negada na sentença anterior. Diferentemente, em (18) podemos ver uma situação na qual o termo relevante envolvido é genuinamente um termo indexical. Como parece acontecer em (18), uma vez adequadamente informados sobre os fatos, todas as sentenças são admitidamente simultaneamente verdadeiras e, dessa forma, não nos causa a perplexidade encontrada em (17). Deste modo, essa análise mostra que alguns testes são capazes de detectar a sensibilidade contextual de expressões modais e de termos obviamente indexicais, porém, esses mesmos testes são ineficazes em relação ao que diz respeito à sensibilidade contextual de ‘saber’ e, conseqüentemente, de instâncias da forma ‘S sabe que P’.<sup>141</sup>

Dretske já objetara aos contextualistas afirmando que “o Ceticismo, como uma doutrina sobre o que as pessoas comuns sabem, não pode ser feita verdadeiro por ser colocada na boca de um cético. Tratar o conhecimento como um indexical [...], parece ter, ou está perigosamente próximo de ter, exatamente este resultado. Por este motivo (entre outros) eu o rejeito.”<sup>142</sup> Pale Yourgrau também já havia feito críticas aos contextualistas com exemplos similares aos sugeridos por Stanley.<sup>143</sup>

De acordo com Yourgrau, esse tipo de diálogo é uma conseqüência absurda da aceitação da proposta contextualista. Para ele não existe nada, no decorrer da conversa, que pudesse ser significativo para sugerir uma mudança na situação epistêmica de B, ou seja, a posição epistêmica do sujeito parece não ter se alterado – assim, se no início do diálogo ele sabia, então deveria continuar sabendo no fim. A mera introdução de uma possibilidade não pode afetar as mudanças nos padrões para o conhecimento. Segundo Yourgrau, “tipicamente, quando alguém coloca uma questão sobre se realmente sabemos que P é o caso e não uma alternativa à P, se não

---

<sup>141</sup> STANLEY, 2005, p. 54. Stanley admite que esses testes não são indicadores perfeitos para sensibilidade contextual, uma vez que ele admite que talvez não haja tais testes.

<sup>142</sup> DRETSKE, 1991, p.192.

<sup>143</sup> Este exemplo foi publicado originalmente por YOURGRAU (1983). Mas em uma nota DEROSE (1992) salienta que Rogers Albritton já havia feito considerações desse tipo. Vejamos o exemplo de Yourgrau:

A: Você sabe que possui mãos?

B: Sim, eu possuo mãos.

A: Mas você pode eliminar a hipótese de que você é um cérebro numa cuba?

B: Não, eu não posso.

A: Então você admite que não sabia que possuía mãos.

B: Não. Eu sabia que possuía mãos. Mas depois da sua pergunta eu não sei mais.

podemos satisfatoriamente responder à questão, concluímos que nossa alegação de conhecimento anterior era deficiente.”<sup>144</sup>

No entanto, o contextualista está pronto para responder a esse tipo de objeção. Segundo DeRose:

A objeção [de que o contextualismo considera adequada as alegações como a (A) em (Zoo)] está baseada em um erro. O contextualista acredita que certos aspectos do contexto de atribuição ou negação de conhecimento afetam o conteúdo dessas atribuições [...] Se no contexto de conversação a possibilidade de que haja mulas pintadas foi mencionada e se a mera menção dessa possibilidade teve um efeito sobre as condições sobre as quais alguém pode ser verdadeiramente considerado como ‘sabendo’, então qualquer uso de ‘sabe’ (ou de [‘sabia’]) é afetado, mesmo um uso no qual descrevemos a nossa condição passada.<sup>145</sup>

Isso significa, para DeRose, que quando a possibilidade cética é mencionada o contexto é elevado. Agora nesse novo contexto, todas as alegações de conhecimento, inclusive as alegações que se referem ao passado devem ser avaliadas por esse novo contexto e, portanto, nem a alegação atual e nem a alegação passada serão verdadeiras.

Com o intuito de mostrar a falsidade da alegação contextualista de que a sensibilidade contextual de predicados de conhecimento é análoga à sensibilidade contextual de termos indexicais, Stanley pretende mostrar que a tese de que ocorrências distintas da mesma expressão em um discurso devem ser avaliadas segundo um mesmo padrão não parece valer para termos diferentes de ‘sabe’ – os quais são assumidamente contextualmente sensíveis. Se o contextualista está certo e o termo ‘saber’ é igualmente sensível ao contexto – como o adjetivo ‘alto’ o é – então, a elevação dos padrões em um determinado contexto deveria influenciar todas as atribuições do predicado ‘S é alto’ nesse contexto – e isso vale também para as atribuições que dizem respeito à situação passada do sujeito.

Contudo, de acordo com Stanley, expressões adjetivas com termos como ‘alto’ não se comportam da forma esperada pelo contextualista. Ele oferece o seguinte caso.<sup>146</sup> Imagine que uma determinada criança, digamos A, era a criança mais alta da sua turma na sétima série. Após

---

<sup>144</sup> YOURGRAU, 1983, p. 183.

<sup>145</sup> DEROSE, 1992, p. 925.

<sup>146</sup> STANLEY, 2005, p. 64.

as férias, agora na oitava série, A não cresceu consideravelmente como o resto de seus colegas, assim, sua professora, digamos B, inicia a seguinte situação:

B: OK. ‘A’, você tem estatura mediana, portanto, você senta no meio da sala.

A: Mas ano passado eu era alto e eu me acostumei a sentar no fundo da sala.

Stanley pretende mostrar, através desse exemplo, que parece claramente adequada a alegação de A. Se esse é o caso, então o padrão utilizado para se avaliar a adequação da atribuição do predicado ‘S é alto’ pode mudar em um mesmo discurso sem que essa atribuição pareça inadequada. Como o exemplo pretende sugerir, B eleva os padrões de atribuição do predicado ‘S é alto’ ao mencionar que A tem altura mediana e mesmo assim A adequadamente diminui o padrão de atribuição desse predicado ao alegar que no ano passado ele era alto.<sup>147</sup> Desse modo, se a atribuição de conhecimento realmente fosse contextualmente sensível, então predicados de conhecimento com ‘S sabe que P’ deveriam se comportar da mesma maneira que predicados como ‘S é alto’.

Contudo, se o predicado de conhecimento ‘S sabe que P’ se comporta como o predicado adjetivo ‘S é alto’, então a alegação feita pelo sujeito (A) no (Zoo) deveria ser considerada adequada, pois mesmo que os padrões tenham sido elevados pela menção de uma hipótese cética – de que ele estava diante de mulas pintadas – isso não deveria impedi-lo de alegar adequadamente que, antes dessa possibilidade ter sido levantada, ele sabia. Portanto, argumenta Stanley, ou o contextualista está errado e a alegação de (A) é adequada, ou ele está certo, a alegação de (A) é inadequada e predicados de conhecimento do tipo ‘S sabe que P’ não são contextualmente sensíveis analogamente a predicados adjetivos como ‘S é alto’.

Segundo Stanley, ao assumirem que predicados com o termo ‘saber’ se comportam da mesma maneira que predicados com os termos ‘alto’ e ‘liso’ os contextualistas perdem consideravelmente a força de seu apelo intuitivo. Ele ainda argumenta que o contextualismo só não perde todo o seu apelo intuitivo porque nem todos os testes que poderiam servir para detectar a sensibilidade contextual de outras expressões irão servir para detectar essa mesma sensibilidade

---

<sup>147</sup> Parece-me, nesse caso, que a crítica pretendida por Stanley não alcança seus objetivos. Além de o exemplo poder ser questionável, pois não parece ter ocorrido nenhuma mudança no padrão contextual, Stanley parece estar fazendo uma crítica que poderíamos enquadrar dentro da objeção sobre *manobras de asseribilidade autorizada*, vista no item anterior.

em relação ao predicado que contenha o termo ‘saber’ e, assim, alguns casos ainda podem favorecer alguma intuição contextualista.

Hawthorne também faz algumas objeções ao contextualismo de forma muito semelhante a Stanley.<sup>148</sup> Ele argumenta contra a sensibilidade contextual afirmando que nós temos muito poucos ‘*dispositivos de clarificação*’ para o termo ‘saber’. Vejamos o que ele tem em mente por dispositivos de clarificação:<sup>149</sup>

Suponha que eu digo:

Aquilo é liso.

E suponha que você me desafia apontando para algumas pequenas irregularidades. Existem três tipos de táticas disponíveis para mim.

(i) Concessão: Eu concedo que a minha crença anterior estava errada e tento encontrar novas bases comuns: ‘Eu acho que você está certo e eu estava errado. Ela não é realmente lisa. Mas vamos concordar que...’

(ii) Manter a posição: Eu alego que o desafio não enfraquece o que eu disse. [...] Você aponta algumas pequenas irregularidades. Eu digo: ‘Bem, isso não significa que não seja plano’.

(iii) Esclarecimento: Eu esclareço a minha alegação anterior e protesto que seu desafio carrega uma incompreensão do que eu acredito e do que eu estava alegando. Existem diversos tipos de palavras ‘limitadoras’ que podem ser invocadas como apoio para esse tipo de resposta.

Aqui estão alguns exemplos de esclarecimento:

Exemplo 1. ‘O copo está vazio’. Desafio: ‘Bem, ele tem um pouco de ar nele’. Resposta: ‘Tudo o que eu estava dizendo é que é vazio de vodca’.

Exemplo 2. ‘O campo é plano’. Desafio: ‘Bem, ele tem alguns furos pequenos nele’. Resposta: ‘Tudo o que eu estava dizendo é que ele é plano para um campo de futebol (ou: ‘Tudo o que eu estava dizendo é que ele é aproximadamente plano’).

Exemplo 3. ‘Ele virá em três horas’. Desafio: ‘É mais provável que ele venha alguns segundos mais cedo ou mais tarde’. Resposta: “Tudo que eu quis dizer é que ele virá em aproximadamente três horas.

---

<sup>148</sup> HAWTHORNE, 2004.

<sup>149</sup> HAWTHORNE, 2004, P.104-5.

Quero chamar a atenção para o fato de que temos muito poucos dispositivos na vida cotidiana para aplicação da técnica de esclarecimento quando se trata de ‘saber’.

Portanto, segundo Hawthorne, dispositivos de clarificação para um termo são caracterizados por frases pelas quais, em resposta a algum desafio, alguém poderia explicar o que quer dizer pelo termo. Nessa passagem, os desafios que o autor parece estar considerando dizem respeito à verdade de apenas uma única alegação. No entanto, isso também se aplica, como vimos anteriormente, a alguns casos sugeridos por Stanley e Feldman, nos quais esses dispositivos de clarificação podem ser úteis quando desafiamos a consistência das alegações de alguém – casos nos quais S alega ter dito uma coisa ao usar determinado termo (e.g., ‘saber’) e algum tempo mais tarde, em outro contexto, S parece alegar o oposto e, assim, parece estar desafiando sua consistência.

Dessa maneira, a objeção de Hawthorne parece ser a seguinte: é improvável que a nossa linguagem pudesse conter termos contextualmente sensíveis (como ‘saber’) sem que também exibisse diversos, e adequados, dispositivos de clarificação para os mesmos, e pelos quais atribuidores competentes pudessem indicar o conteúdo do uso que fazem desses termos em determinadas situações.<sup>150</sup> Uma vez, como ele argumenta, que há falta de tais dispositivos de clarificação para o termo ‘saber’, então a alegação contextualista é falsa.

Como resposta para objeções desse tipo – tanto com relação às objeções de Stanley, quanto às objeções de Hawthorne – podemos dizer algo parecido com a idéia de DeRose. Ele afirma que tais objeções estão baseadas num erro ou, pelo menos, muito mais precisaria ser dito por esses autores para tornar essa objeção mais forte. DeRose e Ludlow acreditam que existem muitas locuções pelas quais atribuidores esclarecem o que eles querem (ou quiseram) dizer por ‘saber’.<sup>151</sup> Eles sugerem os seguintes exemplos para casos de primeira ou terceira pessoa):

‘Tudo que Eu estava alegando era que ‘Eu sei/Ele sabe que ta-e-tal’

- muito bem

- para além de qualquer dúvida razoável

---

<sup>150</sup> Cf. DEROSE, 2009, capítulo 5.

<sup>151</sup> LUDLOW (2005) e DEROSE (2009).

- pelos padrões ordinários
- por qualquer padrão razoável
- com um alto grau de precisão

‘Eu nunca quis dizer que estava alegando que ‘Eu sei/Ele sabe que ta-e-tal’

- com certeza
- com absoluta certeza
- para além de qualquer dúvida possível
- como Deus saberia

Como sugere DeRose, esses parecem ser perfeitamente

itens [da linguagem] e não meros casos de ‘conversa-de-filósofos’ – embora filósofos possam ter mais ocasiões para dizer tais coisas do que outros atribuidores. O atribuidor que levanta o desafio pode não gostar dessas respostas e pode ter objeções a elas, mas o atribuidor [que as responde] não parece estar abusando da linguagem ao usar esses dispositivos de clarificação.<sup>152</sup>

Desse modo, embora essas objeções possam levantar alguns questionamentos que diminuam a força e a plausibilidade da tese contextualista, elas estão longe de oferecer uma refutação para o contextualismo. Conseqüentemente, muito mais ainda pode ser explorado sobre as bases lingüísticas que suportam a teoria contextualista.<sup>153</sup>

### 3.3 Invariantismo e Objeção da Asseribilidade Autorizada

A tese contextualista, como vimos, sustenta que os padrões utilizados para atribuições de conhecimento são contextualmente dependentes, ou seja, as condições de verdade para

---

<sup>152</sup> DEROSE, 2009, p.182.

<sup>153</sup> PRITCHARD (2001) objeta que, na visão contextualista, um atribuidor de conhecimento não pode, para algum sujeito S e proposição p, atribuir conhecimento adequadamente de que p a S se este atribuidor já havia se retratado com relação a uma alegação previa de conhecimento de que p a S.

atribuições de conhecimento para sentenças contendo os predicados utilizados no vocabulário epistêmico são governadas por diferentes padrões contextuais em diferentes contextos. O Invariantismo é a tese contrária à tese contextualista, isto é, as condições de verdade para atribuições de conhecimento não variam contextualmente.<sup>154</sup> Uma das principais acusações invariantistas contra o contextualismo é que aquilo que o contextualista considera como sendo uma variação nas condições de verdade para atribuições de conhecimento é, na verdade, uma variação nas condições de *asseribilidade autorizada*.<sup>155</sup>

De acordo com os casos propostos pelos contextualistas, e se realmente eles cumprem com seu propósito, podemos observar que eles são sempre apresentados em pares, isto é, a intuição que serve de motivação nesses casos sempre vem em pares. Com isso, queremos simplesmente dizer que existem basicamente duas intuições centrais para a argumentação do contextualismo: por um lado, em contextos ordinários, quando julgamos que ‘S sabe que P’, nossa atribuição está correta dados os padrões que operam nesse contexto; por outro lado, em contextos extraordinários, quando julgamos que ‘S não sabe que P’ também estamos dizendo algo verdadeiro dados os padrões em vigor nesse contexto. Os invariantistas por sua vez, negam que essa intuição esteja correta e ao fazer isso eles precisam negar pelo menos uma dentre essas duas intuições. Os invariantistas podem negar que nos contextos ordinários minha atribuição de conhecimento é verdadeira, ela apenas parece verdadeira, pois na verdade os padrões ordinários para *asseribilidade autorizada*, que estão em vigor, tornam minha atribuição adequada nesse contexto, assim, o contextualista confunde os padrões para *asseribilidade autorizada* com condições de verdade. Os invariantistas ainda poderiam negar a intuição de que nos contextos extraordinários nossa atribuição (neste caso negação) de conhecimento é verdadeira dizendo que na verdade ela é falsa, mas apropriada, isto é, dado os padrões extraordinários para *asseribilidade autorizada* em vigor nesses contextos nossa alegação é falsa (mas autorizada) e, conseqüentemente, uma atribuição positiva de conhecimento seria verdadeira (mas não autorizada).

---

<sup>154</sup> Neste sentido, a grande maioria dos epistemólogos contemporâneos são invariantistas na medida em que acreditam que existe um único e correto padrão pelo qual o conhecimento e as atribuições de conhecimento devem ser governadas.

<sup>155</sup> Isto é, quando seria ou não autorizado (ou apropriado) asserir determinada atribuição de conhecimento.

Contudo, não é claro, tampouco consensual, qual das duas intuições de fato os invariantistas irão negar. Apesar disso, eles admitem que em alguns casos é muito difícil afirmar se o sujeito sabe ou não. O que de fato eles alegam é que uma aparência muito clara de verdade é anexada em ambas às atribuições, ou negações, de conhecimento e isso se deve ao fato de que ambas as alegações (no contexto ordinário e no extraordinário) desfrutam por estarem em consonância com a condição de asseribilidade autorizada.<sup>156</sup> Assim, para invariantistas,

A variação nos padrões epistêmicos que se aplicam ao ‘saber’[conhecimento] em diferentes contextos governam apenas quando é *apropriado ou autorizado dizer* que alguém ‘sabe’ ou não, enquanto que o padrão epistêmico para se um sujeito realmente ‘sabe’ – se fosse *verdadeiro* dizer que ele ‘sabe’ – não varia de contexto para contexto.<sup>157</sup>

Portanto, de acordo com o modelo invariantista, as condições de asseribilidade podem variar de um contexto de atribuição para o outro, no entanto, as condições de verdade para tais atribuições são mantidas fixas, elas não variam. Se o contextualismo confunde condições de asseribilidade autorizada com condições de verdade, então a solução do paradoxo cético, propostas por ele, está comprometida. Assim, de acordo com os invariantistas, a resposta ao paradoxo pode ser dada da seguinte maneira: (1’) ‘Se S sabe que P, então S sabe que  $\sim$ HC’, (3’) ‘S sabe que P’ e a negação de (2’) ‘S não sabe  $\sim$ HC’ serão verdadeiras em todos os contextos, contudo, serão apropriadamente (ou autorizadamente) asseridas apenas em contextos ordinários. Em contextos extraordinários, (1’), (2’) e a negação de (3’) serão apropriadamente (ou autorizadamente) asseridas.

Keith DeRose oferece uma resposta à objeção da asseribilidade autorizada levantada pelos invariantistas. Segundo ele esta objeção ao contextualismo pode ser denominada de *manobras de asseribilidade autorizada* (para facilitar a exposição utilizaremos apenas ‘WAM’). Em grande medida, WAMs pretendem explicar por que uma asserção pode parecer falsa em determinadas circunstâncias, nas quais tal asserção é de fato verdadeira, recorrendo ao fato de que a asserção seria não autorizada ou imprópria em tais circunstâncias. Inversamente, a intuição

---

<sup>156</sup> Invariantistas do tipo sensível-ao-sujeito (Subject-sensitive invariantists) concordaram com as intuições contextualistas, contudo, assumem uma posição que se aplica ao sujeito putativo do conhecimento, uma perspectiva na ‘primeira-pessoa’. Mas como os casos propostos pelos contextualistas parecem funcionar de maneira mais adequada com casos na ‘terceira-pessoa’, os invariantistas do tipo sensível-ao-sujeito se juntam aos invariantistas tradicionais na crítica dos casos na ‘terceira-pessoa’. Ver DEROSE 2009.

<sup>157</sup> DEROSE, 2009, p.83.

de que uma asserção numa dada situação é verdadeira, quando na verdade é falsa, pode ser explicada através da afirmação de que a asserção é autorizada em tal situação, nós apenas tomamos as condições de verdade pelas condições de asseribilidade. O que realmente parece ser relevante com essa objeção é o fato de que as condições de verdade e as condições para asseribilidade autorizada são duas coisas distintas e que podem ser confundidas; independentemente de ser o que realmente acontece com os contextualistas (que, obviamente, negam que este seja o caso). Portanto, o debate sobre asseribilidade autorizada se concentra sobre as regras que deveriam ser respeitadas para determinar quando é ou não apropriado que proposições sejam asseridas. DeRose, nesse sentido apresenta um conjunto de restrições direcionadas à asseribilidade autorizada que, por sua vez, poderiam servir como solução para o paradoxo cético. Segundo DeRose poderíamos elencar três condições que deveriam ser satisfeitas afim de que se produza uma WAM:

(W1) Uma WAM deve obter o seguinte resultado: é não-autorizado, ou inapropriado, asserir uma proposição e a sua negação.

(W2) Uma determinada WAM deve explicar o caráter da não-autorização ou (não-apropriação) de uma asserção através da geração de uma implicatura conversacional falsa.

(W3) A geração de uma implicatura conversacional falsa deve ser explicada por regras gerais de conversação e não por regras *ad hoc*.

DeRose pretende demonstrar a plausibilidade dessas condições através de alguns exemplos nos quais possamos perceber a diferença entre uma WAM bem-sucedida e uma WAM mal-sucedida.<sup>158</sup> A fim de demonstrar quando uma WAM é considerada mal-sucedida DeRose oferece a seguinte explicação. Considere que um sujeito T defende uma teoria com relação ao fato de que ser não-casado não corresponde a uma condição de verdade para ‘S é solteiro’. Claramente poderíamos imaginar que T seria cravejado com ‘supostos’ contra-exemplos, fornecidos por homens casados. Na tentativa de invalidar esses contra-exemplos T propõe a seguinte condição de asseribilidade autorizada: ‘S é não-casado’ é uma implicatura gerada pela asserção ‘S é solteiro’. Conseqüentemente, ela não seria uma condição de verdade para ‘S é

---

<sup>158</sup> Ver DEROSE, 2002, p. 174 – 175.

solteiro'. Com isso, ele poderia explicar por que 'S é solteiro' parece ser falso e não-autorizado (ou inapropriado) quando asserido no caso em que S é um homem casado. DeRose explica por que essa manobra não é bem-sucedida, segundo ele, isso se deve ao fato de que a WAM sugerida pelo sujeito T

é a instância de um esquema geral que, se permitido, poderia ser usado para explicar muito facilmente os contra-exemplos introduzidos contra *qualquer* tese sobre as condições de verdade de sentenças [de uma determinada] linguagem natural. Sempre que sua teoria parece estar errada porque está omitindo certa condição-de-verdade [...] você pode simplesmente alegar que as asserções das sentenças em questão geram implicaturas de modo que a condição em questão seja mantida.<sup>159</sup>

Assim, a teoria proposta por T, não é capaz de cumprir as condições sugeridas por DeRose. Primeiramente, ela falha em satisfazer a condição (W1), pois mesmo que consideremos não-apropriado (ou inapropriado) asserir 'S é solteiro' nos casos em que 'S é casado', seria autorizado asserir 'não é o caso que S é solteiro', sob a mesma situação. A condição (W2) também parece não estar sendo respeitada, uma vez que quando dita de um homem casado, a asserção 'S é solteiro', de acordo com a teoria de T, parece não gerar nenhuma implicatura falsa. Na verdade, a asserção de 'S é solteiro' gera uma implicatura verdadeira, a saber, 'S é não-casado'. Desta maneira, a condição (W3), claramente não é satisfeita por essa WAM, o que segundo DeRose faz com que ela seja mal-sucedida.

Vejamos agora como ele argumenta no caso de uma WAM bem-sucedida. Uma WAM será bem sucedida quando explicar por que parece inapropriado o fato de alguém asserir uma proposição do tipo 'é possível que P<sub>ind</sub>' e por que parece que asserções desse tipo são falsas, quando, na verdade, aquele que asserir tal proposição sabe que P é o caso.<sup>160</sup> Imagine que Pedro sabe que seu filho está brincando no quarto. Quando questionado pela sua esposa sobre se ele sabe se seu filho está brincando no quarto, Pedro diz: 'é possível que ele esteja'. Esta asserção, por parte de Pedro, gera a implicatura conversacional falsa de que ele (Pedro) não sabe se seu filho está, ou não, brincando no quarto. Neste caso, a asserção de Pedro é considerada não

---

<sup>159</sup> DEROSE, 2009, p.85.

<sup>160</sup> Na sentença 'é possível que P<sub>ind</sub>' o termo 'ind' em subscripto é incorporado à proposição P para salientar que deve ser mantido no modo indicativo, uma vez que, em outros modos, como por exemplo, no modo subjuntivo, diferentes possibilidades podem ser expressadas.

autorizada (ou imprópria) dado que ele de fato sabia. Segundo DeRose, isso poder ser explicado pela existência de

uma regra conversacional geral que afirma que quando você está em uma posição para asserir qualquer uma entre duas coisas, então, outras coisas se mantendo iguais, se você assere uma das duas, deveria ser a mais forte. [...] Quando alguém como [Joãozinho] sabe que P, ele está em posição de asserir que P – e ele ainda está, freqüentemente, em posição de asserir de que sabe que P. Assim, pela regra de da ‘Asserir a mais Forte’ ele deveria assere uma daquelas coisas mais fortes ao invés de assere desnecessariamente a mais fraca ‘é possível que P<sub>ind</sub>’.<sup>161162</sup>

Dessa maneira podemos constatar que o fato de que a minha asserção gera uma falsa implicatura satisfaz a condição (W2). Igualmente, a condição (W1) também parece ser satisfeita, na medida em que é não autorizado (ou inapropriado), para Pedro, assere, em uma mesma situação, ‘É possível que ele esteja no quarto’ e ‘Não é possível que ele esteja no João’. Essa WAM também satisfaz (W3), uma vez que, como vimos na citação acima, ela acomoda a aplicação da regra geral de conversação ‘Assira o mais forte’. Contextualizando, essa regra afirma que, ao assere a proposição mais fraca (entretanto verdadeira) de que seu filho possivelmente está no quarto, Pedro gerou a falsa implicatura de que ele não sabe onde seu filho está, pois caso Pedro soubesse onde seu filho está, ele provavelmente diria simplesmente ‘Ele está no quarto’.

Portanto, como sugerido por DeRose, qualquer *manobra de asseribilidade autorizada* (WAM) aplicada na solução do paradoxo cético precisará explicar por que ‘S sabe que não é um cérebro em uma cuba’ parece falsa e não-autorizada quando assereida em contextos céticos e ‘Não é o caso que S sabe que não é um cérebro em uma cuba’ parece verdadeira e autorizada quando assereida nesses mesmos contextos. Para DeRose, a satisfação da condição (W1), presente numa solução do tipo WAM para o paradoxo cético vai contra esse dado intuitivo. Para ele, portanto, toda WAM que busca solucionar o paradoxo cético será, invariavelmente, de uma WAM mal-sucedida, pois elas são, caracteristicamente *ad hoc*, pois não são capazes de satisfazer a condição (W3).

---

<sup>161</sup>. DEROSE, 2009, p. 87. em nota, menciona que seu uso dessa regra segue GRICE 1961, p. 232 e JACKSON 1979, p. 566.

<sup>162</sup> DEROSE, 2009, p. 87

No entanto, segundo DeRose, existe uma objeção que, na trilha da discussão sobre asseribilidade autorizada, parece ser muito mais poderosa contra o contextualismo e que de fato parece atraente, a saber, a Objeção da Generalidade. Poderíamos questionar se este fenômeno que estamos lidando é exclusivo de atribuições de conhecimento ou poderia ser o caso que a variação dos padrões epistêmicos (contextos) também pode ser aplicada a diferentes tipos de asserções. Os invariantistas, com relação a esse ponto, deveriam – como pensa DeRose – sentir-se satisfeitos por notar que esta variação nos padrões epistêmicos está, pelo menos no que se refere à asseribilidade autorizada, ao mesmo tempo afetando os padrões para as atribuições cujas condições de verdade claramente não variam conforme os padrões epistêmicos mudam. Com isso, as variações de padrões parecem, de fato, governar em certa medida o nosso uso de ‘S sabe que P’, mas o que dizer sobre o próprio ‘P’ incorporado na sentença? Ou seja, parece que quando consideramos contextos extraordinários – nos quais se torna muito difícil asserir autorizadamente que ‘S sabe que P’ – também parece ser errado asserir somente ‘P’. Considere, por exemplo, o caso do banco. No caso B, que representaria o contexto extraordinário, onde não poderíamos asserir que ‘Keith sabe que o banco estará aberto no sábado’ também parece que seria errado asserir ‘o banco estará aberto no sábado’.<sup>163</sup>

Dadas essas considerações, a Objeção da Generalidade, como indica DeRose, propõe um sério desafio para o contextualismo. Conforme uma difundida regra conversacional bem geral, alguém deve asserir alguma coisa (proposição) somente se está suficientemente bem posicionado com relação a tal proposição para que possa asserí-la apropriadamente e, dessa forma, apresenta-se igualmente como uma condição sobre asseribilidade autorizada na medida em que alguém deve estar suficientemente bem posicionado com relação a uma dada proposição para que seja autorizado a asserí-la.<sup>164</sup> Nessa perspectiva, o que um proponente do invariantismo – mais precisamente, um proponente do invariantismo sensível ao sujeito como, e.g., J. Hawthorne e J. Stanley – pretende com essa objeção é defender uma tese sobre variabilidade contextual para asseribilidades autorizadas recorrendo exclusivamente para: (i) o fato de que existe apenas uma única exigência para asseribilidade autorizada; e (ii) para a observação de que em geral, e não

---

<sup>163</sup> Cf. DEROSE, 2009, p.90. DeRose ainda salienta que nos casos de atribuições de conhecimento de primeira-pessoa (Eu sei que P) a asseribilidade de uma atribuição de conhecimento e a asseribilidade da simples proposição ‘P’ parecem desaparecer juntas, na medida em que o contexto vai ficando mais rigoroso.

<sup>164</sup> Obviamente isso deveria ser acrescido de uma explicação para o que significa estar suficientemente bem posicionado com respeito ao que se asserir.

apenas para sentenças de atribuições de conhecimento, o quão bem posicionado alguém deve estar com relação a uma dada proposição a fim de assertí-la é uma questão contextualmente variável. A plausibilidade dessa Objeção da Generalidade parece ser apoiada pelo fato de que quando a simples assertão de que P se torna não autorizada – na medida em que nos movemos para contextos mais rigorosos – isso não se deve ao fato de nenhuma mudança nas condições de verdade para P.<sup>165</sup>

Assim, como sugere DeRose, não é surpreendente o fato de que ‘S sabe que P’ se torne inasserível, devido aos elevados padrões epistêmicos, quando ‘P’ se tornar igualmente inasserível, pois pode ser argumentado que se alguém não está suficientemente bem posicionado para assertir que ‘P’, então, também não estará suficientemente bem posicionado para *asserir o mais forte* (S sabe que P). Assim, como coloca DeRose,

Dado que ‘P’ se torna inasserível em contextos de padrões elevados, mesmo que não haja nenhuma mudança em seu conteúdo (conforme nos movimentamos na direção de contextos de padrões elevados) e, desde que variação em relação à inasseribilidade de ‘S sabe que P’ (à medida que nos movemos para contextos mais exigentes) é exatamente aquela que poderíamos esperar (dado que ‘P’ exibe uma variação semelhante), por que supor que a inasseribilidade da alegação de conhecimento em contextos elevados se deve a uma mudança no conteúdo, que ocorreria na medida em que nos movemos para tais contextos?<sup>166</sup>

Como podemos ver nessa passagem, o invariantista, através da Objeção da Generalidade, pretende alegar que não há nenhuma boa razão para supor que exista uma variação como essa para as condições de verdade das atribuições do conhecimento. Embora contextualistas como Cohen e DeRose tenham oferecido respostas para essa objeção ela está longe de uma resposta definitiva.<sup>167</sup> Assim, muito mais ainda pode ser dito sobre essa questão.<sup>168</sup>

---

<sup>165</sup> De acordo com DeRose: “P poderia ser simplesmente sobre qualquer coisa e a grande maioria de nossas asserções são obviamente insensíveis quanto ao seu conteúdo, mais do que no que diz respeito aos padrões epistêmicos que acabam por governar seu uso”. Por exemplo, embora o conteúdo da asserção de ‘o banco está aberto nos sábados’ possa ser sensível ao contexto *de outras maneiras* diversas, as condições nas quais ela é *verdadeira* (em oposição à assertível) claramente não depende de quais padrões epistêmicos estão em jogo quando a sentença é assertida. Contudo, como é geralmente acordado, a verdade de P é uma condição necessária para a verdade de ‘S sabe que P’. (DEROSE, 2009, p. 91-92).

<sup>166</sup> DEROSE, 2009, p. 92.

<sup>167</sup> Podemos encontrar as respostas desses autores para essa objeção em DEROSE, (2005, 2009) e COHEN (2005).

<sup>168</sup> Em grande medida, o desdobramento dessa questão pode ser encontrada na literatura sob o título de Tese do Conhecimento para Assertão (Knowledge account of Assertion).

## CAPÍTULO 4

### CONTEXTUALISMO E O PARADOXO DO PREFÁCIO

#### 4.1 Preliminares sobre o Paradoxo do Prefácio

O paradoxo do prefácio é um paradoxo sobre racionalidade e é frequentemente apresentado como um exemplo em que um agente epistêmico crê numa determinada proposição (a crença prefacial) e acaba por tornar seu sistema de crenças logicamente inconsistente; no entanto, é racional para tal agente mantê-la. Podemos encontrar a seguinte versão padrão para o paradoxo:

Um autor, digamos Razoaldo, crê em cada uma de suas alegações contidas no seu novo livro, que é bastante extenso. Além disso, dada a falibilidade humana e sua experiência de que seus colegas igualmente bem informados cometeram algum erro ele também crê que, pelo menos, uma das alegações é falsa, expressando essa crença no prefácio de seu livro.<sup>169</sup>

O paradoxo do prefácio nos parece paradoxal porque sentimos que, se Razoaldo possui um conjunto de crenças inconsistentes, i.e., crenças das quais pelo menos umas delas deve estar errada, então, ele deve abrir mão de pelo menos uma delas para restaurar a consistência. Mesmo que pudesse ser perfeitamente razoável para Razoaldo crer em cada uma delas ( $c_1, c_2, c_3, \dots, c_n$ ) e que seja igualmente razoável para ele crer que nem todas são verdadeiras, ou alguma que delas é falsa  $\sim(c_1 \ \& \ c_2 \ \& \ c_3 \ \& \dots \ \& \ c_n)$ . Poderíamos agravar a situação se pensarmos que Razoaldo, a partir dessa inconsistência, poderia ser levado a crer numa contradição. Isso é assim devido à aceitação do princípio de fechamento dedutivo: dado que um conjunto inconsistente de crenças pode ser mostrado como implicando crenças contraditórias da seguinte forma:  $P, \sim P$ . Dessa maneira, uma vez que é possível crer racionalmente em uma inconsistência, também o é crer em uma contradição – consequência que é ‘abominável’.

---

<sup>169</sup> Cf. MAKINSON, 1965.

## 4.2 Uma Solução Contextualista para o Paradoxo do Prefácio?

Grande parte das respostas apresentadas, na literatura, que pretendem resolver o paradoxo do prefácio se caracteriza pela rejeição de alguns princípios importantes, como por exemplo, instâncias de princípios de fechamento dedutivo subjacentes ao princípio da conjunção.<sup>170</sup> Embora muitos autores tenham apresentado contra exemplos para tais princípios, a grande maioria dos epistemólogos não está disposta a rejeitá-los, alegando que o custo dessa rejeição é muito alto.<sup>171</sup>

Como vimos, o contextualismo oferece explicações para diferentes paradoxos, como o paradoxo cético e o da loteria. Uma das grandes vantagens alegadas pelos contextualistas na resolução de tais paradoxos é o fato de que nenhum princípio lógico necessita ser negado. Embora contextualistas tenham se ocupado e oferecido respostas para certos paradoxos, o paradoxo do prefácio parece não ter sido explorado suficientemente pelos contextualistas e, até o presente momento, parece ter passado despercebido na literatura especializada.

No que se segue, sugerimos o que acreditamos ser uma possível versão para o paradoxo do prefácio que versa sobre o conhecimento. Acreditamos que uma tentativa de resolução desse paradoxo possa ser apresentada a partir da aplicação da teoria contextualista, que se assemelha a resposta contextualista oferecida como resolução do paradoxo cético. Utilizaremos, como base para nossa análise, a tese contextualista proposta por Stewart Cohen. Cohen combina a estratégia contextualista básica com uma teoria tradicional do conhecimento, segundo a qual ‘conhecimento’ requer evidência ou crença racional (e mais alguma condição que dê conta do problema de Gettier).

Consideremos o seguinte caso do prefácio (CP).

Imagine um determinado autor, digamos Razoaldo, que em seu mais recente trabalho afirma grande parte de suas crenças racionalmente sustentadas (com relação a um assunto determinado): c1, c2, c3... cn. Razoaldo, após examinar cuidadosa e minuciosamente o livro reafirma sua crença em c1, c2, c3... cn. Mas não satisfeito ele manda o manuscrito de seu livro para dois colegas de profissão – os quais são, casualmente, como Razoaldo, os maiores especialistas sobre o assunto. Depois de uma também minuciosa e cuidadosa análise seus dois colegas lhe enviam um email com

---

<sup>170</sup> Para uma discussão sobre a rejeição de alguns desses princípios veja DRETSKE (1970, 2005), DE ALMEIDA (2007a, 2007b, 2011), OLI (2003, 2005).

<sup>171</sup> JOHN POLLOCK and JOSEPH CRUZ (1999), MICHAEL WILLIAMS (2001), MATTHIAS STEUP (1996), and MARK SAINSBURY (2001). Estes autores defendem rigorosamente a validade de alguns princípios. Mais que isso, eles defendem a infalibilidade de raciocínios dedutivos válidos.

a seguinte mensagem: ‘estamos voltando de uma conferência na Rutgers, quando chegarmos marcamos uma reunião para conversar, mas já lhe adianto: uma de suas afirmações é falsa!’.

Razoaldo, com base no testemunho dos colegas, crê justificadamente que “alguma das suas alegações contidas no livro é falsa”. A fim de solucionar o problema e descobrir a afirmação falsa ele liga para seus colegas quando, para sua tristeza, descobre que eles faleceram num desastre aéreo enquanto voltavam da conferência. Razoaldo, portanto, sem reconhecer qual é a afirmação falsa resolve acrescentar a seguinte afirmação no prefácio do livro: ‘este livro contém, em algum lugar, uma afirmação falsa’.

Como podemos perceber, no caso acima, é logicamente impossível que todas as crenças que acabam de ser atribuídas a Razoaldo sejam verdadeiras e possam ser racionalmente por ele mantidas. Devemos, portanto, supor que o autor sabe disso. Contudo, parece não haver nenhuma boa razão para negar que suas crenças são justificadas e, portanto, racionalmente mantidas. Dito de outro modo, parece ser razoável para Razoaldo crer que as alegações afirmadas por ele no livro sejam verdadeiras e, ao mesmo tempo, parece igualmente racional que Razoaldo creia, com base no testemunho dos colegas, que o livro em questão contém alguma falsidade – o que parece apresentar um paradoxo.

Paradoxos desse tipo são comumente definidos como um conjunto de proposições que são individualmente plausíveis, mas conjuntamente inconsistentes. Dessa maneira, assumindo a plausibilidade do princípio de fechamento dedutivo, poderíamos construir o seguinte argumento para o paradoxo do prefácio:

- (AP) 1. Razoaldo crê justificadamente que todas as afirmações contidas no livro são verdadeiras.
2. Razoaldo crê justificadamente que alguma afirmação contida no livro é falsa. (*crença prefacial*)
- Logo,
3. Razoaldo crê justificadamente que todas as afirmações contidas no livro são verdadeiras e crê justificadamente que alguma afirmação contida no livro é falsa.

Podemos, dessa maneira, perceber que o paradoxo do prefácio não é especificamente um paradoxo sobre conhecimento, mas sobre racionalidade. Como tivemos a oportunidade de ver, Cohen entende que a justificação é uma condição necessária para o conhecimento e, desse modo, não seria difícil pensarmos numa versão para o paradoxo do prefácio aplicada ao conhecimento.

Consideremos o seguinte caso:

(AP\*) 1. Razoaldo sabe que todas as afirmações contidas no livro são verdadeiras.

2. Razoaldo sabe que alguma afirmação contida no livro é falsa. (*crença prefacial*)

Logo,

3. Razoaldo sabe que todas as afirmações contidas no livro são verdadeiras e sabe que alguma afirmação contida no livro é falsa.

Agora, com base em (AP\*), poderíamos imaginar o seguinte diálogo:

*(Diálogo do Prefácio)*

(A) Eu sei que todas as crenças afirmadas no corpo do livro são verdadeiras.

(B) Você pode eliminar a possibilidade de que alguma delas é falsa?

(A) Não, eu não posso.

(B) Então você admite que não sabia que todas as crenças contidas no livro são verdadeiras?

(A) Não, eu não quis dizer isso. Eu sabia que eram verdadeiras. Mas depois da sua questão, ainda que elas sejam verdadeiras, eu não sei que são todas verdadeiras.

Acreditamos que a inconsistência e a paradoxalidade presentes na versão do paradoxo do prefácio, conforme apresentada em (AP\*), e que pode dar origem ao diálogo obtido no (diálogo do prefácio) pode ser explicada através da aplicação da tese contextualista. A resposta que ofereceremos para (AP\*) se assemelha à resposta oferecida pelo contextualista na resolução do paradoxo cético.

De acordo com o contextualismo as condições de verdade para atribuições de conhecimento são determinadas pelos padrões que governam os contextos nos quais tais atribuições foram ou são feitas. Com isso, os contextualistas alegam que certos aspectos do contexto de atribuição podem afetar o conteúdo dessas atribuições. Nesse caso, teremos a seguinte solução para (AP\*): Razoaldo se encontra em um contexto cujos padrões em vigor são satisfeitos por ele e, assim, sua (auto) atribuição de conhecimento, a premissa (1), é verdadeira. No entanto, quando a possibilidade de que uma de suas crenças (ou afirmações no livro) seja falsa é levantada pelos seus colegas, os padrões contextuais são elevados fazendo com que (1) seja falsa (uma vez que Razoaldo não é capaz de eliminar essa possibilidade) e (2) seja

verdadeira. Desse modo, somos levados a pensar, de modo equivocado, que a (auto) atribuição de (3) é inconsistente ou contraditória, quando na verdade não o é. Isso ocorre porque falhamos (nesse caso, Razoaldo falha) em distinguir entre os padrões que se aplicam no contexto ordinário (onde [1] é verdadeira) e os padrões que se aplicam em contextos céticos (onde [2] é verdadeira), fato que causa a perplexidade quando (3) é asserida. Assim, tanto a premissa (3) de (AP\*) quanto a última asserção do sujeito (A) no (diálogo do prefácio) não são contraditórias. Sua aparente inconsistência deve-se ao fato de que atribuidores competentes podem falhar em reconhecer a sensibilidade contextual desses padrões. Portanto, a partir dessa análise, estamos inclinados a pensar que a tese contextualista também pode ser aplicada na tentativa de resolução do paradoxo do prefácio, de modo semelhante ao modo como o contextualista resolve o paradoxo cético.

No entanto, uma primeira objeção poderia ser levantada contra essa análise. Poder-se-ia questionar se existe de fato alguma mudança contextual entre o contexto subjacente à premissa (1) e o contexto subjacente à premissa (2) – como ocorre mais claramente no caso do paradoxo cético – ou se apenas é uma questão de nova evidência adquirida por Razoaldo para crer em (2). Podemos oferecer a seguinte resposta para essa objeção. Ainda que seja o caso que Razoaldo adquira nova evidência, esta evidência diz respeito apenas a sua justificativa para crer na premissa (2), dado o testemunho de seus colegas, e isso é compatível com a teoria contextualista. Com relação à objeção de que não haveria nenhuma mudança contextual entre o contexto no qual a premissa (1) é alegada e o contexto no qual a premissa (2) é alegada, podemos responder da seguinte maneira. Quando Razoaldo alega a premissa (1) ele encontra-se num contexto no qual os padrões para sua alegação parecem ser adequadamente satisfeitos e estaríamos dispostos a alegar que (1) se trata de um caso de conhecimento. Quando seus colegas levantam a possibilidade (semelhante à hipótese cética) de que alguma de suas crenças afirmadas no livro é falsa o contexto automaticamente muda, dado que os padrões são elevados pela menção da possibilidade de erro. Nesse novo contexto que foi instaurado, Razoaldo não consegue satisfazer os padrões, uma vez que ele não consegue eliminar a possibilidade de que alguma de suas crenças afirmadas no livro é falsa – ainda que Razoaldo possua evidência para crer que alguma de suas afirmações é falsa, dado o testemunho de seus colegas. Podemos notar que parece haver, de fato, uma mudança de contexto no que se refere às premissas (1) e (2). Desse modo, parece, sim, haver uma semelhança entre o paradoxo cético e o paradoxo do prefácio. Se este é

realmente o caso, então parece possível a aplicação da teoria contextualista na resolução do paradoxo do prefácio, conforme apresentamos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a discussão desenvolvida ao longo desse ensaio, foi possível observarmos porque o Contextualismo Semântico se tornou uma das propostas mais importantes e amplamente discutidas na Teoria do Conhecimento contemporânea. Não foi por acaso que grande parte dos epistemólogos mais relevantes da contemporaneidade publicou textos sobre esse assunto.

Ao examinarmos o contexto de surgimento da teoria contextualista, no capítulo 1, foi possível observarmos as questões principais e as intuições fundamentais que serviram de base para o nascimento da teoria contextualista. Questões como o Falibilismo, Ceticismo, a teoria das alternativas relevantes foram apresentadas e discutidas com a intenção de mostrar a base originária que culminou com o nascimento do Contextualismo, conforme foi apresentado.

Tivemos o cuidado de investigar detalhadamente, no capítulo 2, as três abordagens contextualistas mais relevantes presentes na literatura especializada – propostas por Stewart Cohen, Keith DeRose e David Lewis. Ao examinar esses autores foi possível mostrar os diferentes modos pelos quais cada um deles concebe e implementa os mecanismos contextuais que são a base para a solução de problemas como o ceticismo e a preservação de nossas atribuições ordinárias de conhecimento.

No capítulo 3, foram apresentadas as objeções mais relevantes e que oferecem maior dificuldade para a tese contextualista, a saber, críticas sobre a adequação intelectual da resposta contextualista contra o problema gerado pelo ceticismo; bem como as objeções sobre as bases lingüísticas que motivam as considerações semânticas e os mecanismos de sensibilidade contextual. Embora essas objeções enfraqueçam a plausibilidade da teoria contextualista, foi possível constatarmos que elas não representam a sua completa refutação.

No capítulo 4, foi sugerida uma possível aplicação para a teoria contextualista que, cabe salientar, foi muito pouco explorada na literatura. Apresentamos, portanto, uma versão do paradoxo do prefácio para o conhecimento e, através da aplicação da teoria contextualista (na perspectiva de Cohen), indicamos uma possível resolução para esse paradoxo – que é semelhante

à resposta contextualista oferecida na tentativa de resolução do paradoxo cético. Se a resposta contextualista é ou não adequada para explicar esse e outros paradoxos será uma questão de disputa e diz respeito, essencialmente, às bases lingüísticas assumidas pelos contextualista. Não foi o meu propósito aqui defendê-las, meu objetivo foi apenas sugerir que uma resposta contextualista para esse paradoxo parece ser possível.

Por fim, o Contextualismo Semântico apresenta um desafio para o pensamento epistemológico tradicional que, na sua grande maioria, caracteriza-se pela alegação de que os padrões para as condições de verdade para atribuições de conhecimento não variam contextualmente. Além disso, o contextualismo instigou os epistemólogos em geral a prestar maior atenção em nossas práticas ordinárias sobre atribuições de conhecimento, mostrando que uma adequada análise do ‘conhecimento’ não pode ser feita alheia a tais práticas. Contudo, não foi pretendido por nós oferecer uma resposta última sobre a teoria contextualista, pelo contrário, o presente ensaio apenas pretendeu reafirmar a relevância epistemológica adquirida pelo Contextualismo ao longo das últimas décadas e mostrar que, embora controversa, a teoria contextualista está longe de ser refutada, assim, permanecendo aberta a possibilidade e necessidade de continuar sua investigação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, F. Tracking Theories of Knowledge. IN: *Veritas* 50:1-35. 2005.
- AUDI, R. Justification, deductive closure and reasons to believe, IN: *Dialogue*, 30, p. 77 – 84, 1991.
- BACH, K. The Emperor's New 'Knows. in: Preyer and Peter, eds., pp. 51-89. 2005.
- BLACK, T. & MURPHY, P. Avoiding the dogmatic commitments of contextualism. *Grazer Philosophische Studien*, v. 69 (1):165-182. 2005.
- \_\_\_\_\_. In Defense of Sensitivity. *Synthese*. v.154, 53-71. 2007.
- BONJOUR, L. *Epistemology: classic problems and contemporary responses*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.
- BRUECKNER, Anthony. Skepticism and epistemic closure, IN: *Philosophical topics*, vol. 13, nº. 3, p. 89 – 117, 1985.
- \_\_\_\_\_. The structure of the skeptical argument, IN: *Philosophy and phenomenological research*, vol. 54, nº. 4, p. 827 – 835, 1994.
- CAPPELEN, H. and LEPORE. E. Context Shifting Arguments”, *Philosophical Perspectives 17: Language and Philosophical Linguistics*, 25-50. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Insensitive Semantics*, Oxford: Basil Blackwell. 2005
- COHEN, S. Knowledge and Context. *Journal of Philosophy*, v. 83, n.10. 1986.
- \_\_\_\_\_. Knowledge, Context, and Social Standards. *Synthese*, v. 73, n. 1. 1987
- \_\_\_\_\_. How to be a fallibilist. In: J. Tomberlin (Ed.), *Philosophical Perspectives 2*, 1988.
- \_\_\_\_\_. Skepticism, relevance and relativity, IN: MCLAUGHLIN, Brian P., p. 17 – 37,1991.
- \_\_\_\_\_. Two kinds of Skeptical Argument. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 58, no. 1. 1998a.
- \_\_\_\_\_. Contextualist solutions to epistemological problems: Scepticism, Gettier, and the lottery. *Australasian Journal of Philosophy* 76(2): 289-306. 1998b.
- \_\_\_\_\_. Scepticism, IN: *Routledge encyclopedia of philosophy*, 1998c.
- \_\_\_\_\_. Contextualism, Skepticism and the Structure of Reasons. *Philosophical Perspectives 13*. 1999.
- \_\_\_\_\_. Contextualism and Skepticism, IN: Sosa E Villanueva (Ed.) *Philosophical issues 10*, 2000a.

- \_\_\_\_\_. Replies to Klein, Hawthorne, Prades. *Noûs*, v. 34, 132 - 139. 2000b.
- \_\_\_\_\_. Contextualism Defended: Comments on Richard Feldman's 'Skeptical Problems, Contextualist Solutions'. *Philosophical Studies*, 103: 87–98. 2001.
- \_\_\_\_\_. Basic knowledge and the problem of easy knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXV, n. 2, p. 309-29, Sep. 2002.
- \_\_\_\_\_. Contextualism and Unhappy-Face Solutions: Reply to Schiffer", *Philosophical Studies*, 119: 185-97. 2004.
- \_\_\_\_\_. Knowledge, speaker and subject. *The Philosophical Quarterly*, v. 55, n. 219, p. 199-212, Apr. 2005a.
- \_\_\_\_\_. Contextualism Defended and Contextualism Defended Some More. IN: Steup and Sosa, eds.: 56-62, 67-71. 2005b
- \_\_\_\_\_. Knowledge, Speaker, Subject. *The Philosophical Quarterly*, 55(219): 199-212. 2005c,
- COMESAÑA, J. Knowledge and Subjunctive Conditionals. *Philosophy Compass* 2 (6):781-791. 2007.
- CONNOR, E. Preface Paradox. In J. Dancy & E. Sosa (Ed.), *A companion to epistemology*. Oxford:Blackwell. 1992.
- \_\_\_\_\_. Contextualism Contested and Contextualism Contested Some More. IN: in Steup and Sosa, eds., pp. 47-56, 62-66. 2005.
- DE ALMEIDA, C. Closure, defeasibility and conclusive reasons. *Acta Analytica*, v. 22, p. 301-19, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Moorean absurdity: an epistemological analysis. In: GREEN, Mitchell; WILLIAMS, John. (Org.). *Moore's Paradox: new essays on belief, rationality and the first person*. Oxford: Oxford University Press, 2007b. p. 53-75.
- \_\_\_\_\_. Racionalidade epistêmica e o paradoxo de Moore. *Veritas*, v. 54, n. 2, 2009.
- \_\_\_\_\_. Epistemic closure, skepticism and defeasibility. *Synthese*, Online First. 2011. <http://www.springerlink.com/content/68620107nw0x4430/fulltext.pdf>
- DEROSE, K. Epistemic Possibilities. *The Philosophical Review*, 100(4): 581-605. 1991.
- \_\_\_\_\_. Contextualism and Knowledge Attributions. *Philosophy and Phenomenological Research*, 52(4): 913-929. 1992.
- \_\_\_\_\_. Solving the Skeptical Problem. *The Philosophical Review*, 104(1), 1-52. 1995.
- \_\_\_\_\_. Relevant Alternatives and the Content of Knowledge Attributions. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 56 (1):193-197. 1996.

\_\_\_\_\_. Contextualism: An Explanation and Defense. IN: *The Blackwell Guide to Epistemology*, J. Greco and E. Sosa, eds., Malden MA, pp. 185-203. 1999.

\_\_\_\_\_. Now You Know It, Now You Don't. *Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy* (Philosophy Documentation Center) Vol. V, Epistemology: 91-106. 2000.

\_\_\_\_\_. Assertion, Knowledge and Context. *The Philosophical Review*, 111(2): 167-203. 2002.

\_\_\_\_\_. Single Scoreboard Semantics. *Philosophical Studies*, 119(1-2): 1-21. 2004a

\_\_\_\_\_. Sosa, Safety, Sensitivity, and Skeptical Hypotheses. In: Greco, ed., 2004: 22-41. 2004b.

\_\_\_\_\_. The ordinary language basis for contextualism, and the new Invariantism, IN: *The philosophical quarterly*, vol. 55, n. 219, p. 172 – 198. 2005.

\_\_\_\_\_. Gradable Adjectives: A Defence of Pluralism. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 86 (1):141-160. 2008.

\_\_\_\_\_. *The Case for Contextualism: Knowledge, Skepticism, and Context*. Oxford UP, vol. 1, 2009.

DRETSKE, Fred. The Pragmatic Dimension of Knowledge. *Philosophical Studies*, v. 40: 363-378.1981a. Reprinted in Dretske, 2000, pp. 48-63. 1981.

\_\_\_\_\_. *Knowledge and the Flow of Information*. MIT Press. 1981b.

\_\_\_\_\_. How Beliefs Explain: Reply to Baker. *Philosophical Studies*, v. 113 (July):113-117.

\_\_\_\_\_. *Perception, Knowledge and Belief: Selected Essays*, New York, NY: Cambridge University Press. 2000.

\_\_\_\_\_. Epistemic Operators. *Journal of Philosophy*, v. 67 (24):1007-1023. 1970. Reimpresso IN: *Skepticism: A Contemporary Reader*. DEROSE, K. & WARFIELD, T. (eds). Oxford University Press. 1999.

\_\_\_\_\_. Conclusive reasons, IN: *Australasian journal of philosophy* 49, 1, 1971. p. 1 – 22; reimpresso IN: DRETSKE, Fred (2000, p. 3 – 29).

\_\_\_\_\_. The Case Against Closure&Quot. IN: M. Steup & Earnest Sosa (eds.), *Contemporary Debates in Epistemology*. Malden, Ma: Blackwell. 2005.

CONEE, E. The Comforts of Home. *Philosophy and Phenomenological Research* 70 (2):444–451. 2005.

EGAN, A., HAWTHORNE, J. and WEATHERSON, B. Epistemic Modals in Context. IN: Preyer and Peter, eds., pp. 131-168. 2005.

FELDMAN, Richard. In defense of closure, IN: *The philosophical quarterly*, p. 487 – 494, 1995.

\_\_\_\_\_. Contextualism and Skepticism. *Philosophical Perspectives* 13, (s13):91-114. 1999.

- \_\_\_\_\_. Skeptical problems, contextualist solutions, IN: *Philosophical studies*, 103, p. 61 – 85. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Epistemology*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.
- \_\_\_\_\_. Comments on DeRose's "Single Scoreboard Semantics". *Philosophical Studies*, v. 119 (1-2):23-33. 2004
- FOGELIN J. R. Contextualism and Externalism: Trading in One Form of Skepticism for Another. *Noûs*, v. 34 (s1):43 - 57. 2000.
- FUMERTON, Richard. *Metaepistemology and skepticism*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1995.
- GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge?, IN: *Analysis*, 23, p. 121 – 123. 1963.
- GOLDMAN, Alvin. A Causal Theory of Knowing. *Journal of Philosophy*, v. 64 (12):357-372. 1967.
- \_\_\_\_\_. Discrimination and Perceptual Knowledge. *The Journal of Philosophy*, 73: 771-791. Reprinted in Goldman 1992, pp. 85-103. 1976.
- GRICE, H. P. Further notes on logic and conversation. IN: Cole, P. (ed) *Syntax and Semantics*, v. 9. New York: Academic Press. pp. 113-127. 1978.
- HARMAN, Gilbert. *Thought*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Change in View: Principles of Reasoning*. M.I.T Press/Bradford Books, 1986.
- HAWTHORNE, John. *Knowledge and lotteries*. Oxford: Clarendon, 2004.
- \_\_\_\_\_. Knowledge and Evidence. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 70 n.2, 452–458. 2005.
- HELLER, M. Contextualism and Anti-Luck Epistemology. IN: J. Tomberlin (ed.), *Epistemology (Philosophical Perspectives, 13)*; Oxford:Blackwell), 115-29. 1999.
- HOFWEBER, T. Contextualism and the Meaning-Intention Problem. IN: *Cognition, Agency and Rationality*, K. Korta, E. Sosa, and X. Arrazola eds., Dordrecht, Boston, and London: Kluwer, pp. 93-104. 1999.
- JACKSON, F. On Assertion and Indicative Conditionals. *Philosophical Review*, v. 88 (4):565-589. 1979.
- KAPLAN, D. Demonstratives. IN: Joseph Almog, John Perry, and Howard Wettstein (eds.), *Themes from Kaplan* (Oxford: Oxford University Press), 481-63. 1989.
- KLEIN, Peter. *Certainty: a refutation of scepticism*. Minneapolis: University of Minnesota, 1981.

- \_\_\_\_\_. Skepticism and closure: why the evil genius argument fails, IN: *Philosophical topics*, 23, 1, p. 213 – 236, 1995.
- \_\_\_\_\_. Human knowledge and the infinite regress of reasons, IN: TOMBERLIN, J.(Ed.). p. 297 – 325. 1999.
- \_\_\_\_\_. Contextualism and the real nature of academic skepticism, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.), p. 108 – 116). 2000.
- \_\_\_\_\_. Skepticism, IN: MOSER, Paul K (Ed.), p. 336 – 361, 2005.
- \_\_\_\_\_. Closure matters: academic skepticism and easy knowledge, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, E. (Ed.), p. 165 – 184, 2004.
- KORNBLITH, H. The Contextualist Evasion of Epistemology. *Philosophical Issues*, 10: 24-32. 2000.
- LEVINSON, S. C. Pragmatics. Cambridge: Cambridge University Press. 1983.
- LEWIS, D. Elusive Knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, 47, 549–567. 1996.
- \_\_\_\_\_. Elusive Knowledge. IN: *Skepticism: A Contemporary Reader*. DEROSE, K. & WARFIELD, T. (eds). Oxford University Press 1999.
- \_\_\_\_\_. Scorekeeping in a language game. In: *Philosophical Papers*, Volume I, 233-49. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- LUDLOW, P. Contextualism and the New Linguistic Turn in Epistemology, IN: Preyer, G. and Peters, G. (eds.), *Contextualism in Philosophy*. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- LUPER-FOY, S. (Ed.). *The possibility of knowledge: Nozick and his critics*. Totowa, N.J.: Rowman & Littlefield, 1987.
- MAKINSON, D. 1965. The paradox of the preface. *Analysis*, vol. 25, p. 205-207, 1965.
- NOZICK, Robert. *Philosophical explanations*. Belknap Press, 1981.
- OLIN, D. *Paradox*. Montreal: McGill-Queen's University Press. 2003.
- \_\_\_\_\_. A case against closure. In De Almeida, C. (Ed.), *Perspectives in contemporary epistemology, a special issue of Veritas* 50.4, (pp. 235–247). 2005. Porto Alegre, Brazil: EDIPUCRS. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/ojs/index.pp/issue/view/178>.
- PLANTINGA, A. Review: Précis of Warrant: The Current Debate and Warrant and Proper Function. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 55 (2):393 - 396.1995.
- POLLOCK, J. & CRUZ, J. *Contemporary theories of knowledge*. Lanham: Rowman & Littlefield. 1999.
- PRITCHARD, D. Contextualism, Scepticism, and the Problem of Epistemic Descent. *Dialectica*, v. 55 (4):327–349. 2001.

\_\_\_\_\_. The structure of skeptical arguments, IN: *The philosophical quarterly*, vol. 55, n°. 218, p. 37 – 52. 2005.

RADFORD, C. Knowledge - By Examples. *Analysis*, v. 27 (1):1—11. 1966.

RECANATI, F.. Pragmatics, IN: *The Routledge Encyclopedia of Philosophy*, 1998.

RODRIGUES, T. V. Diferentes abordagens sobre o contextualismo epistemológico. IN: *Ensaio Sobre Epistemologia Contemporânea*. Gallina, A. L. & Sartori, C. A (orgs). Unijui. 2011.

ROSENBERG, J. Scrutinizing a Trade. *Noûs*, v. 34 n.1, 58-66. 2000.

RYSIEW, Patrick. The Context-Sensitivity of Knowledge Attributions, IN: *Noûs*, 35: p. 477 – 514. 2001.

SADOCK, Jerry (1978). On Testing For Conversational Implicature. IN: *Syntax and Semantics*, P. Cole (ed), v.9, Pragmatics, 281-98. 1978.

SAINSBURY, M. *Logical forms* (2nd ed). Oxford: Blackwell. 2001.

SCHAFFER, J. From Contextualism to Contrastivism. *Philosophical Studies*, 119/1-2: 73-103. 2004.

\_\_\_\_\_. Contrastive Knowledge. *Oxford Studies in Epistemology*, v. 1: 235–71. 2005.

SCHIFFER, S. Contextualist Solutions to Skepticism'. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 96: 317-33. 1996.

SOSA, E. How to defeat oppositions to Moore, IN: TOMBERLIN, J. (Ed.). p. 141 – 153, 1999.

\_\_\_\_\_. Skepticism and contextualism, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). p. 1 – 18, 2000.

\_\_\_\_\_. Relevant alternatives, contextualism included. *Philosophical Studies*, v. 119 (1-2):35-65. 2004.

STANLEY, Jason. Context and Logical Form. *Linguistics and Philosophy*, 2.3/4: 391-434. 2000.

\_\_\_\_\_. Knowing How. *Journal of Philosophy*, 90/8: 411-44. 2001.

\_\_\_\_\_. Nominal Restriction. IN: G. Peters and G. Preyer, *Logical Form and Language* (Oxford: Oxford University Press), 365—88. 2002.

\_\_\_\_\_. On the linguistic basis for contextualism. *Philosophical Studies*, v. 119 (1-2):119-146. 2004.

\_\_\_\_\_. *Knowledge and practical interest*. New York: Oxford, 2005.

- STEUP, M. Tidman on Critical Reflection. *Analysis*, v. 56 (4):277–281. 1996
- STINE, G. Skepticism, relevant alternatives, and closure. IN: *Philosophical studies*, 29, p. 249 – 261. 1976 e Reimpresso em DEROSE, K. (Ed.) & WARFIELD, T. (Ed.). p. 145 – 155, 1999.
- UNGER, P. *Ignorance: a case for scepticism*. Oxford university press, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Philosophical Relativity*. Oxford University Press, 1984.
- VALDES-VILLANUEVA, L. M. Contextualism and Levels of Scrutiny. *Noûs*, v. 34, n.1,72 – 79. 2000.
- VOGEL, Jonathan. Tracking, Closure, and Inductive knowledge. IN: *The possibility of Knowledge: Nozick and His Critics*, ed. LUPER-FOY, S. TotowaT Rowman and Littlefield, 1987.
- \_\_\_\_\_. Skeptical Arguments, IN: SOSA, Ernest (Ed.); VILLANUEVA, Enrique (Ed.). p. 426 – 455, 2004.
- WILLIAMS, M. *Problems of knowledge*. Oxford: Oxford University Press. 2001.
- WILLIAMSON, T. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press. 2000.
- \_\_\_\_\_. Contextualism, Subject-Sensitive Invariantism, and Knowledge of Knowledge. *Philosophical Quarterly*, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Knowledge, context, and the agent's point of view. In Gerhard Preyer & Georg Peter (EDS.), *Contextualism In Philosophy: Knowledge, Meaning, And Truth*. Oxford University Press. 2005b.
- WOZLEY, A. D. Ordinary Language and Common Sense. *Mind*, v.62, (247):301-312. 1953.
- YOURGRAU, P. Knowledge and relevant alternatives, IN: *Synthese*, 55, p. 175 – 190. 1983.